



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**CARACTERIZAÇÃO DO ENVOLVIMENTO PARENTAL EM FAMÍLIAS BI-
PARENTAIS DE CRIANÇAS A FREQUENTAR O JARDIM DE
INFÂNCIA/PRÉ-ESCOLAR.**

Mauro José Pimenta N.º 13613

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor

Doutoramento em Psicologia Educacional

2012



LSPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**CARACTERIZAÇÃO DO ENVOLVIMENTO PARENTAL EM FAMÍLIAS BI-
PARENTAIS DE CRIANÇAS A FREQUENTAR O JARDIM DE
INFÂNCIA/PRÉ-ESCOLAR.**

Mauro José Pimenta N.º 13613

Tese orientada por: Prof. Doutora Manuela Veríssimo

Prof. Doutora Lígia Monteiro

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor

Doutoramento em Psicologia Educacional

2012

2012

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Psicologia na área de especialização Educacional realizada sob a orientação de Prof. Doutora Manuela Veríssimo e da Prof. Doutora Ligia Monteiro, apresentada no ISPA – Instituto Universitário no ano 2012.

O presente trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Bolsa de investigação FCT-SFRH/BD/24348/2005).

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

 **CiG** Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

AGRADECIMENTOS

O erguer moroso deste trabalho foi conseguido graças à colaboração discreta e desinteressada, directa e indirecta de muitos intervenientes. Sem eles, os defeitos do produto final, poderiam ser multiplicados, alcançando valores que seriam verdadeiramente penosos.

Sem a imprescindível colaboração da Prof. Doutora Manuela Veríssimo este trabalho pura e simplesmente não existia, assim como não existiria o pequeno psicólogo que aqui vai habitando. À minha fonte segura profissional muito obrigado.

À Prof. Doutora Zilda Fidalgo, pelas conversas formais, informais e inspiradoras à beira do Tejo. Ou no Monumental. Um muito obrigado a essa memória de preocupação constante, que não deixava de confiar.

Ao Prof. Doutor António José dos Santos, um dos grandes responsáveis pela nossa linha de Investigação, ao qual este trabalho tanto fica a dever. Muito obrigado a todos os que fazem desta linha um organismo dinâmico, honesto e inovador.

À Prof. Doutora Lígia Monteiro pela disponibilidade constante, pela inspiração temática e sobretudo profissional e pela revisão paciente e rigorosa.

Um muito obrigado à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e à Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, que também contribuíram para a concretização deste projecto através do seu financiamento.

A todas as instituições que permitiram a recolha de informação, às educadoras que pressionaram os pacientes e atarefados pais. À Associação para o Bem Estar Infantil, ao Centro de Bem Estar Infantil, ao Externato João XXIII, ao Instituto de Apoio à Comunidade, à Associação para a Promoção Social e APAC, que cumpriram a sua preciosa palavra até ao último questionário.

Ao Externato João XXIII, e mais particularmente à Dr^a Teresa e ao Dr. João, que sempre tudo fizeram para que conseguisse levar até ao fim o que até eu próprio já duvidava ser possível. Ao apoio, à disponibilidade, à destruição conjunta de obstáculos, ao sorriso perante a dúvida, o meu obrigado. Sem os dois a possibilidade de conflito entre o trabalho e a família agigantar-se-ia, tornando-se num Adamastor muito difícil de contornar.

Ao Pitinho e ao Tintin pelas estórias, percalços, cumplicidades e críticas que nunca me coibi de rebater. Não agradeço a vossa amizade, abraço-a com todas as forças.

Um obrigado especial à preciosa Carmen. Com quem incansavelmente procuro partilhar, do melhor modo possível, a responsabilidade parental. À Carminho que traz no ventre. E ao Olavo e ao Lucas que já trouxe e que, felizmente, não me deixam esquecer a relevância do brincar. Enfim, à minha querida família, o meu micro-sistema de eleição, espaço onde renovo energias, que transforma cansaço em vitalidade, e onde não posso deixar de incluir a insistentemente persistente mãe e, claro, o pai, sempre discreto e sempre presente. Para além da voluntariosa mana, e suas fiéis e minorcas seguidoras: Laura e Leonor. E da avó Emília, a nossa querida e teimosa velhota. Obrigado.

Palavras-chave: Envolvimento Parental, Brincar, Competência Social, Conflito entre trabalho e família.

Key words: Parental Involvement, Play, Social Competence, Work and Family Conflict

RESUMO

A ascendência exercida pela Perspectiva Bio-Ecológica de Urie Bronfenbrenner (1994, 2005) marca este trabalho, onde se procura investigar o relacionamento de contextos, cuja influência no desenvolvimento das crianças a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar, dificilmente poderá ser refutada. Este trabalho organiza-se em 3 estudos empíricos: 1) debruça-se sobre a possibilidade da existência de padrões distintos de envolvimento parental, considerando diferentes tipos de actividades que ocorrem no contexto das interações no contexto familiar; 2) são analisadas as possíveis associações de um maior envolvimento dos pais e a adaptação psicossocial das crianças ao contexto escolar, nomeadamente a nível da qualidade do brincar e da competência social; e 3) procura-se ainda compreender os factores stressores e/ou benefícios sentidos pelos pais na gestão de trabalho e família e a sua relação com o envolvimento parental. Participaram entre 208 a 532 famílias bi-parentais, com filhos a frequentar o jardim-de-infância/ pré-escolar. De acordo com os resultados, o envolvimento parental oscila de acordo com o tipo de actividades considerado, sendo que os pais se parecem afastar dos domínios relativos aos Cuidados, enquanto se regista uma partilha nos outros domínios. De acordo com o tipo e nível de participação identificaram-se diferentes grupos de envolvimento: o Activo, o Intermédio e o Tradicional, sendo analisadas as suas características. Registou-se uma associação entre a qualidade do brincar e a competência social, não se tendo esclarecido totalmente a relação entre a qualidade do brincar e o envolvimento parental. Uma maior participação dos pais nas tarefas de Cuidados e de Socialização, está relacionada de modo significativo e negativo com a existência de conflito entre o trabalho e a família. Os resultados são discutidos de acordo com a literatura e apontadas futuras linhas de investigação.

ABSTRACT

The influence of Urie Bronfenbrenner's Bio-Ecological theory (1994, 2005) is evident in this work, where we try to investigate the relationship of contexts, which influence on developing of pre-school/kindergarten children can hardly be refute. This work is broken down into three empirical studies: 1) the possibility of the existence of distinct patterns of parental involvement, considering different types of activities that occur in a family context; 2) analysing the relation of further parental involvement along with the psychosocial adaptation to a school environment, directly based on the quality of children playing and also through a social competence; and 3) we look to understand the stress and/or beneficial factors felt by parents in the daily running of work and family life along side their parental involvement. A study between 208 and 532 bi-parental families with children in pre-school/kidergarten showed that, parental involvement oscillates depending on the activities in question, suggesting parents distance themselves from domains of Care, whilst there appears to be a sharing of other domains.

In accordance with the different participation types and levels, we can identify and analyse the characteristics of the various groups of involvement: the Active, the Intermediate and the Traditional. It was noted that although there was a relation between the playing quality and social competence, the link between parental involvement and quality of playing was not completely evident. The existence of conflict between work and family demonstrates the significant and negative level of input from parents towards their children's Care and Socialisation. The results shown are argued in accordance to literature and future lines of investigation.

ÍNDICE

Capítulo I – Introdução Geral.....	1
Referências Bibliográficas	7
Capítulo II – O envolvimento parental em famílias nucleares com crianças a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar.....	15
Resumo.....	16
Introdução.....	17
Método	23
Resultados	24
Discussão.....	30
Referências Bibliográficas	37
Capítulo III - O envolvimento parental e a sua relação com a relevância do brincar e da competência social no jardim-de-infância/pré-escolar	43
Resumo.....	44
Introdução.....	46
Método	56
Resultados	58
Discussão.....	67
Referências Bibliográficas	73
Capítulo IV – Benefícios e constrangimentos no relacionamento entre o trabalho e a família e sua relação com o envolvimento parental e com a competência social de crianças a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar do ponto de vista das educadoras.....	87
Resumo.....	88
Introdução.....	89
Método	97
Resultados	100
Discussão.....	112

Referências Bibliográficas	127
Capítulo V - Discussão Geral	141
Referências bibliográficas	153

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo II – O envolvimento parental em famílias nucleares com crianças a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar

Tabela 1 - Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas quanto ao envolvimento parental 25

Tabela 2 - Concordância entre os grupos Intermédio, Activo e Tradicional de ambos os pais29

Capítulo III - O envolvimento parental e a sua relação com a relevância do brincar e da competência social no jardim-de-infância/pré-escolar

Tabela 1 - Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas relativamente à qualidade do brincar 59

Tabela 2 - Média e desvio-padrão das respostas maternas e paternas quanto ao desempenho das raparigas e rapazes nas três dimensões da PIPPS 60

Tabela 3 - Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas relativamente à competência social 61

Tabela 4 - Média e desvio-padrão das respostas maternas e paternas quanto ao desempenho das raparigas e dos rapazes nas três dimensões da Competência Social.....63

Capítulo IV – Benefícios e constrangimentos no relacionamento entre o trabalho e a família e sua relação com o envolvimento parental e com a competência social de crianças a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar do ponto de vista das educadoras.

Tabela 1 - Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas relativamente à Escala: Conciliar trabalho e família 100

Tabela 2 - Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas relativamente à Escala de Experiências Parentais 102

Tabela 3 - Média e desvio-padrão das respostas maternas e paternas quanto ao desempenho das raparigas e dos rapazes nas três dimensões da Escala de Experiências Parentais..... 104

ÍNDICE DE QUADROS

Capítulo III - O envolvimento parental e a sua relação com a relevância do brincar e da competência social no jardim-de-infância/pré-escolar

Quadro 1 - Concordância parental relativamente às três dimensões da PIPPS: Disrupção, Interação Positiva com pares e Desconexão	59
Quadro 2 - Concordância parental relativamente às três dimensões da Escala da Competência Social: Isolamento Ansioso, Agressividade e Competência Social	62
Quadro 3 - Correlações entre os Domínios do Brincar e da Competência Social	64
Quadro 4 - Correlação entre o Envolvimento Paterno e as dimensões do Brincar e da Competência Social	66
Quadro 5 - Correlação entre o Envolvimento Materno e as dimensões da Competência Social.....	66

Capítulo IV – Benefícios e constrangimentos no relacionamento entre o trabalho e a família e sua relação com o envolvimento parental e com a competência social de crianças a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar do ponto de vista das educadoras.

Quadro 1 - Concordância parental relativamente às quatro dimensões da Escala Conciliar Trabalho e Família: família interfere com trabalho; trabalho interfere com família; stress entre trabalho e família; e benefícios entre trabalho e família.....	101
Quadro 2 - Concordância parental relativamente às três dimensões da Escala de Experiências Parentais: preocupação, recompensa e stress parental.....	103
Quadro 3 - Correlações entre as Escalas: Conciliar Trabalho e Família e Experiências Parentais.....	105
Quadro 4 - Correlação entre o Envolvimento Parental e a Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras)	106
Quadro 5 - Correlação entre o Envolvimento materno e a Escala “Conciliar trabalho e família” paterna	107

Quadro 6 - Correlação entre o Envolvimento paterno e a Escala “Conciliar Trabalho e Família” paterna.....	108
Quadro 7 - Correlação entre o Envolvimento materno e a Escala “Experiências Parentais” paterna.....	109
Quadro 8 - Correlação entre o Envolvimento Paterno e a Escala “Experiências Parentais” paterna.....	110
Quadro 9 - Correlação entre Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras) e a Escala Conciliar Trabalho e Família..	111
Quadro 10 - Correlação entre Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras) e a Escala: “Experiências Parentais”	112

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo II – O envolvimento parental em famílias nucleares com crianças a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar

Figura 1 - Classificação dos grupos de mães em função das dimensões consideradas no questionário de envolvimento.....	27
Figura 2 - Classificação dos grupos de pais em função das dimensões consideradas no questionário de envolvimento.....	28

CAPITULO I
INTRODUÇÃO GERAL

O estudo da ecologia familiar (Bronfenbrenner, 1994, 2005) no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento não pode deixar de considerar a interacção de múltiplos contextos e inerentes factores e constrangimentos (Bronfenbrenner, 2005), que parecem confluir em relações específicas que são moldadas pela individualidade de cada uma das pessoas que fazem a família nuclear (pais e filhos). Assim como também cada individualidade não deixa de ser constantemente actualizada (Bronfenbrenner, 1979, 1986, 1994).

Este movimento perpétuo, esta partilha de interacção mais não é do que a concretização do próprio desenvolvimento, que para avançar tem muitas vezes de recuar (Brazelton & Sparrow, 2004), seguindo caminhos nem sempre automaticamente compreensíveis, porque caprichosos, sinuosos e, não raras vezes, provocadores, impulsionando o insaciavelmente curioso conhecimento científico, ele próprio um movimento ininterrupto em permanente construção.

As alterações socioculturais, políticas e económicas materializadas na sociedade ocidental, essencialmente a partir da segunda metade do século passado, não poderiam ocorrer sem manter um diálogo estreito com o contexto familiar (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth, & Lamb, 2000; Lamb, 2004; Parke, 1996; Torres, 2004). Registou-se, assim, uma aproximação da mãe ao ambiente laboral, enquanto o pai se mostrou mais envolvido no domínio familiar. Estas viagens, cuja dissociação não será fácil de consubstanciar, poderão implicar uma maior distância da parte materna ao contexto familiar e da parte paterna ao meio profissional, pelo menos quando comparadas com o comportamento dominante até às décadas de 50/60 do século XX (Bond, Galinsky, & Swanberg, 1998).

A partilha de responsabilidade parental passa, assim, a implicar outro tipo de envolvimento parental, cujo estudo se torna pertinente. De que modo se tem de facto alterado e, possivelmente, consumado a aproximação do homem à paternidade? Qual o papel da mãe nesse movimento? De resistência ou de dinamização (Schoppe-Sullivan, Brown, Cannon, Mangelsdorf, & Sokolowski, 2008)?

A ausência de universalidade (Lamb, 1987, 2004; Parke, 1996), onde se admitisse a existência de um único padrão de envolvimento parental, evoca a possibilidade de diferentes tipos de envolvimento, que poderão ser caracterizados com base nos diferentes domínios considerados na partilha de responsabilidade parental, designadamente, os cuidados directos e indirectos, o brincar e o lazer e o ensino/disciplina (e.g. Bailey, 1994; Levy-Shiff &

Israelashvili, 1988). A caracterização de cada um desses tipos de envolvimento é outro dos objectivos tratados no segundo capítulo.

O envolvimento paterno parece continuar mais próximo de alguns dos domínios enunciados, como é o caso do ensino/disciplina e do próprio brincar, do que das áreas dedicadas aos cuidados, tradicionalmente femininas e onde a mãe parece permanecer a máxima responsável (e.g. Bailey, 1994; Peitz, Fthenakis, & Kalicki, 2001). Este menor envolvimento paterno pode escudar-se em razões diferentes, como serve de exemplo a crença, que não é exclusiva dos pais, de que a mãe tem uma capacidade nos cuidados com a criança, que o pai apenas desajeitadamente poderá esboçar (Craig, 2003), o que faz com que este seja relegado para uma sombra de onde apenas sai em caso de necessidade (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001).

Tal não parece acontecer em relação à disciplina e ao próprio brincar, onde o pai parece sentir-se bem mais confortável e onde, de facto, parece assumir um papel preponderante, na introdução do ancestral e psicanalítico “não” e na firme imposição de limites, tão cara ao desenvolvimento saudável (Brazelton & Sparrow, 2003). Como no exemplo que oferece enquanto se partilha no brincar com o filho, que sorve sequioso cada gesto e palavra, que muito provavelmente, mais tarde repetirá (Lollis & Ross, 1992; Rubin, Burgess, Kennedy, & Stewart, 2003).

O brincar assume mesmo uma preponderância inequívoca no desenvolvimento da criança (Fromberg & Bergen, 1998; Rubin, Fein, & Vandenberg, 1983; Saracho & Spodek, 1998) e na própria ecologia familiar, podendo ajudar a caracterizar a qualidade de interacção entre pais e filhos. O contributo oferecido pelo brincar dificilmente poderá ser refutado, tal o modo intrincado como se relaciona com o desenvolvimento cognitivo (Garvey, 1990; Lillard, 1998; Rubin et al., 1983; Sylva, Bruner, & Genova, 1976), social (Connolly & Doyle, 1984; Fisher, 1992; Ladd, Price, & Hart, 1990; Pellegrini, 1992; Rubin & Hayvern, 1981) e emocional (Singer & Singer, 1980) da criança. Através do brincar consuma-se uma aprendizagem informal (Sylva *et al.*, 1976) e simula-se a adopção de papéis, que tanto podem afligir, como atrair a criança (Curti, 1930). A estimulação lúdica da criatividade facilita a emancipação da criança face à impulsividade e o progressivo controlo da agressividade (Rubin *et al.*, 1983).

Nem sempre se reconheceu a importância dos anos correspondentes ao jardim-de-infância (Yawkey, 1984), assim como, nem sempre se aceitou de bom grado os benefícios

associados ao brincar nestas faixas etárias. Pelo contrário, por vezes o brincar era mesmo encarado com desdém, como se de uma tarefa menor se tratasse. Banido para um plano secundário, o brincar parecia irremediavelmente afastado do desenvolvimento infantil (Berryman, Burgess, Kennedy, & Stewart, 2001). Contudo, actualmente, essa visão longínqua cedeu espaço a expectativas sólidas e legítimas, que depositam confiança numa actividade que não deixa de ser encorajada pelos próprios pais (Sutton-Smith, 1997).

A interacção entre pares, cuja relevância para o desenvolvimento nos parece indiscutível (e.g. Fantuzzo, Sekino & Cohen, 2004; Perret-Clermont, 1980), parece ser afectada, de modo estreito, pela relação estabelecida entre pais e filhos (Rubin et al., 2003). O modo como, numa relação assimétrica, o pai se deixa abranger no brincar do filho, envolvendo-o num exemplo preñado de ferramentas, respostas e possibilidades que se poderão tornar úteis noutros contextos, nomeadamente, nas relações sociais simétricas (Sroufe, Carlson, Levy, & Egeland, 1999a) não deixa de nutrir uma curiosidade, à qual o nosso trabalho não é alheio. O estudo da relação entre o envolvimento paterno e a qualidade do brincar, considerando a existência de três padrões distintos: Interactivo, Disruptivo e Desconectado (Fantuzzo, Mendez, & Tighe, em 1998) é um dos objectivos estudados no terceiro capítulo, interessando-nos, também, a relação estabelecida entre o envolvimento parental e a competência social da criança em contexto de jardim-de-infância/pré-escolar (Steele, Steele & Fonagy, 1996).

A família vê-se, assim, confrontada com desafios alimentados pelas profundas transformações operadas nas últimas quatro décadas. Nem sempre o equilíbrio entre todos estes movimentos, associados aos principais intervenientes familiares implicados, se afigura fácil. A possibilidade de conflito entre a família e o trabalho dos pais (Greenhaus, Callanan, & Godshalk, 2000) é um exemplo que ilustra bem o atrito que estas alterações podem acarretar.

Por vezes, as elevadas expectativas associadas à parentalidade não encontram eco numa realidade hostil, onde a conciliação entre a profissão e a família pode ser difícil (Greenhaus *et al.*, 2000). As contradições sentidas por ambos os pais entre a multiplicidade de papéis que pretendem abraçar e o que de facto conseguem concretizar, em particular os que estão estreitamente relacionados com o trabalho e com a família (Greenhaus *et al.*, 2000) pode levá-los, em dados momentos, a sentir-se impotentes para corresponderem à pressão com que são constantemente confrontados, podendo desenvolver um sentimento de insatisfação que poderá tornar-se penalizante (Duxbury & Higgins, 1991; Frone, Russel, & Cooper, 1992; Thomas & Ganster, 1995), chegando mesmo a questionar a identidade antecedente dos

progenitores, que, inevitavelmente, pode não deixar de ser abalada (Burke, 1991; Schlenker, 1987).

Neste sentido e segundo o modelo funcionalista (Parsons & Bales, 1955, cit. por Barnett & Hyde, 2001), a multiplicidade de papéis, assumida por ambos os pais, poderá ser perturbante, na medida em que poderá afectar o seu desempenho, comprometendo a performance competente num dos domínios em que se encontram envolvidos (Grzywacz & Marks, 2000), emergindo, assim, um conflito (Greenhaus & Beutell, 1985; Greenhaus *et al.*, 2000) cujas consequências nocivas poderão revelar-se ao nível individual, manifestando-se no plano psicológico (e.g. MacEwen & Barling, 1994) e físico (Frone, Russell, & Barnes, 1996), ou mesmo ao nível familiar e profissional, afectando a qualidade relacional estabelecida pela mãe ou pelo pai. Neste caso, a própria performance laboral pode ser prejudicada (e.g. Burley, 1989), assim como a relação entre o casal (Sumer & Knight, 2001), para além da própria qualidade de relacionamento mantida com os filhos (Frone, 2000a; Greenberg e Goldberg, 1989).

Contudo, não são raros os estudos, que defendem os benefícios da multiplicidade de papéis (e.g. Barnett, Marshall, & Pleck, 1992; Blank, 1988; Bussey & Bandura, 1999; Cowan *et al.*, 1985; Crosby, 1991; Crosby & Jaskar, 1993; Linville, 1985; Polasky e Holahan, 1998; Ridley, 1973; Schwartz, 1994), demonstrando que beneficiam tanto as mães com a desejada aproximação ao contexto profissional (e.g. Kandel, Davies & Raveis, 1985), como os pais pelo maior envolvimento familiar (e.g. Ozer, Barnett, Brennan, & Sperling, 1998).

De acordo com uma perspectiva expansionista (Barnett & Hyde, 2001), não surpreende que as mães empregadas apresentem menores sinais de depressão ou ansiedade, quando comparadas com as mães que trabalham em *part-time* ou que passaram a dedicar-se em exclusivo à família (e.g. Aneshensel, 1986; Wethington & Kessler, 1989). Tal como não parece admirar o facto da multiplicidade de papéis surgir associada a uma maior rede de suporte (Polasky & Holahan, 1998), a uma mais ampla capacidade de resistência à frustração (Linville, 1985), a uma maior capacidade de descentração que facilita a aproximação ao outro, auxiliando o desbloquear de mal entendidos (Crosby, 1991; Crosby & Jaskar, 1993; Ridley, 1973), que mais não são do que constrangimentos, que é impossível reduzir à relação do casal, pois corresponde à própria ecologia familiar.

Justifica-se, desta forma, a nossa vontade, manifesta no quarto capítulo, em estudar o modo como os contextos laboral e familiar poderão relacionar-se, se efectivamente tendem a

beneficiar-se ou a prejudicar-se, promovendo ou frustrando a partilha de responsabilidade parental (e.g. Thoits, 1983; Thomas & Ganster, 1995; Barnett e Hyde, 2001; Russell & Hwang, 2004; Sumer & Knight, 2001). Tal como nos importa investigar a sua relação com o desenvolvimento da competência social da criança (Bornstein, 2002; Parry, 1987; Pleck, 1977).

Enquadrada numa perspectiva ecológica (e.g. Bronfenbrenner, 2005) e transversal aos três estudos apresentados, é ainda considerada a possibilidade de relação entre variáveis contextuais e sócio-demográficas familiares, nomeadamente as habilitações literárias e a idade dos pais, assim como o número de horas que passam no emprego, para além da idade e do sexo da criança e do número de horas que passa na instituição e a partilha de responsabilidade parental (segundo capítulo), a competência social e a qualidade do brincar das crianças em contexto de jardim-de-infância/pré-escolar (terceiro capítulo) e o conflito trabalho/família (quarto capítulo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aneshensel, C. S. (1986). Marital and employment role-strain, social support and depression among adult women. In S. E. Hobfoll (Ed.), *Stress, social support and women* (pp. 99-114). New York: Hemisphere.

Bailey, W. T. (1994). A longitudinal study of father's involvement with young children: Infancy to age 5 years old. *Journal of Genetic Psychology*, 155, 331-339.

Barnett, R. C., & Hyde, J.S. (2001). Women, men, work, and family: An expansionist theory. *American Psychologist*, 56, 781-796.

Barnett, R. C., Marshall, N. L. & Pleck, J. H. (1992). Men's multiple roles and their relationships to men's psychological distress. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 358-367.

Berryman, J. C., Burgess, K. B., Kennedy, A. E., & Stewart, A. (2001). *A Psicologia do Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget.

Blanck, R. M. (1988). Women's paid work, household income and household well being. In S. Rix (Ed.). *The American women 1988-89* (pp. 123-161). New York: Norton.

Bond, J. T., Galinsky, E. & Swanberg, J. E. (1998). *The 1997 national study of the changing workforce*. New York: Families and Work Institute.

Bornstein, M. H. (2002). Preface. In Bornstein, M. H. (Ed.), *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Brazelton, T. B. & Sparrow, J.D. (2003). *A criança e a disciplina*. Editorial Presença. Lisboa.

Brazelton, T. B. & Sparrow, J.D. (2004). *A criança e a alimentação*. Editorial Presença. Lisboa.

Bronfenbrenner, U. (1979). *Ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.

Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.

Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In T. Husen & T. N. Postelthwaite (Eds.), *International encyclopedia of education* (pp. 1642-1647).

Bronfenbrenner, U. (2005). *Making Human Beings Human: biological perspectives on human development*. London: Sage Publications, Inc.

Bryson, R., Bryson, J. B., & Johnson, M. F. (1978). Family size, satisfaction and productivity in two-earner couples. *Psychology of Women Quarterly*, 3, 67-77.

Burke, P. J. (1991). Identity processes and social stress. *American Sociological Review*, 56, 836-849.

Burley, K. (1989). *Work-family conflict and marital adjustment in dual career couples: A comparison of three time models. Unpublished doctoral dissertation*, Claremont Graduate School, Claremont, CA.

Bussey, K. & Bandura, A. (1999). Social cognitive theory of gender development and differentiation. *Psychological Review*, 106, 676-713.

Cabrera, N. J., Tamis-Lemonda, C. S., Bradley, R. H., Hofferth, S. & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child Development*, 71 (1), 127-136.

Connolly, J. A. & Doyle, A. (1984). Relation of social fantasy play to social competence in preschoolers. *Developmental Psychology*, 20, 797-806.

Cowan, C. P., Cowen, P. A., Heming, G., Garrett, E., Coysh, W. S., Curtis-Boles, H., & Boles, A. J. (1985). Transition of parenthood: His, hers and theirs. *Journal of Family Issues*, 6, 451-681.

Craig, L. (2003). Do Australians share parenting ? Time-diary evidence on father's and mother's time with children. *Paper presented at the Conference of the Australian Institute of Family Studies*. Melbourne, Australia.

Crosby, F. J. (1991). *Juggling: The unexpected advantages of balancing career and home for women and their families*. New York: Free Press.

Crosby, F. J. & Jaskar, K. L. (1993). Women and men at home and at work: Realities and illusions. In S. Oskamp & Costanzo (Eds.), *Gender issues in contemporary society* (pp. 143-171). Newbury Park, CA: Sage.

Curti, M. W. (1930). *Child psychology*. London: Longmans Green.

Deutsch, F. M. (2001). Equally shared parenting. *American Psychological Society*, 10 (1), 25-28.

Duxbury, L. E. & Higgins, C. A. (1991). Gender differences in work-family conflict. *Journal of Applied Psychology*, 76(1), 60-74.

Fantuzzo, J., Mendez, J., & Tighe, E. (1998). Parental assessment of peer Play: Development and validation of the parent version of the Penn Interactive Peer Play Scale. *Early Childhood Research Quarterly*, 13, 659-676.

Fantuzzo, J., Sekino, Y., & Cohen, H. L. (2004). Na examination of the contributions of interactive peer Play to salient classroom competencies for urban head start children. *Psychology in the Schools*, Vol 41 (3), 323-336.

Farrell, M. P., & Rosenberg, S. D. (1981). *Men at midlife*. Dover, MA: Auburn.

Fisher, E. P. (1992). The impact of play on development: A meta-analysis. *Play & Culture*, 5, 159-181.

Fromberg, D. P., & Bergen, D. (1998). *Play from birth to twelve and beyond: Contexts, perspectives and meanings*. New York, NY: Garland Publishing Inc.

Frone, M. (2000a). Interpersonal conflict at work and psychological outcomes: testing a model among young workers. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5, 246- 255.

Frone, M. R., Russell, M., & Barnes, G. M. (1996). Work-family conflict, gender, and health-related outcomes: A study of employed parents in two community samples. *Journal of Occupational Health Psychology*, 1,57-69

Frone, M. R., Russel, M. & Cooper, M. L. (1992). Antecedents and outcomes of work-family interface. *Journal of Applied Psychology*, 77(1), 65-76.

Garvey, C. (1990). *Play*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.

Goode, W. J. (1974). A theory of strain. *American Sociological Review*, 25, 483-496.

Gore, S., & Mangione, T. W. (1983). Social roles, sex roles, and psychological distress: Additive and interactive models of sex differences. *Journal of Health and Social Behavior*, 24, 300-312.

Greenberger, E. & Goldberg, W. (1989). Work, parenting, and the socialization of children, *Developmental Psychology*, 25, 23-35.

Greenhaus, J. H. & Beutell, N. J. (1985). Sources of conflictbetween work and family roles. *Academy of Management Reviews*, 10, 76-88.

Greenhaus, J. H., Callanan, G. A. & Godshalk, V. M. (2000). *Career management* (3rd ed). Orlando: Dryden.

Grzywacz, J. G., & Bass, B. L. (2003). Work, family, and mental health: Testing different models of work–family fit. *Journal of Marriage and Family*, 65, 248 – 261.

Grzywacz, J. G., & Marks, N. F. (2000). Reconceptualizing the workfamily interface: An ecological perspective on the correlates of positive and negative spillover between work and family. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5(1), 111-126.

Hochschild, A., & Machung, A. (1989). *Second shift: Inside the two-job marriage*. New York: Penguin Books.

Hoffman, L. W (1989). Effects of maternal employment in the twoparent family. *American Psychologist*, 44, 283-29

Kandel, D. B., Davies, M., & Raveis, V. H. (1985). The stressfulness of daily social roles for women: Marital, occupational and household roles. *Journal of Health and Social Behavior*, 26, 64-78.

Ladd, G. W., Price, J. M., & Hart, C. H. (1990). Preschoolers' behavioral orientations and patterns of peer contact: Predictive of peer status? In S. R. Asher & J. D. Coie (Eds.), *Peer rejection in childhood* (pp. 90-115). New York: Cambridge University Press.

Lamb, M. E. (1987). Introduction : The emergent American father. In M.E. Lamb (Ed.). *The father's role: Cross-cultural perspectives* (p.3-26). New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates.

Lamb, M. E. (Ed.), (2004). *The role of the Father in Child Development*. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons.

Levy-Shiff, R. & Israelashvilli, R. (1988). Antecedents of fathering: some further exploration. *Developmental Psychology*, 24, 434-440.

Lillard, A. S. (1998). Playing with a theory of mind. In O. N. Saracho & B. Spodek (Eds.), *Multiple perspectives on play in early childhood education*. (pp. 11-33). Albany, N.Y.: State University of New York Press.

Linville, P. W. (1985). Self-complexity and affective extremity: Don't put all of your eggs in one cognitive basket. *Social Cognition*, 3, 94-120.

Lollis, S. P. & Ross, H. S. (1992). Parents' regulation of children's peer interactions: Direct influences. In R. D. Parke & G. W. Ladd (Eds.), *Family-peer relationships: Modes of linkage*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

MacEwen, K. E., & Barling, J. (1994). Daily consequences of work interference with family and family interference with work. *Work and Stress*, 8, 244-254.

Moen, P., & Wethington, E. (1992). The concept concept of family adaptive strategies. *Annual Review of Sociology*, 18, 233-251.

Muchinsky, P. M., Kriek, H. J. & Schreuder, A. M. G (1998). *Personnel Psychology*. Johannesburg: Thomson.

Ozer, E. M., Barnett, R. C., Brennan, R. T., & Sperling, J. (1998). Does child care involvement increase or decrease distress among dual-earner couples? *Women's Health: Research on Gender, Behavior, and Policy*, 4, 285-311.

Parke, R. D. (1996). Fatherhood. *The developing child*. Series Editors Bruner J., Cole, M., Karmiloff-Smith, A. Harvard University Press.

Parry, G. (1987). Sex-role beliefs, work attitudes and mental health in employed and non-employed mothers. *British Journal of Social Psychology*, 26, 47-58.

Peitz, G., Fthenakis, W. E & Kalicki, B. (2001). Determinants of paternal involvement during the child's third year of life : child-care tasks versus pleasure activities. *Poster presented at the Society for Research in Child Development*. Minneapolis. USA.

Pelligrini, A. (1992). Ethological studies of the categorization of children's social behavior in preschool: A review. *Early Education and Development*, 3, 284-297.

Perret-Clermont, A. N. (1980). *Social Interaction and Cognitive Development in Children*. Academic Press, London.

Pleck, J. H. (1977). The work-family role system. *Social Problems*, 24, 417-427.

Polasky, L. J., & Holahan, C. K. (1998). Maternal self-discrepancies, interrole conflict, and negative affect among married professional women with children. *Journal of Family Psychology*, 12, 388-401.

Ridley, C. A. (1973). Exploring the impact of work satisfaction and involvement on marital interaction when both partners are employed. *Journal of Marriage and Family*, 35(1), 229-237.

Rohner, R. P. & Veneziano, R. A. (2001). The importance of father love: History and contemporary evidence. *Review of General Psychology*, 5 (4), 382-405.

Rubin, K. H., Burgess, K. B., Kennedy, A. E., & Stewart, S. L. (2003). Social withdrawal in childhood. In E. J. Mash & R. A. Barkley (Eds.), *Child psychopathology* (2nd ed., pp. 372-406). New York: Guilford Press.

Rubin, K. H., Fein, G. G., & Vandenberg, B. (1983). Play. In P. H. Mussen (Ed.). *Handbook of child psychology* (vol. 4). New York: Wiley.

Rubin, K. H. & Hayvern, M. (1981). The social and cognitive play of preschool-aged children differing with regard to sociometric status. *Journal of Research and Development in Education*, 14, 116-122.

Russel, G. & Hwang, C. P. (2004). The Impact of Workplace Practices on Father Involvement. In M. E. Lamb & C. S. Tamis-Lemonda (Eds.), *The role of Father in Child Development*. (pp.476-503). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Saracho, O. N. & Spodek, B. (1998). Multiple perspectives on Play in early childhood education. Albany, N. Y.: State University of New York Press.

Schlenker, B. R. (1987). Threats to identity: Self-identification and social stress. In C. R. Snyder & C. E. Ford (Eds.), *Coping with negative life events: Clinical and social psychological perspectives* (pp. 273-321). New York: Plenum.

Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., Cannon, E. A., Mongeldorf, S. C. & Szewczyk Sokolowski, M. (2008). Maternal Gate Keeping, Coparenting Quality and Fathering Behavior in Families with Infants. *Journal of Family Psychology*, 22, 389-398.

Schwartz, P. (1994). *Peer marriages: How love between equals really works*. New York: Free Press.

Singer, J. L., & Singer, D. G. (1980). Imaginative play in preschoolers: Some research and theoretical implications. *Paper presented at the meeting of American Psychology Association*, Montreal.

Sroufe, L. A., Carlson, E. A., Levy, A. K., & Egeland, B. V. (1999a). Implications of attachment theory for developmental psychopathology. *Development & Psychopathology*, 11 (1), 1-13.

Steele, H., Steele, M., & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers, and their infants. *Child Development*, 67, 541-555.

Stewart, W. & Barling, J. (1996). Father's work experiences effect children's behaviours via job-related affect and parenting behaviours. *Journal of Organizational Behaviour*, 17, 221- 232.

Sumer, H. C. & Knight, P. A. (2001). How do people with different attachment styles balance work and family? A personality perspective on work-family linkage. *Journal of Applied Psychology*, 86(4), 653-663.

Sutton-Smith, B. (1997). *The ambiguity of play*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Sylva, K., Bruner, J. S. & Genova, P. (1976). The role of Play in the problem-solving of children 3-5 years old, in J. S. Bruner, A. Jolly & K. Sylvia (eds.), *Play*, Harmondsworth: Penguin. (os efeitos de brincar livremente com um puzzle de paus empilhados.)

Thoits, P. A. (1983). Multiple identities and psychological well-being: A reformulation and test of the social isolation hypothesis. *American Sociological Review*, 48, 174-187.

Thomas, L. T. & Ganster, D. C. (1995). Impact on family-supportive work variables on work-family conflict and strain: A control perspective. *Journal of Applied Psychology*, 80(1), 6-15.

Torres, A. (2004). *A Vida Conjugal e o trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Oeiras: Celta.

Weingarten, K. (1978). The employment pattern of professional couples and their distribution of involvement in the family. *Psychology of Women Quarterly*, 3, 43-53.

Wethington, E., & Kessler, R. C. (1989). Employment, parental responsibility, and psychological distress. *Journal of Family Issues*, 10, 527-546.

Wilkie, J. R., Ferree, M. M., & Ratcliff, K. S. (1998). Gender and fairness: Marital satisfaction in two-earner couples. *Journal of Marriage and the Family*, 60, 577-594.

Yawkey, T. (1984). Contributions of Play to Development. In T. D. Yawkey & A. D. Pellegrini (Eds.), *Childs Play: Development and Applied* (pp. 9-27). Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, New Jersey.

CAPÍTULO II

**O ENVOLVIMENTO PARENTAL EM FAMÍLIAS NUCLEARES COM CRIANÇAS A
FREQUENTAR O JARDIM-DE-INFÂNCIA/PRÉ-ESCOLAR**

RESUMO

A presente investigação teve como objectivo averiguar se o envolvimento paterno, relativamente ao envolvimento da mãe, varia consoante os tipos de actividades/domínios analisados: Cuidados Directos e Indirectos; Ensino/Disciplina; Brincadeira; e Lazer no Exterior. Centrando-se em 338 famílias bi-parentais, casados ou em união de facto da região de Lisboa, o estudo debruçou-se sobre as características individuais dos pais (idade e habilitações literárias) e da criança (idade, género, se é primogénito, frateria), para além de variáveis de contexto/ suporte social (número de horas que os pais passam no emprego, número de horas que as crianças passam no Jardim de Infância e idade em que a criança começou a frequentar o estabelecimento de ensino), como factores explicativos do envolvimento do pai. O estudo procurou, ainda, identificar diferentes grupos de mães e pais, de acordo com o grau e tipo de envolvimento. Os resultados apontam no sentido de um envolvimento paterno que flutua de acordo com a actividade em causa, sendo que a participação paterna tende a diminuir nos domínios dos Cuidados, onde as mães assumem maior responsabilidade, e a aumentar nos restantes, onde se regista um envolvimento partilhado. O aumento do número de horas que a mãe trabalha, as maiores habilitações literárias ou o aumento da idade da criança tendem a potenciar a participação paterna. Observou-se, ainda, a existência de diferentes grupos (paternos e maternos) de envolvimento, identificados como: Activo, Intermédio e Tradicional, cujas características são descritas. Apesar das crenças de que os papéis parentais devem ser partilhados por ambos os pais, as alterações parecem concretizar-se de modo mais lento, mantendo-se um padrão específico, assente no género e no tipo de actividade considerada (Lamb e Tamis-LeMonda, 2004; Monteiro et al., 2008; Pleck & Masciadrelli, 2004).

Palavras-chave: Envolvimento parental, Partilha, Envolvimento Activo, Envolvimento Intermédio, Envolvimento Tradicional.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo envolvimento paterno no desenvolvimento da criança, tal como a sua influência no contexto familiar, tem aumentado de forma sustentada nas últimas três décadas (Monteiro, Fernandes, Veríssimo, Pessoa e Costa, Torres, & Vaughn, 2010). As profundas alterações, entretanto sofridas na economia, na política, na cultura e no domínio sócio-demográfico acarretaram mudanças na estrutura tradicional da família e nas expectativas acerca dos papéis a desempenhar pelas figuras parentais (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth, & Lamb, 2000; Lamb, 2004; Parke, 1996; Torres, 2004).

A entrada massiva da mulher no mercado de trabalho é um exemplo disso. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2007), em 2006, a taxa de actividade feminina em Portugal foi de 55.8% face a 69% dos homens. Um incremento substancial do número de crianças em cuidados não maternos não é alheio a este aumento. Na educação pré-escolar a frequência subiu de 12,6% no final da década de 70 para 77% em 2004/05, segundo o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2007).

O progenitor, providenciador de outrora, vai-se diluindo num pai mais presente e afectuoso, que pode combinar características típica e tradicionalmente masculinas, como a disciplina e a autoridade com especificidades usualmente atribuídas ao género feminino, tais como a demonstração de afectos ou a prestação de cuidados. (Cabrera, Tamis-LeMonda, Lamb, & Boller, 1999; Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth & Lamb, 2000; Deutsch, 2001).

Não é só a mulher quem cada vez mais tem de se adaptar a múltiplas funções, também, o homem se vê forçado a fazê-lo, aproximando-se de um domínio que à partida se poderia julgar, lhe seria desconcertantemente estranho, assim, como aconteceu com a mulher relativamente ao domínio profissional, com os resultados positivos que tão bem conhecemos (Brazelton, 2005). Emerge assim um novo ideal de “partilha parental”, onde a divisão de tarefas centrada no género se tornou obsoleta (Cabrera et al., 1999, 2000; Deutsch, 2001).

Balancho (2004) comparou as representações acerca da paternidade entre duas diferentes gerações, referentes a pais e avós, constatando que as representações destes últimos correspondem a uma imagem de um pai mais tradicional, que se afigura através da autoridade e da disciplina ao mesmo tempo que se distancia emocionalmente da criança. Pelo contrário, a geração actual - encarnada pelos pais - realça a capacidade de ser sensível, compreensivo e dialogante, de se envolver afectivamente com a criança, partilhando a autoridade, emergindo

assim de modo descontraído e lúdico. Neste sentido, numa amostra de pais portugueses, Gouveia et al. (1991) observaram um elevado grau de participação nos cuidados prestados aos filhos no 1º ano de vida.

Porém, nem sempre estas representações correspondem a uma realidade livre de ideias agrilhoadas a representações mais tradicionalistas, como comprovou Wall (2005). De acordo com o inquérito internacional “Famílias e papéis de género”, de 2002, coordenado pela autora, apesar de 93% dos portugueses considerarem que tanto a mulher como o homem devem contribuir para o rendimento familiar, 78% acredita que as crianças sofrem quando a mãe trabalha e 43% da população defende que as mães deveriam ficar em casa até os filhos terem 6 anos de idade, percepcionando o trabalho materno como tendo um impacto negativo no estabelecimento das relações afectivas com a criança.

Na perspectiva de mães e pais portugueses, com crianças entre 1 e 6 anos de idade, Monteiro, Veríssimo, Castro e Oliveira (2006), constataram que é quase sempre a mãe a responsável pelas actividades relacionadas com as rotinas de cuidados prestados à criança, assumindo o pai um papel de suporte, quando tal é necessário.

Na sociedade Ocidental, a mulher continua a assumir maiores responsabilidades nas áreas dos cuidados, relegando o pai, nesses domínios, para uma posição subalterna de onde apenas sai quando é necessário (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001). Associada a esta imagem paterna surge a representação de companheiro de brincadeira (Monteiro et al, 2006; Monteiro, Veríssimo, Santos, & Vaughn, 2008), aproximando o pai de actividades lúdicas, enquanto o afasta de tarefas do foro dos cuidados (Rohner & Veneziano, 2001).

Como se a crença na existência de uma predisposição materna desequilibrasse a balança em desfavor do desejado envolvimento paterno (Craig, 2003), no que à prestação de cuidados concerne, apontando-lhe defeitos e incapacidades relativamente a uma figura materna que se arvora, de acordo com essa crença, de modo inato e evidente como mais competente.

Emerge, assim, uma imagem da paternidade algo confusa, dada a flutuação entre uma perspectiva modernista e tradicionalista, sendo que esta última não parece desvanecer-se mesmo quando ambos os pais trabalham (Bailey, 1994; Craig, 2003; Peitz, Fthenakis & Kalicki, 2001). Talvez por isso Arendell (1996) constata, que embora alguns homens se evidenciem como mais participativos nas actividades com os filhos, relativamente aos seus próprios pais, no cômputo geral poucas são as mudanças que se concretizam, afirmando-se,

assim, como mais modestas do que as crenças populares poderiam eventualmente aludir (Lamb & Tamis-Lemonda, 2004; Parke, 1996; Pleck & Masciadrelli, 2004).

Convirá, contudo, não reduzir a participação do pai, ou mesmo o cuidar partilhado, a benefícios constantes para a criança (Lamb, 1987), registando-se estudos onde não se verificou qualquer associação ou relatou-se mesmo uma interacção negativa entre as variáveis em causa (e.g., Brown, McBride, Shin, & Bost, 2007; Cox, Owen, Henderson, & Margand, 1992; Easterbrooks & Goldberg, 1984). Há pais que são forçados a assumir a responsabilidade pelos cuidados dos filhos (e.g. quando o pai perde o emprego e a mãe o mantém), embora tal não seja reflexo do seu desejo ou do da mãe.

Por isso, apesar das actividades/contextos de participação do pai apontarem no sentido da promoção do desenvolvimento da criança, como o demonstram diversos estudos (Brown, McBride, Shin, & Bost, 2007; Pleck & Masciadrelli, 2004), mais do que a quantidade de envolvimento, é a qualidade ou a relação entre quantidade e qualidade que parece ter maior impacto no desenvolvimento da criança.

Para Parke (1996) é importante efectuar duas distinções. A primeira, de alguma forma já abordada, contingente aos contextos e tipos de interacção, designadamente ao nível do envolvimento nas tarefas de cuidados prestados à criança e nas actividades de brincadeira/lazer. O que possibilita analisar de forma mais particular os papéis parentais e a sua relação com o desenvolvimento da criança. E a segunda, respeitante ao nível de envolvimento absoluto e relativo, defendendo que as famílias cujo envolvimento relativo das mães é semelhante ao dos pais, originam ambientes claramente distintos para as crianças, comparativamente com aquelas em que o nível relativo de envolvimento é francamente díspar.

Diversas investigações (e.g. Bailey, 1994; Deutsch, 2001; Levy-Shiff & Israelashvili, 1988; Monteiro et al., 2006; Monteiro et al., 2008) identificam a existência de diferentes padrões de responsabilidade e participação paterna em função do tipo de actividade, dado que, como referido, as tarefas de organização/cuidados eram normalmente desempenhadas pelas mães, enquanto as actividades de brincadeira/lazer eram partilhadas de modo igualitário por ambos os pais (e.g. Bailey, 1994; Beitel & Parke, 1998; Monteiro et al., 2008; Pleck & Masciadrelli, 2004; Peitz et al., 2001).

Todavia, de acordo com alguns autores (e.g. Monteiro, Fernandes, Veríssimo, Torres, & Vaughn, 2010; Parke, 1996; Tamis-Lemonda, 2004) se dentro dos cuidados prestados à

criança, considerarmos os cuidados directos e indirectos, também poderemos encontrar diferenças quanto à participação paterna. Nos cuidados directos, respeitantes às interacções quotidianas directas, os autores verificaram uma partilha igualitária, ao contrário dos resultados encontrados em diferentes trabalhos (e.g., Monteiro et al., 2006; Monteiro, Veríssimo, Santos, & Vaughn, 2008; Tamis-Lemonda, 2004; Torres, 2004), onde o pai se limitava a assumir um papel de suporte ou de ajuda quando necessário.

No que aos cuidados indirectos concerne, relacionados com a organização/planeamento de actividades respeitantes à criança, mas que podem prescindir da sua presença ou se demarcam das suas necessidades imediatas, Beitel e Parke (1998) confirmaram uma divisão tradicional, onde a mãe se assume como principal responsável.

O envolvimento parental pode relacionar-se com algumas características dos pais, das próprias crianças, assim como, com variáveis de contexto, que tanto podem exercer constrangimento de modo isolado como podem agir em interacção (Arendell, 1996). O grau de envolvimento paterno, em famílias onde o pai e a mãe estão presentes, depende do facto de a mãe estar ou não a trabalhar (Lamb, Pleck, Charnou, & Levine, 1987). Convém sublinhar, também, que a maior discrepância não diz respeito nem à interacção directa com as crianças, nem ao tempo em que se encontram disponíveis para as mesmas, mas sim na responsabilidade, frequentemente associada ao domínio materno. No caso de a mãe trabalhar, tal como o pai, a participação deste, relativamente à mãe, nas actividades das crianças, é significativamente maior, pelo menos se comparada com famílias onde a mãe está em casa (Bailey, 1994). Assim, o aumento do número de horas passadas pela mãe no trabalho parece promover a participação paterna, embora esta, também, seja condicionada pelo número de horas de trabalho do pai.

No entanto, neste domínio, os resultados não deixam de ser contraditórios, uma vez que de acordo com Laflamme, Pomerleau e Malciut (2002), o emprego materno parece ter pouco impacte na percepção que pai e mãe têm sobre a partilha da responsabilidade parental. Desta forma, embora se registre um aumento do envolvimento paterno, relativamente à mãe, não se comprovam as suas razões ou qualidade, podendo tal justificar-se muito simplesmente através de um decréscimo (quantitativo) do tempo materno dedicado aos filhos (Bailey, 1994; Cabrera et al., 2000; Lamb, 1987).

Para McBride e colaboradores (2005), os pais com mais idade tendem a envolver-se menos nos cuidados prestados à criança, o que talvez se possa ficar a dever ao aspecto

geracional e a uma perspectiva mais tradicional do seu papel, relegando para a mulher a responsabilidade da gestão da vida familiar (Balancho, 2004). Pelo contrário, Lima (2005), verificou que eram os pais mais velhos os que assumiam maiores responsabilidades. Enquanto noutras amostras portuguesas (e.g., Monteiro et al., 2006) não se descortinaram quaisquer associações entre o envolvimento paterno nestas tarefas e a idade do pai.

Paquette (2004), encontrou associações entre a partilha de responsabilidade parental e as classes média e média alta. Por seu lado Gouveia et al. (1991) observaram, numa amostra portuguesa, uma menor participação paterna nas classes sociais mais extremadas, ou seja, nas mais baixas e nas mais altas. Grossman, Pollack e Golding (1988) salientam que o constructo de classe social é complexo e por vezes vago, aglutinando diferenças relevantes em dimensões económicas e psicológicas.

A escolaridade também poderá intervir no envolvimento parental, uma vez que é possível encontrar diferenças significativas entre os níveis de escolaridade dos pais (aspecto preponderante na definição do estatuto sócio-económico), ao nível das actividades de organização/cuidados e de brincadeira/lazer. O facto dos pais com habilitações superiores associarem as actividades de brincadeira a uma estimulação às aprendizagens cognitivas e sociais dos filhos pode ajudar a compreender o seu maior envolvimento nesta área (Monteiro et al., 2006). Neste sentido, a estes pais, que podem aceder com maior facilidade à informação existente, também poderão corresponder representações dos papéis dos géneros mais flexíveis, que permitem uma postura mais participativa nas actividades de organização/cuidados (Levy-Shiff, & Israelashvilli, 1988).

Por outro lado, às habilitações literárias superiores poderão associar-se mais frequentemente profissões mais liberais, que poderão caracterizar-se por uma maior flexibilidade de horários, o que poderá contribuir para uma mais fácil conciliação entre o trabalho e as actividades familiares (Monteiro et al., 2006). Para além disso, as mulheres com habilitações literárias superiores tendem a investir mais nas suas carreiras profissionais, permitindo e desejando que os pais se envolvam mais na organização e prestação de cuidados (Monteiro et al., 2006).

Os papéis e as relações sociais de género têm assumido um lugar de destaque nas Ciências Sociais e mais particularmente na Sociologia, na medida em que tem procurado compreender o progressivo abandono dos papéis de género tradicionais em benefício de uma igualdade, cujo constante adiamento inviabiliza a conquista de autonomia individual, além de

vincular o contexto familiar a uma lógica de “dominação masculina” (Wall, Aboim, & Cunha, 2010). As habilitações literárias superiores poderão, mais facilmente, alavancar este processo de modernização das sociedades ocidentais, oferecendo um contributo relevante na construção da partilha de responsabilidade parental.

Outro elemento a ter em consideração no tipo de envolvimento paterno será naturalmente a criança. As suas características, também, afectam a forma como o pai interage, o que poderá auxiliar a compreender a variabilidade desse envolvimento no contexto familiar. De acordo com Arendell (1996) o envolvimento paterno está correlacionado com o género desde o nascimento. Os pais parecem estar mais envolvidos com os rapazes do que com as raparigas, independentemente da idade (Easterbrooks & Goldberg, 1984; Grossman et al., 1988). Levy-Shiff & Israelashvili (1988) constataram que o tratamento diferencial dos pais tende a acentuar-se nas actividades lúdicas, relativamente às actividades de prestação de cuidados. No entanto, Bailey (1994) não observou qualquer tratamento diferencial dos pais durante o período pré-escolar, o que se encontra em sintonia com os trabalhos de Pleck e Masciadrelli (2004), que também não encontraram diferenças ao nível do envolvimento paterno em função do género.

No que respeita à idade e de acordo com Lamb (1987), os pais, tal como as mães, dispõem mais tempo nas tarefas de cuidados com as crianças mais novas. Pelo contrário, Bailey (1994) apurou um aumento do envolvimento paterno na área da prestação de cuidados entre o primeiro e o quinto ano das crianças. Por sua vez, o envolvimento do pai nas actividades de brincadeira e no exterior da casa mantém-se estável entre os 9 e os 15 meses (Laflamme, Pomerleau, & Malciut, 2002).

De acordo com Monteiro et al. (2006) não parece haver qualquer relação entre a idade de entrada na creche/jardim-de-infância e a partilha parental nos dois tipos de actividades, não acontecendo o mesmo relativamente ao número de horas que a criança passa na instituição. Quanto maior é o número de horas passadas no estabelecimento de ensino, maior é a partilha parental nas actividades práticas (na perspectiva de ambos os pais) e lúdicas (embora aqui apenas na perspectiva do pai).

Os objectivos do presente estudo visam responder a algumas questões deixadas em aberto, nomeadamente, pelos trabalhos desenvolvidos na UIPCDE do Ispa-IU. Assim, procurou-se: 1) analisar mais detalhadamente o tipo de cuidados, discriminando cuidados directos e indirectos, assim como, diferentes actividades de socialização, nomeadamente,

brincadeira, lazer no exterior e ensino/disciplina e de que modo o pai participa nas mesmas, considerando o grau de participação e tipo de actividade; 2) analisar os diferentes factores associados ao envolvimento parental: variáveis dos pais (idade e habilitações literárias), da criança (idade, género, se é primogénito, existência de irmãos) e do contexto / suporte social (número de horas que os pais passam no emprego, número de horas que as crianças passam no Jardim de Infância/Pré-escolar e idade em que a criança começou a frequentar o estabelecimento de ensino);e 3) identificar grupos de pais de acordo com o grau e tipo de envolvimento, analisando a multidimensionalidade do papel paterno na perspectiva do pai e da mãe.

MÉTODO

Participantes

Neste estudo participaram 339 famílias bi-parentais, casados ou em união de facto. As crianças tinham idades compreendidas entre 31 e 78 meses ($M=56.21$, $DP=10.32$), sendo 169 do sexo feminino e 160 do sexo masculino. 210 eram filhos primogénitos e 123 tinham pelo menos um irmão. O início de frequência da creche oscilou entre os 3 e os 63 meses ($M=22.76$, $DP=14.29$) e as crianças passavam entre 3 e 12 horas por dia ($M=8.36$, $DP=1.29$) em contexto escolar. As mães tinham idades compreendidas entre os 23 e 48 anos ($M=34.66$, $DP=4.43$) e os pais entre os 23 e os 62 ($M=36.99$, $DP=5.88$). As habilitações literárias das mães variavam entre os 4 e os 22 anos de escolaridade ($M=13.31$, $DP=3.76$) e a dos pais entre 4 e 19 anos de escolaridade ($M=12.34$, $DP=3.81$). Em média, as mães passavam 7.89 horas diárias no local de trabalho, enquanto os pais despendiam diariamente 8.64 horas. As crianças frequentavam Jardins-de-Infância do Distrito de Lisboa, tendo as famílias sido recrutadas para o estudo através dos mesmos.

Instrumentos/Procedimento

Escala de Envolvimento Parental: Actividades de cuidados e de socialização (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008)

A Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008) é uma reformulação do questionário de Monteiro, Veríssimo, Santos e Vaughn (2008), Crouter, Perry-Jenkins, Huston e McHale

(1987), Hawng e Lamb (1997), na qual se procurou avaliar a participação de pais e mães em diferentes tarefas relacionadas com a criança, quer no domínio dos cuidados, quer da socialização.

O questionário é composto por 26 itens, que remetem, essencialmente, para cinco dimensões: *cuidados directos* – itens 1, 2, 3, 4 e 6 (e.g. “quem dá banho ao seu filho” e “quem vai deitar o seu filho”); *cuidados indirectos* – itens 5, 7, 8, 23, 24, 25 e 26 (e.g. “quem é responsável pela ida ao médico do seu filho” e “quem leva e traz o seu filho à escola”); *ensino e disciplina* – itens 15, 16, 17, 18 e 19 (e.g. “quem ensina ao seu filho novas competências” e “quem faz cumprir as regras”); *brincadeira* – itens 11, 12, 13, 14 e 22 (e.g. “quem brinca com o seu filho” e “quem lê histórias ao seu filho”); *actividades de lazer no exterior* – itens 9, 10, 20 e 21 (e.g. “quem leva o seu filho às festas de anos” e “quem leva o seu filho ao parque infantil”). As respostas deveriam ser dadas numa escala de cinco pontos – (1) sempre a mãe, (2) mais frequentemente a mãe, (3) tanto a mãe como o pai, (4) mais frequentemente o pai, (5) sempre o pai – e avaliadas numa perspectiva relativa, ou seja, a participação é analisada por comparação com a outra figura parental.

A escala foi preenchida de modo independente pela mãe e pelo pai.

RESULTADOS

As respostas maternas e paternas foram analisadas separadamente, tendo em atenção as perspectivas de ambos os pais face à partilha de responsabilidade parental nos cinco domínios considerados. De início, procurou-se perceber os valores de fiabilidade entre as respostas dadas pelas mães e pelos pais às cinco dimensões.

Os Alfas de *Cronbach* para as cinco dimensões apresentam valores aceitáveis de fiabilidade para ambos os pais como ilustra a Tabela 1. Como se pode observar na mesma tabela, as Médias das dimensões relativas aos cuidados directos e indirectos são mais frequentemente responsabilidade da mãe. Enquanto se verifica uma partilha das actividades expostas nas restantes dimensões: ensino/disciplina, brincadeira e actividades de lazer no exterior.

Tabela 1

Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas quanto ao envolvimento parental

Dimensões	Média	Desvio-padrão	Alfa de Cronbach
Cuidados Directos Maternos	2.27	.58	.74
Cuidados Directos Paternos	2.42	.56	.67
Cuidados Indirectos Maternos	2.26	.47	.69
Cuidados Indirectos Paternos	2.37	.46	.65
Ensino/Disciplina Materna	2.73	.47	.83
Ensino/Disciplina Paterna	2.92	.38	.70
Brincadeira Materna	3.04	.56	.61
Brincadeira Paterna	3.10	.42	.64
Lazer Materno	2.81	.52	.78
Lazer Paterno	2.88	.48	.71

Variáveis Sócio-Demográficas

Através do Coeficiente de Correlação de *Pearson* verificou-se que não existem correlações significativas entre a idade da mãe e as diferentes dimensões do envolvimento, o mesmo se verificando em relação ao pai. Não existem correlações significativas entre as habilitações literárias da mãe e do pai e as dimensões do envolvimento. Finalmente, encontramos uma correlação significativa e positiva entre o número de horas de trabalho da mãe e o envolvimento parental (na opinião da mãe) para os Cuidados Indirectos ($r=.23$; $p<.01$), para o Ensino/Disciplina ($r=.16$; $p<.05$) e para o Lazer ($r=.18$; $p<.05$). Estes resultados indicam que quanto mais horas a mãe despende no trabalho mais o pai tende a colaborar com a criança. Analisando a perspectiva do pai, encontramos uma correlação positiva e

significativa entre a idade da criança e o envolvimento do pai, nas actividades relativas à Brincadeira ($r=.12$, $p<.05$).

Concordância entre as representações parentais

Utilizando o Coeficiente de Correlação de *Pearson*, obtiveram-se os seguintes valores de concordância entre as respostas maternas e paternas para as cinco dimensões do questionário: Cuidados Directos ($r=.78$, $p<.001$), Cuidados Indirectos ($r=.73$ $p<.001$), Ensino/Disciplina ($r=.59$ $p<.001$), Brincadeira ($r=.68$ $p<.001$) e Actividades de Lazer no Exterior ($r=.73$ $p<.001$). Regista-se, assim, nas respostas de ambos os pais, correlações significativas em todas as áreas, embora com valores mais fracos na área do Ensino/Disciplina.

Grau e Tipos de Envolvimento Materno

De seguida realizámos uma análise de *cluster* (método de *Ward*) para classificar as mães de acordo com as cinco dimensões do envolvimento. A análise hierárquica de *clusters* permitiu, assim, dividir a amostra em grupos, fornecendo uma análise detalhada dos mesmos nas dimensões reflectidas nos itens do questionário. O dendograma (Figura 1) permitiu identificar 3 grupos distintos. Uma análise de variância distinguiu os 3 grupos ao nível dos Cuidados Directos [$F(3,325)=53.18$, $p<.01$], Cuidados Indirectos [$F(2,326)=44.96$, $p<.01$], Ensino/Disciplina [$F(2,326)=10.91$, $p<.01$], Brincadeira [$F(2,326)=24.71$, $p<.01$], e Actividades de Lazer no Exterior [$F(2,326)=51.71$, $p<.01$]. Análises de *Post hoc* utilizando o teste de *Scheffé* demonstraram diferenças significativas entre todos os grupos para todas as dimensões.

O primeiro grupo denominado de *Intermédio* é constituído por 219 sujeitos, e segundo a opinião das mães, os pais parecem assumir de modo inequívoco menor participação nas tarefas relacionadas com os cuidados directos e indirectos, não se verificando o mesmo com o ensino/disciplina, onde essa tendência se esbate claramente, e na brincadeira e lazer no exterior, onde se regista uma partilha das tarefas entre ambos os pais.

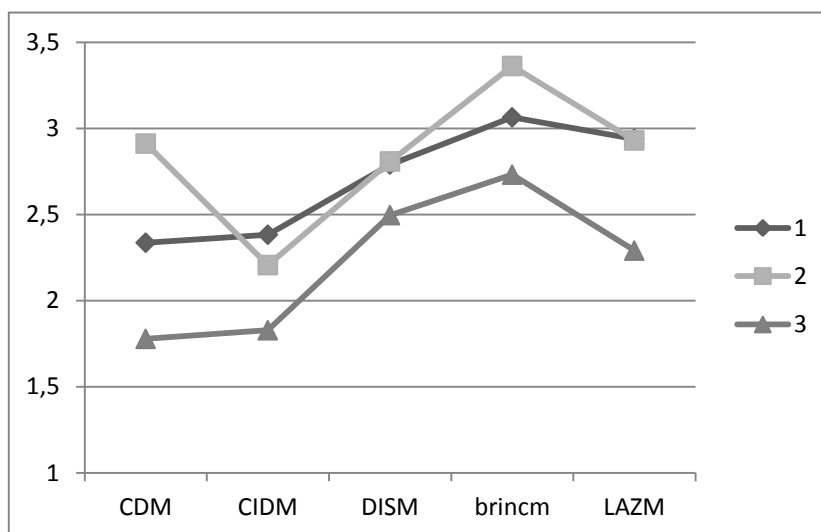
O segundo grupo identificado como *Activo* é constituído por 89 sujeitos, e na perspectiva das mães os pais assumem um papel mais activo, participando mais do que elas nas tarefas relativas ao domínio da brincadeira, registando-se uma partilha das actividades

realizadas no âmbito dos cuidados directos, do lazer no exterior, e embora de modo mais discreto no domínio do ensino/disciplina, onde os pais tendem a participar menos, comparativamente com as mães, que se acentua claramente no domínio dos cuidados indirectos.

O último grupo foi nomeado como o *Tradicional* e é constituído por 21 sujeitos, e de acordo com as mães, estas assumem um papel de primeira cuidadora face aos pais, algo claramente avocado nas tarefas de cuidados directos e indirectos, onde a presença paterna é praticamente residual. Esta menor participação dos pais parece ser comum, também, às dimensões de socialização, embora de forma atenuada, especialmente no domínio da Brincadeira, área onde os pais mais parecem colaborar, de acordo com o ponto de vista materno.

Figura 1

Classificação dos grupos de mães em função das dimensões consideradas no questionário de envolvimento



Grau e Tipos de Envolvimento Materno e Variáveis Sócio-Demográficas

Uma análise de variância demonstrou a existência de diferenças significativas entre os três tipos de envolvimento na perspectiva da mãe e as habilitações literárias da mãe [$F(2,335)=3.47$, $p<0.05$] e o número de horas que passam no emprego [$F(2,335)=3.56$, $p<0.05$]. No entanto, uma análise de *Post hoc* com o teste de Scheffé demonstrou a inexistência de diferenças entre o grupo *Activo* e o grupo *Intermédio*. As mães do grupo

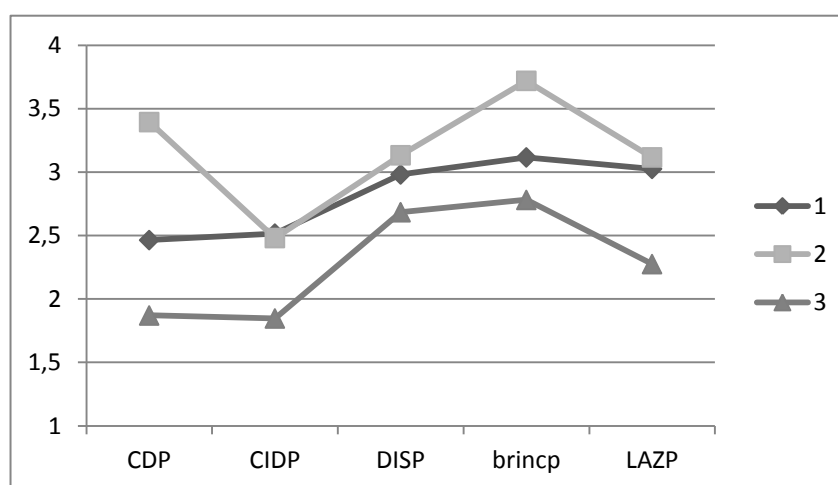
Tradicional apresentam menos habilitações literárias e passam menos horas no trabalho do que as mães dos outros dois grupos.

Tipos de Envolvimento paterno

Realizou-se o mesmo procedimento relativamente aos dados obtidos na perspectiva dos pais (Figura 2). Uma análise de variância permitiu distinguir os 3 grupos ao nível dos Cuidados Directos [F (3,325)= 117.01, $p<0.01$], Cuidados Indirectos [F (2,326)= 75.15, $p<0.01$], Ensino/Disciplina [F (2,326)= 19.51, $p<0.01$], Brincadeira [F (2,326)= 66.02, $p<0.01$] e Actividades de Lazer no Exterior [F (2,326)= 103.25, $p<0.01$]. Análises de *Post hoc* utilizando o teste de Scheffé demonstraram diferenças significativas entre todos os grupos, excepto para as dimensões Cuidados Indirectos e Lazer entre os grupos Intermédio e Activo.

Figura 2

Classificação dos grupos de pais em função das dimensões consideradas no questionário de envolvimento



O Grupo 1 – *Intermédio* é constituído por 239 sujeitos, estes parecem assumir menor responsabilidade ao nível dos cuidados, quer directos, quer indirectos. Em relação aos restantes domínios, o equilíbrio parece ser dominante, registando-se um envolvimento de ambos os pais.

No Grupo 2 – *Activo* - composto por 26 sujeitos, os pais parecem estar mais presentes, assumindo maior envolvimento nos domínios da brincadeira e dos cuidados directos.

Assinalando-se uma partilha das tarefas entre ambos os pais nas áreas do ensino/disciplina e do lazer, do ponto de vista paterno. Porém, no que diz respeito aos Cuidados Indirectos o menor envolvimento paterno parece ser a nota dominante.

No Grupo 3 - *Tradicional* - o terceiro, constituído por 64 sujeitos, o menor envolvimento paterno parece caracterizar transversalmente as áreas consideradas. Todavia, esse domínio torna-se mais discreto, do ponto de vista paterno, na área do lazer no exterior e nos cuidados directos e indirectos parece agravar-se. É nos domínios da brincadeira e do ensino/disciplina que a participação do pai se aproxima de uma partilha igualitária.

Tipos de Envolvimento Paterno e Variáveis Sócio-Demográficas

Uma análise de variância demonstrou que, contrariamente aos dados maternos não existem diferenças significativas entre os três tipos de envolvimento na perspectiva do pai e as habilitações literárias paternas [F(2,335)=2.17, p<0.05], o número de horas que passam no emprego [F(2,335)=1.6, p<0.05] e a idade do pai [F(2,335)=1.97, p<0.05].

De seguida analisou-se o grau de concordância entre os grupos formados através das respostas de ambos os pais.

Tabela 2

Concordância entre os grupos Intermédio, Activo e Tradicional de ambos os pais

		Pai			
		Intermédio	Activo	Tradicional	Total
Mãe	Intermédio	185	23	11	219
	Activo	49	3	37	89
	Tradicional	5	0	16	21
Total		239	26	64	329

Num total de 329 casais, 219 mães fazem parte do Grupo Intermédio, verificando-se que 185 destas mães estão de acordo com o pai quanto ao envolvimento de ambos. No

entanto, em 34 dos casos considerados os pais não se encontram de acordo, pois enquanto as mães assumem uma partilha cujas características se enquadram no Grupo Intermédio, 23 pais julgam-se claramente mais envolvidos (Grupo Activo), enquanto 11 parecem adoptar uma atitude mais tradicional.

Das 89 mães conotadas com uma partilha onde o pai está mais presente (Grupo Activo), apenas 3 encontram eco na opinião dos pais. Nos restantes casos, os pais assumem uma posição de evidente discórdia, uma vez que de acordo com 49 pais, a partilha não se afirma de modo tão evidente, estando assim integrados no Grupo Intermédio, desfasagem que é potenciada nos 37 pais, cuja opinião os inclui no Grupo Tradicional, correspondente a um menor envolvimento paterno.

As opiniões dos pais voltam a convergir no terceiro grupo, o Tradicional, onde 16 casais defendem uma partilha onde o pai parece estar menos presente, porém, em cinco dos casos onde a mãe adopta uma postura coerente com as características do Grupo Tradicional, o pai discorda, julgando-se mais envolvido (Grupo Intermédio). Não se verifica nenhum caso de discórdia mais extremado, onde a mãe defendesse um menor envolvimento do pai (Grupo Tradicional), enquanto segundo a opinião paterna, o pai estivesse francamente mais presente (Grupo Activo).

DISCUSSÃO

As diversas transformações ocorridas, especialmente na segunda metade do último século, não puderam deixar de interferir na ecologia familiar, conduzindo a aproximação dos papéis paterno e materno, face à prestação dos cuidados diários e ao estabelecimento de interacções sociais com os filhos.

Procurando responder ao primeiro objectivo, descrever o grau e tipo de participação do pai, relativamente à mãe em dois domínios: o de Cuidados e o de Socialização, verificou-se que o envolvimento dos pais oscila consoante as actividades ponderadas.

Das cinco dimensões consideradas, e de acordo com a opinião geral dos casais estudados, as mães assumem mais frequentemente responsabilidades nas áreas dos cuidados directos e indirectos. Algo que não se verifica nos restantes três domínios, designadamente no ensino/disciplina, na brincadeira e no lazer no exterior, onde os pais assumem um envolvimento mais activo, participando tanto como as mães.

Estes resultados corroboram as conclusões de Monteiro et al., (2006), que identificam a existência de diferentes padrões de participação paterna em função do tipo de actividade, dado que, como referido, as tarefas de organização/cuidados eram normalmente desempenhadas pelas mães, enquanto as actividades de brincadeira/lazer eram partilhadas de modo igualitário por ambos os pais, o que aliás vem ao encontro de outros trabalhos desenvolvidos com crianças em idade pré-escolar (e.g. Bailey, 1994; Peitz et al., 2001).

A imagem cultural da mulher como primeira prestadora de cuidados e o pai como figura substituta, que intervém apenas quando necessário, ou apenas como companheiro de brincadeira, parece ser, ainda, uma convicção enraizada na sociedade ocidental (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001). Até há poucos anos parecia mais fácil tolerar a colagem do pai a actividades lúdicas (Monteiro et al, 2006; Monteiro et al., 2008) que a actividades relacionadas com a prestação de cuidados, consideradas pouco masculinas (Rohner & Veneziano, 2001). Aspecto ao qual não será alheia a crença de que as crianças mantêm com as mães um laço afectivo especial, o que poderá levar alguns pais a acreditar que não podem cuidar delas do mesmo modo (Beitel & Parke, 1998; Russel, 1983).

Outro aspecto relevante poderá ser as pressões sociais exercidas, que oscilam consoante o alvo é o pai ou a mãe, pois parece haver uma tendência social para aliviar o homem em relação às exigências referentes aos cuidados prestados aos filhos, esperando-se deste um maior investimento ao nível profissional, enquanto, para a mulher as expectativas de desempenho profissional são menores, dado que, socialmente, é aceite ser ela a responsável directa pela família (Torres, 2004).

Também é certo que às actividades lúdicas surgem mais frequentemente associados horários (mais) flexíveis, que por isso se moldam mais facilmente à disponibilidade dos pais, para além de poderem ser intervaladas com outras actividades, ao contrário do que acontece com os cuidados, orientados pelas necessidades imediatas da criança. Assim sendo, são as mães quem tem de gerir a sua disponibilidade, vendo-se frequentemente forçadas a realizar tarefas em simultâneo, procurando desta forma, não penalizar o tempo despendido em actividades mais valorizadas, como conversar, brincar ou ler. Por seu lado os pais gastam mais tempo a realizar estas actividades em exclusivo (Craig, 2003, 2006).

Estes resultados parecem apontar para uma alternância entre uma participação tradicional ao nível dos cuidados e uma participação partilhada nas actividades de socialização, isto é, na prática e apesar das crenças de que os papéis parentais devem ser

partilhados, as alterações afiguram-se mais morosas, persistindo ainda um padrão específico, assente no género (Lamb e Tamis-LeMonda, 2004; Monteiro et al., 2008; Pleck & Masciadrelli, 2004).

Porém estes primeiros resultados, não convergem apenas no sentido de uma imagem paterna mais tradicionalista, que até poderia sair reforçada caso nos debruçássemos sobre o domínio do ensino/disciplina, cuja partilha e consequente maior envolvimento paterno poderiam facilmente associar-se a uma representação do pai que se impunha através da autoridade e da disciplina ao mesmo tempo que se distanciava emocionalmente da criança (Balancho, 2004).

Há que considerar que esta interpretação revelar-se-ia algo redutora, dado o vincado envolvimento paterno nas áreas da brincadeira e do lazer no exterior, que com certeza não corresponderão a um distanciamento emocional face à criança. Esta maior participação paterna não terá forçosamente de colidir com a constatada menor partilha da parte do pai no que às áreas dos cuidados concerne, uma vez que de um modo geral esta, também, não será inexistente, embora se manifeste de modo francamente mais discreto.

Outra possível explicação para o assimétrico envolvimento paterno, em função das diferentes actividades, passará pelo peso histórico-cultural que cada uma carrega, travando ou acelerando dinâmicas ou alterações que, também, por esse motivo poderão ocorrer a velocidades distintas, refreando, sem estancar, o movimento de aproximação do pai aos domínios dos cuidados, e impelindo-o mais vigorosamente para qualquer uma das restantes áreas (e.g. Rohner & Veneziano, 2001; Torres, 2004).

As diferentes velocidades com que os pais vão aderindo aos domínios considerados poderão ajudar a justificar porque grande parte da amostra se encontra inserida nas características do Grupo Intermédio, e não no Grupo Tradicional, onde o pai se demite inequivocamente das tarefas relacionadas com as áreas dos cuidados, nem no Grupo Activo, onde este se revela mais participativo. Talvez esta caracterização possa traduzir um movimento, pouco ou nada complacente face a designações mais estáticas ou justificações mais simplistas e que por isso se poderia aproximar de uma representação mais confusa da paternidade, que oscilaria entre duas perspectivas antagónicas, uma mais tradicionalista e outra mais moderna (e.g. Bailey, 1994; Craig, 2003).

A ênfase na morosidade e timidez ou, pelo contrário, no movimento ou dinamismo com que os pais se parecem aproximar dos domínios dos cuidados poderá ser objecto de estudo em trabalhos futuros.

Tendo em conta o segundo objectivo delineado, respeitante à relação entre as variáveis sócio-demográficas ponderadas e o envolvimento parental, do ponto de vista da mãe, os pais parecem mais envolvidos quando estas despendem um maior número de horas no emprego, no que diz respeito às actividades relacionadas com os cuidados indirectos, ensino/disciplina e lazer no exterior. Segundo Peitz et al. (2001), as horas de trabalho da mãe relacionam-se com a proporção de envolvimento paterno, pois é bem provável que o maior número de horas de trabalho da mãe se associe a uma crescente necessidade de participação do pai. Porém, também, poderá ser possível que tal correlação se possa justificar pela redução do tempo absoluto que as mães passam com os filhos (Bailey, 1994; Cabrera et al., 2000; Lamb, 1987), potenciando a participação paterna, uma vez que os dados são considerados em comparação com a outra figura parental, assumindo a escala uma perspectiva relativa.

Seria por isso interessante aquilatar no futuro se esta correlação positiva se fica de facto a dever a um aumento qualitativo da participação paterna, ou se pura e simplesmente se reduz a um crescimento meramente quantitativo.

Na perspectiva dos pais existe, ainda, uma correlação positiva entre a idade das crianças e a participação paterna, uma vez que esta parece aumentar à medida que as crianças crescem, designadamente no domínio da brincadeira. A etapa de desenvolvimento das crianças é um aspecto fundamental a considerar, dado que no período pré-escolar as crianças adquirem novas competências linguísticas, cognitivas e de socialização, assumindo um papel progressivamente mais activo na regulação das interacções. Nestas idades, a brincadeira e o lúdico além de preponderantes, são actividades cada vez mais complexas, que colocam novos desafios aos pais (Monteiro et al., 2010). O desenvolvimento entretanto ocorrido talvez possa aproximar os pais, cuja percepção dos filhos deixa de ser tão frágil, permitindo-lhes outra confiança na relação, que é mais difícil de estabelecer de início, onde social e culturalmente a mãe é frequentemente percebida como mais capaz de cuidar e de estabelecer laços afectivos com o bebé (Beitel & Parke, 1998; Russel, 1983). A referida ausência de uma concepção unidimensional do papel do pai (Lamb, 1987, 2004; Parke, 1996) é reforçada se atendermos aos três grupos encontrados: Activo, Intermédio e Tradicional. Estes diferentes grupos, aos quais correspondem características individuais e formas de participar distintas, sob o ponto de vista materno e paterno, apresentam diferenças significativas entre si, com

excepção da perspectiva paterna, nas áreas dos cuidados indirectos e do lazer entre os grupos Intermédio e Activo.

O grupo Tradicional, definido, utilizando a perspectiva materna é caracterizado por mães que passam menos horas no local de trabalho e que possuem menos habilitações literárias, características que surgem relacionadas com a percepção materna de um menor envolvimento do pai. Como já tivemos oportunidade de referir, as horas de trabalho da mãe relacionam-se com a proporção de envolvimento paterno (Peitz et al., 2001), neste caso o facto de as mães poderem estar mais disponíveis pode aliviar a necessidade de participação do pai, explicando o menor envolvimento paterno e reforçando a ideia de que o pai avança essencialmente quando a mãe não pode fazê-lo, emergindo assim como uma figura de recurso (e.g. Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001).

Quanto às habilitações literárias, a percepção de um maior envolvimento paterno pode ficar a dever-se a inúmeros aspectos. Os pais com habilitações superiores envolvem-se mais nas actividades de brincadeira, o que se pode dever ao facto destes as percepcionarem como um meio, não só de interacção, mas também de estimulação às aprendizagens cognitivas e sociais dos filhos (Monteiro et al., 2006). Estes pais também poderão construir concepções menos rígidas acerca dos papéis dos géneros, o que os leva a não ponderarem as Actividades Práticas (cuidados) como pouco masculinas, mostrando-se mesmo mais abertos e flexíveis face a novas experiências (Levy-Shiff, & Israelashvilli, 1988). O nível de participação nas actividades indirectas também tende a aumentar com o grau de escolaridade dos pais (Monteiro et al., 2006; Torres, 2004).

Por outro lado, quanto menor o nível de escolaridade das mães (possível indicador de trabalho menos bem remunerado), menor a participação dos pais nas actividades indirectas. O facto de, profissionalmente, muitas mulheres ocuparem lugares de menor prestígio e menos bem remunerados do que os homens (Torres, 2004), poderá levá-las a preferir manter o equilíbrio tradicional familiar, mesmo tal significando maior exaustão física e mental (Lamb & Tamis-Lemonda, 2004). Ao contrário do que se verifica nas mães com habilitações literárias superiores, que talvez por apostarem mais ao nível profissional, não só facilitam, como desejam um maior envolvimento paterno nas áreas relativas aos cuidados (Monteiro et al., 2006). Tal ponderação poderá ser um indicador da representação da mãe como *gatekeeper* (e.g., Allen & Hawkins, 1999; Fagan & Barnett, 2003; McBride, Brown, Bost, Shin, Vaughn, & Korth, 2005; Schoppe-Sullivan, Brown, Cannon, Mangelsdorf, & Sokolowski, 2008), onde a acção materna pode defenir e restringir os papéis e responsabilidades desempenhados pelos

pais no contexto familiar. Ao contrário do que se verificou nas mães, não se observaram diferenças significativas entre os três tipos de envolvimento paterno e as variáveis sócio-demográficas, o que poderá alertar para outras razões que justifiquem as diferenças entre os três grupos, pois são vários os factores que podem condicionar o envolvimento parental, podendo actuar de modo isolado ou correlacionado (Arendell, 1996; Pleck & Masciadrelli, 2004), dado que a variabilidade da participação paterna nas rotinas familiares e consequentemente no dia-a-dia dos filhos é produto de um sistema complexo de influências (Belsky, 1984; Lamb, 2004; Parke, 1996). Referimo-nos, por exemplo, às características das mães, cujo impacte já tratamos, assim como às características das próprias crianças, como a idade e o género, ou às variáveis de contexto, ilustradas, por exemplo, pelo número de horas que as crianças passam na Creche/Jardim de Infância, e o próprio temperamento, cuja influência já foi confirmada noutros estudos (e.g. Manlove e Vernon-Feagans, 2002).

Regista-se, ainda, uma concordância entre as perspectivas de partilha de ambos os pais nos grupos Intermédios e Tradicionais, o que significa que, nestes casos, a opinião das mães parece coincidir maioritariamente com a opinião dos pais. Mesmo quando estas não se encontram em sintonia, o que foi mais invulgar, as opiniões nunca atingem um ponto de ruptura máximo, onde a perspectiva do casal se repartisse entre o ponto de vista tradicional e o activo.

Ao contrário do que se regista no grupo Activo, tendo em conta a perspectiva de ambos os pais. Neste caso, a oposição é mesmo o ponto dominante, uma vez que o número de casais onde as opiniões convergiram é residual. Deste modo, num casal podem coincidir opiniões totalmente divergentes, convivendo, assim, perspectivas tipicamente tradicionais (grupo Tradicional paterno) e perspectivas tipicamente modernas (grupo Activo materno). Registe-se que o inverso não acontece, isto é, não se observou nenhum casal onde a mãe perspectivasse o envolvimento paterno de modo tradicional, enquanto a opinião do pai assumisse características do grupo Activo. Porém, na maior parte dos casos a discórdia não traduz uma distância de opiniões tão acentuada, uma vez que nestes casos, onde a mãe tende a perspectivar o envolvimento paterno de modo activo, a opinião do pai enquadra-se no grupo Intermédio.

A questão da concordância é pertinente, uma vez que a distância entre a opinião dos pais pode dificultar a relação que estes estabelecem com a criança, assim como pode dificultar a interiorização desta face a um modelo que lhe sirva de referência durante o seu desenvolvimento. A própria imagem dos pais pode sofrer algum desgaste, caso a divergência

se acentue, traduzindo formas de estar incompatíveis, que evoluem no sentido da desvalorização do papel do outro. De acordo com Hetherington (1988), quando a relação dos pais sofre uma clivagem o desenvolvimento dos filhos pode ser afectado, registando-se, por exemplo, maior ocorrência de conflitos entre irmãos. Algo mais difícil de acontecer, num contexto de convergência, onde o papel dos progenitores tende a sair reforçado face aos olhos da criança.

Podemos assim pressupor que em casais onde se regista uma divergência significativa na percepção que têm da forma como o seu dia-a-dia é gerido, nomeadamente, em relação às crianças, isso acarrete tensões e conflitos entre os pais, que poderão ter consequências no funcionamento do sistema familiar, assim como no desenvolvimento sócio-emocional da criança. Para mais facilmente compreender o conceito de partilha parental é importante assumir uma perspectiva ecológica da família, considerando-o como um processo complexo e dinâmico. Não só devemos ponderar a percepção materna sobre o valor e importância do envolvimento paterno e atender as bases motivacionais do pai (e.g. Cabrera et al., 2000; Levy-Shiff & Israelashvili, 1988; McHale & Huston, 1984) como, também, os possíveis constrangimentos sociais e institucionais (e.g. Lamb, 1987). Não poderemos, ainda, negligenciar o estudo do modo como a partilha parental é constantemente mantida e negociada pelos pais (Arendell, 1996; Deutsch, 2001; Tamis-Lemonda, 2004), através de decisões quotidianas sobre a família e o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allen, S.M. & Hawkins, A.S. (1999). Maternal Gate Keeping: Mother's beliefs and behaviors that inhibit greater involvement in family work. *Journal of Marriage and Family*, 61, 199-212.

Arendell, T. (1996). Comparing: A review of the literature. National Center on fathers and Families, 1-5. Consultado em Abril 2005, <http://www.ncoff.gse.upenn.edu/litrer.html>.

Bailey, W.T. (1994). A longitudinal study of father's involvement with young children: Infancy to age 5 years old. *Journal of Genetic Psychology*, 155, 331-339.

Balancho, L.S. (2004). Ser pai: Transformações intergeracionais na paternidade. *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 337-386.

Beitel, A.H. & Parke, R.D. (1998). Paternal involvement in infancy: The role of maternal and paternal attitudes. *Journal of Family Psychology*, 12, 268-288.

Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96.

Brazelton, T.B. (2005). A maternidade e a vida profissional. Editorial Presença. Lisboa.

Brown, G. L., McBride, B.A., Shin, N. & Bost, K. (2007) Parenting Predictors of Father-child Attachment Security: interactive effects of father involvement and fathering quality. *Fathering*, 5, 197-219.

Cabrera, N.J., Tamis-Lemonda, C.S., Bradley, R.H., Hofferth, S. & Lamb, M.E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child Development*, 71 (1), 127-136.

Cabrera, N.S., Tamis-Lemonda, C.S., Lamb, M.E. & Boller, K. (1999). Measuring father involvement in the early start evaluation: A multidimensional conceptualization. *Paper presented at the National Conference on Health Statistics*, Washington, D.C., E.U.A..

Cox, M. Owen, M. Henderson, V. & Margand, N. (1992). Prediction of infant-father and infant-mother attachment. *Developmental Psychology*, 28, 474-483.

Craig, L. (2003). Do Australians share parenting? Time-diary evidence on father's and mother's time with children. *Paper presented at the Conference of the Australian Institute of Family Studies*. Melbourne, Australia.

Craig, L. (2006). Does father care mean father share? A comparison of how mothers and fathers in intact families spend time with children. *Gender & Society*, 20, 259-281.

Crouter, A.C., Perry-Jenkins, M., Huston, T.L., & McHale, S.M. (1987). Processes underlying father involvement in dual-earner and single-earner families. *Developmental Psychology*, 23 (3), 431-440.

Deutsch, F.M. (2001). Equally shared parenting. *American Psychological Society*, 10 (1), 25-28.

Easterbrooks & Goldberg, W.A. (1984). Toddler development in the family : impact of father involvement and parenting characteristics. *Child development*, 55, 740-752.

Fagan, J. & Barnett, M. (2003). The Relationships Between Maternal Gate Keeping, Paternal Competence, Mother's Attitudes About the Father Role, and Father Involvement. *Journal of Family Issues*, 24 (8) : 1020-1043.

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do Ministério da Educação (GEPE). Séries cronológicas – 30 anos de estatísticas da educação. Retirado (2007) de <http://www.gepe.min-edu.pt/np3/14.html>.

Gouveia, R., Baptista, M., Lopes, M., Lopes, A.I., Barreto, C., Lacerda, N., Torgal-Garcia, F. & Gomes Pedro, J. (1991). Cuidados do pai português nos cuidados ao seu filho no 1º ano de vida. *Revista Portuguesa de Pediatria*, 22, 246-249.

Grossman, F.K., Pollack, W.S. & Golding, E. (1988). Fathers and Children: Predicting the quality and quantity of fathering. *Developmental Psychology*, 24 (1) 82-91.

Hetherington, E. M. (1988). Parents, children and siblings six years after divorce. In R. Hinde & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Relationships within families* (pp. 311-331). Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Hwang, C. P., & Lamb, M. E. (1997). Father involvement in Sweden : A longitudinal study of its stability and correlates. *International Journal of Behavioral Development*, 21(3), 621-632.

Instituto Nacional de Estatística (2007). Dia Internacional da Mulher – 32 anos (1975-2007). Ano europeu da Igualdade de Oportunidades para todos. Retirado (2007) de <http://www.ine.pt>.

Laflamme, D, Pomerleau, A. & Malciut, G. (2002). A comparison of Father's and Mother's Involvement in Childcare and Stimulation Behaviors During Free-play with their Infants at 9 and 15 months. *Sex Roles*, 47, 507-518.

Lamb, M.E. (1987). Introduction : The emergent American father. In M.E. Lamb (Ed.). *The father's role: Cross-cultural perspectives* (p.3-26). New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates.

Lamb, M.E. (1996). What are fathers for? *Paper presented at the IPPR Conference « Men and their children »*. London, U.K..

Lamb, M.E. (Ed.), (2004). *The role of the Father in Child Development*. Hoboken, NS: John Wiley and Sons.

Lamb, M.E., Pleck, J.H., Charnou, E.L. & Levine, J.A. (1987). A biosocial perspective on paternal behaviour and involvement. In J.B. Lancaster, J. Altmann, A. Rossi & L.R. Sherrod (Eds.). *Parenting across the life span : Biosocial perspectives* (pp. 111-142). Hawthorne, NY: Aldine Publishing Co.

Lamb, M.E. & Tamis-Lemonda, C.S. (2004). The role of the father: an introduction (pp.1-31). In M.E. Lamb (Ed.). *The role of the Father in Child Development*. Hoboken, NS : John Wiley and Sons.

Levy-Shiff, R. & Israelashvilli, R. (1988). Antecedents of fathering: some further exploration. *Developmental Psychology*, 24, 434-440.

Lewis. C.. & Lamb. M. E. (2003). Fathers' influences on children's development: The evidence from two-parents families. *European Journal of Psychology of Education*. 18 (2). 211-228.

Manlove, E.E. & Vernon-Feagans, L. (2002). Caring for infant daughters and sons in dual-earner households: maternal reports of father involvement in weekday time and tasks. *Infant and Child Development*, 11, 305-320.

McBride, B.A., Brown, G.L., Bost, K.K., Shin, N., Vaughn, B. & Korth, B. (2005). Paternal Identity, Maternal Gate Keeping, and Father Involvement. *Family Relations*, 54, 360-372.

McHale, S.M. & Huston, T.L. (1984). Men and women as parents : sex role, orientations, employment, and parental roles with infants. *Child Development*, 55, 1349-1361.

Monteiro, L., Fernandes, M., Veríssimo, M., Torres, N, Vaughn, B-E. (2010) Perspectiva do pai acerca do seu envolvimento em famílias bi-parentais. Associações com o que é desejado pela mãe e com as características da criança. *Interamerican Journal of Psychology*, 44 (1), 1-11.

Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? *Psychologica*, 42, 213-229.

Monteiro, L., Veríssimo, M. & Pessoa e Costa, I. (2008). Escala Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização. Manual não publicado, ISPA.

Monteiro, L., Veríssimo, M., Santos, A.J., & Vaughn. B. (2008). Envolvimento paterno e organização dos comportamentos de base segura das crianças em famílias portuguesas. *Análise Psicológica*, 3 (XXVI), 395-409.

Paquette, D. (2004). Theorizing the father-child relationship: Mechanisms and developmental outcomes. *Human Development*, 47, 193-219.

Parke, R.D. (1996). Fatherhood. The developing child. Series Editors Bruner J., Cole, M., Karmiloff-Smith, A. Harvard University Press.

Peitz, G., Fthenakis, W.E & Kalicki, B. (2001). Determinants of paternal involvement during the child's third year of life : child-care tasks versus pleasure activities. *Poster presented at the Society for Research in Child Development*. Minneapolis. USA.

Pleck, J. H. (1982). Husbands`and wives`paid work, family work and adjustment. Wellesley, MA: Wellesley College Center for Research on Women.

Pleck, J.H. & Masciadrelli, B.P. (2004). Paternal Involvement by U.S. Residential fathers. Levels, sources and consequences (pp. 222-306). In M.E. Lamb (Ed.) *The role of the Father in Child Development*. Hoboken. N.S: John Wiley and Sons.

Rohner, R.P. & Veneziano, R.A. (2001). The importance of father love: History and contemporary evidence. *Review of General Psychology*, 5 (4), 382-405.

Russel, G. (1983). The changing role of fathers? St. Lucia, Queensland: University of Queensland Press.

Schoppe-Sullivan, S.J., Brown, G.L., Cannon, E.A., Mongeldorf, S.C. & Szewczyk Sokolowski, M. (2008). Maternal Gate Keeping, Coparenting Quality and Fathering Behavior in Families with Infants. *Journal of Family Psychology*, 22, 389-398.

Tamis-LeMonde, C.S. (2004). Conceptualizing father's role: Playmates and more. *Human Development*, 47, 220-227.

Torres, A. (2004). A Vida Conjugal e o trabalho. Uma perspectiva sociológica. Oeiras: Celta.

Wall, K. (2005). Atitudes face aos Papéis de Género e à Dimensão familiar do trabalho em Portugal e na Europa. Comunicação apresentada no seminário Família e Papéis de Género, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

Wall, K., Aboim, S., & Cunha, V. (2010). A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa.

CAPÍTULO III

**O ENVOLVIMENTO PARENTAL E A SUA RELAÇÃO COM A RELEVÂNCIA DO BRINCAR E
DA COMPETÊNCIA SOCIAL NO JARDIM-DE-INFÂNCIA/PRÉ-ESCOLAR**

RESUMO

A presente investigação pretende analisar a adaptação psicossocial das crianças ao jardim-de-infância/pré-escolar, nomeadamente, nas dimensões do brincar e da competência social. Visa, ainda, analisar de que modo um maior envolvimento paterno nos cuidados e socialização das crianças se encontra associado com essa adaptação. Foram ainda consideradas as características individuais dos pais (idade e habilitações literárias) e da criança (idade, género, se é primogénito, existência de irmãos), para além de variáveis de contexto/ suporte social (número de horas que os pais passam no emprego, número de horas que as crianças passam no jardim-de-infância e idade em que a criança começou a frequentar o estabelecimento de ensino), como factores associados à qualidade do brincar e à competência social. 208 famílias bi-parentais, da região de Lisboa participaram deste estudo. Aplicou-se a ambos os pais, de modo independente, a Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008), para avaliar o grau de participação parental, a Penn Interactive Peer Play Scale (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998), traduzida e adaptada por Torres, Santos e Veríssimo (2010), para avaliar a qualidade do brincar e a Escala de Competência Social e de Avaliação do Comportamento (Lafreniere & Dumas, 1996, traduzida e adaptada por Santos & Veríssimo, 2008), para avaliar a competência social das crianças.

Os resultados indicam que a qualidade do brincar se encontra associada com a competência social em contexto escolar. Quanto mais elevadas as habilitações literárias maternas maior a qualidade do brincar das crianças, na perspectiva de ambos os pais. Quanto mais elevada a idade materna menos agressivas são as crianças, sendo que a menor idade paterna se associa com níveis mais elevados de competência social das crianças. Na perspectiva de ambos os pais os rapazes apresentam valores mais elevados na dimensão agressividade e níveis mais baixos ao nível da competência social comparativamente com as raparigas, que na perspectiva materna apresentam valores mais elevados na dimensão da Competência social. Os resultados obtidos não esclarecem totalmente a esperada associação entre um maior envolvimento paterno e a maior qualidade do brincar/ maior competência social das crianças, o que poderá ficar a dever-se à persistência de uma perspectiva mais tradicional do envolvimento paterno (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001), onde o pai tende a envolver-se mais em situações adversas.

Palavras-chave: Brincar, Jogo Social, Competência Social, Agressividade, Isolamento Ansioso, Interação Positiva, Disrupção, Desconexão, Envolvimento Parental.

INTRODUÇÃO

A importância do brincar e o desenvolvimento

A Psicologia do Desenvolvimento identificou o brincar durante os primeiros anos de vida como um contexto fundamental a ser estudado, com o intuito de perceber o modo como as crianças, que frequentam o jardim-de-infância, adquirem os conhecimentos sociais e as competências interactivas necessárias para o funcionamento no grupo de pares (Jonhson, Christie, & Yawkey, 1987; National Association for the Education of Young Children, 1991). Segundo Vygotsky (1976), brincar é uma fonte de desenvolvimento nos anos correspondentes ao período pré-escolar. Através do brincar no contexto de pares, as crianças mais pequenas testam os papéis e regras sociais. Preparam-se, assim, para partilhar, passar a vez, cooperar, considerar outras perspectivas e para regular a agressividade. No jardim-de-infância, a brincadeira sócio-dramática relaciona-se, de modo positivo com a competência social e com a aceitação dos pares (Connolly & Doyle, 1984; Rubin & Hayvern, 1981).

Porém, nem sempre os objectivos do brincar foram pacificamente aceites, tendo sofrido alterações ao longo do tempo. No séc. XIX, mais especificamente em 1878, Herbert Spencer propôs a teoria do «excesso de energia», que defendia a necessidade de gastar o excesso de energia acumulada, veiculada através do brincar, que permitia repor esses valores a níveis aceitáveis e que não servissem de impedimento ao fluir das actividades necessárias. Mais tarde, em 1916, George Patrick propõe exactamente o contrário, ou seja, que o brincar surgia de um défice de energia, permitindo assim, à criança reabastecer a energia dispendida noutras actividades, permitindo um «recarregar das baterias» (Berryman, Burgess, Kennedy, & Stewart, 2001).

Karl Groos, na passagem do século XIX para o século XX, defendeu a teoria do pré-exercício, onde o brincar tinha como objectivo permitir a prática necessária à aquisição das aptidões imprescindíveis à sobrevivência numa fase mais adiantada do desenvolvimento, afastando-se da ideia peregrina onde o brincar era muito simplesmente apresentado como sendo o oposto do trabalho (Berryman, et al., 2001).

Freud considerava o brincar como uma forma encontrada pelas crianças para compensarem as ansiedades e frustrações com que se viam confrontadas ao longo do quotidiano. E se Freud enfatizava a importância das emoções, Piaget olhava o brincar do ponto de vista cognitivo, enquadrando-o na sua teoria geral do desenvolvimento do pensamento. Para este autor, quando as crianças assimilam novos objectos e experiências nos

esquemas de pensamento já existentes, é sinal de que de facto estão a controlar o seu mundo imediato. A criança utiliza, assim, o brincar para moldar a realidade de modo a poder adaptá-la ao seu pensamento (Trypon & Vonèche, 1996). Enquanto brinca, a criança explora o meio envolvente, apreendendo as características dos objectos e aprendendo a resolver as problemáticas com que vai sendo confrontada (Garvey, 1990; Rubin, Fein, & Vandenberg, 1983).

Na verdade, o brincar passou a ser ponderado como um veículo muito importante, através do qual as crianças definem e redefinem as tradições, regras e políticas dominantes na sua cultura (Sutton-Smith, 1997). De acordo com Pellegrini (1992), brincar é mesmo a principal fonte de desenvolvimento social durante os anos pré-escolares, assumindo-se como um contexto indispensável onde as crianças adquirem conhecimentos sociais essenciais e capacidades interactivas com os pares. Através do brincar, as crianças desenvolvem as capacidades para considerarem as perspectivas dos outros (Lillard, 1998), para interpretar o comportamento dos outros e para ajustarem crenças e desejos individuais, que possibilitam criar determinadas regras e resultados (Fantuzzo & Mohr, 2000). Estas novas habilidades, das crianças pré-escolares, reflectem-se através de um expandido repertório comportamental, onde se encontra incluída a resolução de problemas, a comunicação e a tomada de perspectiva (Fisher, 1992; Rosen, 1974; Saltz & Johnson, 1974; Smith & Syddall, 1978). A realização destas competências representa a principal tarefa de desenvolvimento das crianças pré-escolares e está associada ao sucesso na adaptação escolar e ao ajustamento psicológico (Cicchetti, 1990; Ladd & Profilet, 1996; Raver & Zigler, 1997).

As relações sistemáticas entre o brincar e o desenvolvimento infantil concretizam-se a diversos níveis. Sob condições favoráveis o brincar pode promover o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional (Bruner, 1972; Dunn, 2010; Elias & Berk, 2002; Hartup, 1996; Johnson, Christie & Yawkey, 1999; Yawkey, 1984). Para além disso o modo como se brinca com os outros influencia a aceitação ou rejeição social (Black & Hazen, 1990; Ladd & Price, 1993; Ladd, Price, & Hart, 1988; 1990), o desenvolvimento de amizades e a inserção em sub-grupos afiliativos que por sua vez facilitam outros aspectos do desenvolvimento sócio-emocional (Fein, 1989) e sócio-cognitivo (Howes, 1983; Ladd et al., 1988; Vaughn & Santos, 2009).

Esta evidência, onde se assume com desassombro as implicações do brincar sobre o desenvolvimento (Fromberg & Bergen, 1998; Rubin et al., 1983; Saracho & Spodek, 1998), também foi responsável pela alteração do paradigma que tendia a desvalorizar os anos pré-

escolares face à educação formal, cujo início corresponderia à entrada no 1º Ciclo, redimensionando uma valência até aí claramente negligenciada (Yawkey, 1984).

De acordo com Vygotsky e seus seguidores, um exemplo evidente do papel preponderante desempenhado pelo brincar ao nível do desenvolvimento cognitivo e social concretiza-se através do desenvolvimento da auto-regulação, isto é, a capacidade da criança para controlar os seus próprios pensamentos, emoções e comportamentos (Elias & Berk, 2002). Segundo Vygotsky, a chave para compreender o impulso oferecido pelo brincar à auto-regulação, prende-se com a crescente capacidade da criança para separar o objecto com que brinca do pensamento desse mesmo objecto. Inicialmente, e em sintonia com Piaget (Trypon & Vonèche, 1996), antes de adquirida a função simbólica, a criança sente grandes dificuldades em discernir o próprio objecto ou a própria acção dos respectivos pensamentos (Trypon & Vonèche, 1996). A habilidade para separar o pensamento do próprio objecto significa que a criança passou a ser capaz de regular os seus pensamentos e acções (Vygotsky, 2007), algo que também foi possível alcançar graças ao brincar imaginário (Elias & Berk, 2002).

A própria criatividade parece relacionar-se com o auto-controlo, com a baixa impulsividade e com pouca agressividade, para além da partilha, cooperação, independência e maturidade social (Rubin et al., 1983). As crianças mais imaginativas tendem a demonstrar uma melhor organização emocional, manifestando mais emoções positivas que as crianças menos imaginativas. Sorriem mais frequentemente, assim como são mais curiosas e interessadas em novas experiências, além de expressarem mais alegria enquanto brincam ou quando interagem com os pares (Singer & Singer, 1980).

Sylva, Bruner e Genova (1976) demonstraram que a experiência de brincar livremente melhorou a capacidade de resolver problemas das crianças entre os 3 e os 5 anos. E Dansky & Silverman (1973), verificaram que as crianças entre os 4 e os 6 anos que puderam brincar sem restrições ofereceram um maior número de respostas não padronizadas, revelando maiores índices de criatividade, que crianças que se limitaram a reproduzir o comportamento de um adulto que servia de modelo.

Quando as relações sociais despertam a criança para um problema, o brincar é muito frequentemente um veículo através do qual os sentimentos acerca desse problema encontram um escape e possíveis soluções são experimentadas sem o perigo das hipotéticas consequências negativas (Curti, 1930).

Inicialmente pensou-se que o “faz de conta” era, nos primeiros anos, uma actividade solitária. Mais tarde, alguns investigadores (e.g. Dunn, 1988; Haight & Miller, 1993) sugeriram que esta actividade era frequentemente social. Nos primeiros anos, o “faz de conta” é usualmente praticado com a mãe ou com os irmãos, e à medida que a criança se desenvolve e vai conhecendo pares, estes vão-se tornando progressivamente mais assíduos neste tipo de actividade.

O brincar sociodramático, que permite fazer de conta a dois ou mais participantes que ensaiam uma variedade de papéis relacionados, é particularmente importante (Pellegrini & Galda, 1993), pois obriga a criança a agir contra o seu impulso e a regular os seus pensamentos e comportamentos de acordo com a evolução da situação imaginária que realiza com os seus pares. Ao mesmo tempo em que simula determinado comportamento, a criança pode por exemplo sugerir algo a um companheiro de brincadeira, conjugando em simultâneo o mundo imaginário e o real.

Fornece-lhe, assim, oportunidades onde lhe é possível aproximar dos pensamentos e sentimentos dos outros (pares), para além de praticar desempenhos que com grandes probabilidades irá encarnar mais tarde, quando for adulto (Haight & Miller, 1993). Especializa-se, deste modo, em determinados comportamentos, à medida que o brincar e o próprio desenvolvimento vão sofrendo os efeitos inevitáveis impostos pelos constrangimentos ecológicos (Bronfenbrenner, 2005).

Progressivamente o desenvolvimento vai enriquecendo o brincar, que em momento algum permaneceu passivo face a essa dádiva, presenteando-o, também ele, com um contributo inegável (Piaget, 1962), uma vez que ambos se parecem promover (Chateau, 1987). As aquisições associadas ao desenvolvimento vão permitindo ao brincar uma qualidade acrescida, à medida que a criança se aproxima dos pares e a interacção flui com mais vigor. O que de início é isolado, mesmo que outra criança esteja por perto, além de redutoramente funcional, cede lugar a uma troca interactiva mais intensa, onde impera a competição e onde a criança pondera, não raras vezes, o outro como rival, onde a acção é ainda essencialmente desorganizada. Neste momento, a criança apresenta um brincar inicialmente hedonístico, que visa a exploração e a manipulação dos objectos, que muitas vezes acaba por destruir. Só mais tarde é que estas características se vão desvanecendo, à medida que a cooperação e a organização passam a dominar o brincar das crianças. Então, a criança passa a recorrer a um brincar, antes de mais regulamentado e, posteriormente, construtivo e preñado de regras arbitrárias (Chateau, 1987). Paralelamente dá-se a viagem

moral, onde as regras heterónomas, forçadas pelos adultos mais significativos e poderosos, ou seja, pelo exterior, vão oferecendo o seu lugar às regras autónomas, desta feita, impostas pela própria criança (Piaget, 1995).

A própria abstracção radica no brincar, que se demora, embora sem se esgotar, numa infância prolongada, que a própria selecção natural não eliminou. O brincar contribui para o desenvolvimento da capacidade construtiva, da imaginação e da faculdade de sistematizar (Piaget, 1962). É assim, uma fonte de actividades superiores. É através do brincar que se inicia o pensamento humano e é também no brincar que a criança se permite contemplar, projectar e construir (Chateau, 1987).

Como referido, o contexto do brincar entre pares corresponde a um meio onde as crianças que frequentam o jardim-de-infância adquirem e expressam as competências sociais (Gallagher, 1993). A repetição das interacções interpessoais que ocorrem durante a brincadeira entre pares, especialmente a que envolve comportamentos pro-sociais ou encontros agressivos, corresponde a uma experiência importante que tem impacto no desenvolvimento social da criança (Fisher, 1992; Ladd, Price, & Hart, 1990). Durante a brincadeira, a criança expõe-se a opiniões, ideias, e sentimentos. O feedback dos pares permite à criança descentrar-se, passando a considerar a perspectiva dos outros. Esta capacidade serve como plataforma para o desenvolvimento das capacidades de resolução de conflitos, de aprendizagem de cooperação (Guralnick, 1993; Topping & Ehly, 1998), assim como de empatia (Creasey, Jarvis, & Berk, 1998; Frost, 1992; Goncu, 1993).

O envolvimento no brincar ajuda as crianças a desenvolver competências cognitivas, linguísticas e sócio-emocionais (Bredekamp & Copple, 1997; Fisher, 1992), capacidades complexas necessárias ao estabelecimento efectivo do brincar com os pares, tais como entrar no grupo de pares ou aceder às respostas de outras crianças, (Creasey, Jarvis, & Berk, 1998).

Por outro lado, as capacidades complexas necessárias ao estabelecimento e sustentação efectiva das interacções positivas entre pares forçam na criança o exercício do auto-controlo (Fisher, 1992; National Research Council & Institute of Medicine, 2000a) e um conjunto de outros importantes comportamentos que podem afectar capacidades como a atenção, a persistência (Bredekamp & Copple, 1997; Creasey, Jarvis, & Berk, 1998; Stipek, 2002; Wentzel, 1999) ou mesmo a cooperação (Birch & Ladd, 1996).

O grau de envolvimento significativo associado ao brincar sugere que uma relação mais chegada encoraja os indivíduos a criar uma zona de desenvolvimento proximal, que de

acordo com Lev Vygotsky, é a chave para a aquisição de novos conhecimentos. Tanto os pares podem promover o desenvolvimento através de interações “guiadas”, como os pais mais envolvidos, que “guiam” determinado jogo ou brincadeira em casa, podem, porque operam na zona de desenvolvimento proximal, auxiliar a criança a tornar-se mais competente socialmente (Vygotsky, 2007).

As capacidades sociais, como reforçar os outros, manter-se disponível para iniciar interações e ser um bom comunicador desempenham um papel importante na aceitação social (Coie, Dodge, & Kupersmidt, 1990). A persistência e a flexibilidade também ajudam. Por vezes, as primeiras tentativas podem ser frustradas, pelo que é muito importante que a criança possa encontrar estratégias alternativas. A vontade para voltar a insistir depende da interpretação da criança face ao que aconteceu (Kupersmidt, & Coie, 1990; Coie, Dodge, & Kupersmidt, 1990).

A importância da relação entre pares

A aproximação das mães ao mercado laboral e a consequente democratização do ensino pré-escolar veio reforçar a importância da interação entre pares no desenvolvimento da criança (Brazelton, 2005). As interações entre pares são factores incontornáveis no desenvolvimento da competência social e cognitiva da criança (Perret-Clermont, 1980).

Não é só na adolescência que a interação entre pares aumenta vertiginosamente à medida que a interação com os pais e adultos diminui praticamente na mesma proporção. De acordo com Eckermen, Whatley & Kutz (1975), enquanto os bebés interagem cada vez mais com os pares vão reduzindo o número de interações com a mãe, com quem passam cada vez menos tempo a brincar. Os pares são uma fonte de informação sobre as regras de socialização, se as crianças estão a ter um bom desempenho no jogo social, de uma perspectiva diferente da da família, de uma perspectiva simétrica, onde se comungam problemas, objectivos, estatutos e habilidades. Os pares, tal como os pais, influenciam o desenvolvimento da criança através do reforço, do modelo de referência, da comparação social e providenciando oportunidades de socialização e de aprendizagem. O que além de confirmar as ideias de Piaget e de Vygotsky, encontra-se em sintonia com diversos estudos (e.g. Cannella, 1993).

A competência social e o brincar

A existência de relações pobres entre pares, nos primeiros anos de infância, acarreta, assim, consequências negativas durante o período de desenvolvimento ulterior (Denham & Holt, 1993; DeRosier, Kupersmidt, & Patterson, 1994). O insucesso no estabelecimento efectivo das relações entre pares relaciona-se com numerosos problemas comportamentais e académicos, desajustamentos emocionais e dificuldades de adaptação psicossocial (Cicchetti, Toth, & Bush, 1988; Denham & Holt, 1993; De Rosier, Kupersmidt, & Patterson, 1994; Hartup & Moore, 1990; Kupersmidt, Burchinal, & Patterson, 1995; Kupersmidt, Coie, & Dodge, 1990; Ladd & Coleman, 1997; LaFreniere & Dumas, 1996; Parker & Asher, 1987). Especificamente, a manifestação de agressão nas interacções entre pares surge associada à exteriorização de problemas de comportamento, enquanto o evitamento das interacções entre pares é associada à internalização de problemas de comportamento (Achenbach, Edelbrock, & Howell, 1987).

Pelo contrário, o desenvolvimento de relações positivas entre pares, durante os anos relativos ao jardim-de-infância, surge associado à adaptação positiva ao pré-escolar, à resistência à frustração, à iniciativa e à auto-determinação (Fantuzzo, Sekino & Cohen, 2004) assim como a resultados positivos no ensino básico (Hampton, 1999; Ladd, Kochenderfer, & Coleman, 1996; Ladd & Price, 1987).

Relativamente ao brincar, Fantuzzo, Mendez, e Tighe, em 1998, consideraram a existência de três padrões distintos: Interactivo, Disruptivo e Desconectado. Verificaram que as crianças, que revelaram índices mais elevados de comportamento correspondente ao padrão Interactivo, eram descritas pelos professores como mais competentes socialmente, assim como eram preferidas pelos seus pares. Estas crianças, ao contrário das conotadas com um brincar disruptivo e desconectado, patenteavam capacidades para encetar e manter actividades de brincadeira onde se encontravam envolvidas com os pares, para além de exibirem características afectivas positivas, pois revelavam-se activas, animadas e alegres. As crianças classificadas como disruptivas revelaram dificuldades ao nível do auto-controlo, da aceitação por parte dos pares, além de, frequentemente, serem observadas a brincar sozinhas. Por fim, as crianças desligadas, além de brincarem sozinhas e serem passivas, foram mais dificilmente reconhecidas pelos pares.

Coolahan e colaboradores (2000) verificaram que as crianças, que apresentaram interacções disruptivas entre pares, revelaram problemas de comportamento e hiperactividade

no contexto escolar, enquanto as crianças, cujo brincar se mantinha afastado dos pares, acusaram desatenção, passividade e falta de motivação. Pelo contrário, as crianças, caracterizadas através de interações entre pares positivas, surgiram associadas a um maior envolvimento com as actividades de aprendizagem.

Parece assim evidente a associação entre problemas de comportamento no contexto escolar e dificuldades ao nível da interacção entre pares, sentidas de modo particular pelas crianças caracterizadas através do brincar disruptivo ou desconectado (Hampton & Fantuzzo, 2003). De modo inverso, as crianças que apresentam índices mais elevados de interacção entre pares, no contexto de brincadeira, revelam maiores capacidades sociais, além de ausência de problemas comportamentais (Hampton & Fantuzzo, 2003). Apresentam, assim, maior tendência para encorajar a participação dos outros nas brincadeiras, para começar a brincar sem a ajuda dos outros, prescindindo das directrizes do adulto e para revelar maior criatividade no desenvolvimento de histórias, sendo a sua actividade impregnada de iniciativa e autonomia. Estas crianças são menos agressivas, menos tímidas e mais atentas (Fantuzzo, Sekino & Cohen, 2004).

Relativamente ao género, os rapazes demonstram níveis mais elevados de comportamento disruptivo que as raparigas, que tendem a demonstrar níveis mais elevados de interacção positiva em contexto de brincadeira. O que se poderá dever ao facto dos rapazes, devido às suas influências sociais e biológicas serem mais agressivos nas suas interações entre pares do que as raparigas (Maccoby & Jacklin, 1980; Parke & Slaby, 1983), que tendem a ser mais prosociais (Eisenberg & Mussen, 1989).

O impacto dos pais sobre a competência social dos filhos

De acordo com Sroufe, Carlson, Levy e Egeland (1999a), as relações das crianças com os pais e com os pares estão relacionadas através de um conjunto de variáveis presentes nas relações precoces familiares, que providenciam o suporte necessário ao envolvimento com os pares, que por sua vez providencia a fundação das relações entre pares mais aprofundadas, mais extensivas e mais intrincadas.

Desta forma, os pais desempenham um papel crucial no desenvolvimento social das crianças (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998), uma vez que o brincar destas, assim como as interações que estabelecem com os pares, tornam-se mais complexos e capazes quando são monitorizados e facilitados por educadores sensíveis e responsivos (NICHD, 2001). As

competências para brincar, exibidas em casa, encontram-se significativamente associadas ao comportamento pró-social no contexto escolar, à motivação para aprender, à persistência e à autonomia (Fantuzzo & McWayne, 2002). Neste sentido, alguns trabalhos (e.g. Becher, 1984; Henderson & Berla, 1994) consideram o envolvimento parental, nas experiências precoces pré-escolares da criança, como um componente essencial.

Os pais influenciam a relação que os filhos mantêm com os pares de diversas formas. Servem como parceiros com quem as crianças podem adquirir capacidades que as ajudam a interagir com sucesso com os pares. Por exemplo, as crianças, que desenvolvem relações de vinculação seguras com as suas mães, têm maior probabilidade de se tornarem pré-adolescentes mais competentes socialmente (Elicker, Egeland, & Sroufe, 1992). O modo como os pais se relacionam com os seus filhos parece de facto ligar-se ao seu comportamento social.

Durante os primeiros dois anos de vida, a influência do pai pode não ser tão facilmente observável como a da mãe. Alguns estudos longitudinais indicam que a vinculação estabelecida entre a criança e o pai relaciona-se com diferentes áreas de adaptação, relativamente à vinculação celebrada entre a criança e a mãe. Por exemplo, dois estudos (Suess, Grossmann, & Sroufe, 1992; van IJzendoorn, Bakermans-Kranenburg, Zwart-Woudstra, van Busschbach, & Lambermon, 1991) convergem na sugestão de que a relação entre a mãe e a criança se relaciona especificamente com o nível de concentração e com a resiliência da criança no contexto escolar, enquanto a vinculação estabelecida com o pai pode ser particularmente sentida no domínio da socialização com os pares (Steele, Steele & Fonagy, 1996).

Complementar e indirectamente, os pais providenciam, ainda, modelos que facilitam informação acerca do modo como as pessoas devem interagir. Existe uma evidência ampla de que o padrão de interação estabelecido com os pais afecta a relação da criança com os seus pares (Rubin, Burgess, Kennedy, & Stewart, 2003). O comportamento agressivo é um bom exemplo, dado que, mesmo involuntariamente, os pais podem encorajar os filhos a comportarem-se de modo agressivo, quando eles próprios também se afirmam de uma forma coerciva.

Os pais emergem, ainda, como educadores, que suportam e apoiam os filhos, dirigindo-os no sentido das estratégias mais eficazes nas relações entre pares (Lollis & Ross, 1992).

Outra forma, a partir da qual os pais influenciam as relações entre pares dos seus filhos, concerne nas possibilidades de interação (entre pares) que estes são capazes de lhes providenciar (Ladd, Muth, & Hart, 1992; Parke, Cassidy, Burks, Carson, & Boyumj 1992). Especialmente no caso de crianças a frequentar o jardim-de-infância (Schneider, 2000), os pais desempenham um papel fundamental como construtores de oportunidades de interações sociais simétricas. As crianças cujos pais lhes oferecem mais oportunidades de contacto com os pares têm mais amigos fora da escola e têm maior tendência para ser mais populares na escola. Por sua vez, as crianças cujos pais sentem maiores dificuldades em iniciá-las no contacto social, têm maiores probabilidades de ser rejeitadas pelos seus colegas no contexto escolar (Ladd & Golter, 1988; Ladd et al., 1992). A influencia dos pais também se estende à forma como controlam o local onde os filhos estão, com quem estão e o que estão a fazer (Pettit, Keiley, Laird, Bates, & Dodge, 2007). As crianças, cujos pais ignoram este tipo de informação parecem ter maior probabilidade para desenvolver um comportamento anti-social e para serem rejeitados pelos seus pares (Ladd, 1999).

Adicionalmente, a influência dos pais estende-se muito para lá da qualidade das interações estabelecidas com as outras crianças. Os pais que conhecem os amigos dos seus filhos, que mantêm o contacto com os professores e treinadores e que se relacionam com indivíduos e instituições que constituem a comunidade envolvente podem ajudar mais facilmente os seus filhos a desenvolverem e a manterem redes sociais importantes (Pleck, 2010). Deste modo, os pais desempenham um papel decisivo no desenvolvimento das ecologias sociais dos seus filhos (Bronfenbrenner, 1979, 1986, 1994; Furstenberg, 1998).

Todavia esta influência não se realiza apenas num sentido, uma vez que os próprios pais também são influenciados pelas relações estabelecidas pelos seus filhos. Podem, por exemplo, tornar-se amigos dos pais dos colegas dos seus filhos. Aliás a influência bidireccional é comum à maior parte dos domínios de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979, 1986, 1994).

Tendo em conta o enunciado até aqui, pretendemos, em primeiro lugar, consubstanciar a dialéctica entre o brincar e a competência social das crianças em contexto de jardim-de-infância/pré-escolar (e.g. Bredekamp & Copple, 1997; Creasey, Jarvis, & Berk, 1998; Doyle & Connolly, 1989; Fantuzzo, Mendez, & Tighe, em 1998; Fisher, 1992; Hampton & Fantuzzo, 2003; Ladd, Price, & Hart, 1990; Nourot, 1998; Rubin, et al., 1983). Num segundo momento, este trabalho analisa o modo como as variáveis sócio-demográficas familiares se encontram associadas com a Competência Social e o Brincar das crianças em contexto de

jardim-de-infância/pré-escolar, nomeadamente as habilitações literárias e a idade dos pais, assim como o número de horas que passam no emprego, para além da idade e do sexo da criança e do número de horas que passa na instituição (Fantuzzo & McWayne, 2002; Fantuzzo, Sekino, & Cohen, 2004). Visamos, ainda, como terceiro objectivo, e na continuidade dos propósitos anteriores, estudar a relação entre o envolvimento parental e a qualidade do brincar, sustentando que associada a um envolvimento paterno mais visível está uma maior qualidade do brincar (Macdonald & Parke, em 1984). Assim como, nos propomos analisar a relação entre o envolvimento parental e a competência social (Fantuzzo & McWayne, 2002; Fantuzzo & Mohr, 2000; Rubin et al., 2003), defendendo a perspectiva de que um maior envolvimento paterno surge associado a um crescente domínio da socialização entre pares (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998), facultando assim à criança ferramentas que a tornam mais competente no relacionamento entre pares (Parke et al., 1992; Steele, Steele & Fonagy, 1996).

MÉTODO

Participantes

Neste estudo participaram 208 famílias bi-parentais, casados ou em união de facto. As mães tinham idades compreendidas entre os 23 e os 47 anos ($M=34,27$; $DP=4,44$), enquanto as idades dos pais variavam entre os 23 e os 58 anos ($M=36,52$; $DP=5,44$). As habilitações literárias das mães variavam entre os 4 e os 19 anos de escolaridade ($M= 12.78$, $DP= 3.68$) e a dos pais entre 4 e 19 anos de escolaridade ($M= 11.65$, $DP= 3.51$). As idades das crianças oscilavam entre os 32 e os 77 meses ($M=56,38$; $DP=9,88$), sendo 111 do sexo feminino e 97 do sexo masculino. O início de frequência da creche oscilou entre os 3 e os 63 meses ($M= 22.76$, $DP= 14.29$) e as crianças passavam entre 3 e 12 horas por dia ($M= 8.36$, $DP= 1.29$) em contexto escolar. Em média, as mães passavam 7.89 horas diárias no local de trabalho, enquanto os pais despendiam diariamente 8.64 horas. As crianças frequentavam Jardins-de-Infância do Distrito de Lisboa, tendo as famílias sido recrutadas para o estudo através dos mesmos.

Instrumentos/Procedimento

Penn Interactive Peer Play Scale (PIPPS) (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998), traduzida e adaptada por Torres, Santos e Veríssimo (2010).

Este questionário foi elaborado a partir da versão original para pais de Fantuzzo, Mendez & Tighe, (1998). Trata-se de um questionário com 32 itens, relativos a comportamentos específicos e desenvolvidos pela criança com os pares em contexto de brincadeira. Foi pedido, aos pais que registassem, em cada item, a frequência com que observavam determinados comportamentos na sua criança, durante a brincadeira livre. Os itens correspondiam a comportamentos que diferenciavam o nível de qualidade do brincar: *interacção positiva com os pares* (e.g. item 1: “Ajuda as outras crianças”), *disrupção* (e.g. item 2: “Inicia lutas e discussões”) e *desconexão* (e.g. item 5: “Permanece fora das brincadeiras de grupo”). A escala de resposta está sob a forma de escala de Likert com quatro categorias, que oscilavam entre “nunca ocorre” e “sempre”.

Escala de Competência Social e de Avaliação do Comportamento (Lafreniere & Dumas, 1996, traduzida e adaptada por Santos & Veríssimo, 2008)

A Escala de Competência Social e de Avaliação do Comportamento utilizada trata-se da versão portuguesa do instrumento originalmente proposto por LaFreniere e Dumas (1996). A escala é constituída por 30 itens e está dividida em três sub-escalas de factores, nomeadamente, a *competência social*, a *agressividade* e o *isolamento ansioso*, correspondendo a cada uma 10 itens. Apesar de reduzida, esta versão facilita o acesso ao conhecimento de padrões de regulação de emoções, tal como, permite recolher informação sobre as relações entre pares e entre professor e criança. As respostas estavam organizadas sob a forma de escala de Likert que contemplava seis categorias, designadamente “nunca ocorre” (1), “algumas vezes” (2, 3), “com frequência” (4, 5) e “sempre” (6). O instrumento foi preenchido pelos pais.

Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008)

A Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008) é uma reformulação do questionário de

Monteiro et al. (2008) e de Crouter et al. (1987), na qual se procurou avaliar a forma como mães e pais dividem as tarefas de responsabilidade parental. Estas incluem tanto as actividades de cuidados – remetem para os cuidados prestados às crianças -, como as de socialização – relacionadas com a organização e participação nos momentos de lazer e brincadeira. O questionário é composto por 26 itens, que remetem, essencialmente, para cinco dimensões: *cuidados directos* – itens 1, 2, 3, 4 e 6 (e.g. “quem dá banho ao seu filho” e “quem vai deitar o seu filho”); *cuidados indirectos* – itens 5, 7, 8, 23, 24, 25 e 26 (e.g. “quem é responsável pela ida ao médico do seu filho” e “quem leva e traz o seu filho à escola”); *ensino e disciplina* – itens 15, 16, 17, 18 e 19 (e.g. “quem ensina ao seu filho novas competências” e “quem faz cumprir as regras”); *brincadeira* – itens 11, 12, 13, 14 e 22 (e.g. “quem brinca com o seu filho” e “quem lê histórias ao seu filho”); *actividades de lazer no exterior* – itens 9, 10, 20 e 21 (e.g. “quem leva o seu filho às festas de anos” e “quem leva o seu filho ao parque infantil”). As respostas deveriam ser dadas numa escala de cinco pontos – (1) sempre a mãe, (2) mais frequentemente a mãe, (3) tanto a mãe como o pai, (4) mais frequentemente o pai, (5) sempre o pai – e avaliadas numa perspectiva relativa, em que os dados são vistos em comparação com a outra figura parental.

RESULTADOS

A qualidade do brincar na perspectiva dos pais

As respostas maternas e paternas foram analisadas de modo independente nos três questionários passados. Em primeiro lugar, procurou-se observar os valores de fiabilidade entre as respostas dadas pelas mães e pelos pais às três dimensões relativas à qualidade do brincar.

Os Alfas de *Cronbach* (tabela 1) para as três dimensões indicam valores aceitáveis de fiabilidade para as 3 dimensões analisadas. De acordo com os pais, a dimensão cuja média é mais elevada é a interacção positiva, seguida pelos comportamentos disruptivos e pelos comportamentos enquadrados na área de desconexão, que se revelam mais raramente.

Tabela 1

Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas relativamente à qualidade do brincar

Dimensões		Média	Desvio-Padrão	Alfa de Cronbach
Disrupção	Materna	1,61	0,33	0,78
	Paterna	1,60	0,33	0,76
Interacção Positiva	Materna	2,93	0,42	0,61
	Paterna	2,97	0,41	0,77
Desconexão	Materna	1,41	0,34	0,73
	Paterna	1,35	0,32	0,63

Concordância parental relativamente às três dimensões da PIPPS: Disrupção, Interacção Positiva com pares e Desconexão

Quadro 1

Concordância parental relativamente às três dimensões da PIPPS: Disrupção, Interacção Positiva com pares e Desconexão

pai	mãe	Interacção positiva	Disrupção	Desconexão
		.52**		
			.56**	
				.34**

**p<.01

Variáveis Sócio-Demográficas Parentais e Dimensões da PIPPS

A correlação positiva e significativa ($r=.21$; $p<.01$) entre as habilitações literárias maternas e a interação positiva com pares, indica que quanto maiores as habilitações literárias maternas, maior a qualidade do brincar das crianças. Não se verificou a existência de mais correlações significativas entre as restantes variáveis sócio-demográficas parentais (idade dos pais e número de horas que passam no emprego) e qualquer uma das dimensões da PIPPS.

Diferenças entre géneros nas dimensões da PIPPS

Para averiguar se existiam diferenças significativas entre rapazes e raparigas nas três dimensões e na avaliação dos dois pais, foram realizadas ANOVAs de medidas repetidas, com o sexo como medida between-subjects e as versões do pai e da mãe como medida within-Subjects, para cada uma das escalas da PIPPS.

Tabela 2

Média e desvio-padrão das respostas maternas e paternas quanto ao desempenho das raparigas e rapazes nas três dimensões da PIPPS

Dimensões	Média		Desvio-Padrão	
	Raparigas	Rapazes	Raparigas	Rapazes
jogo disruptivo – materno	1,54	1,69	.29	.36
jogo disruptivo – paterno	1,53	1,68	,32	,33
jogo interactivo – materno	3,03	2,81	0,40	0,41
jogo interactivo – paterno	3,03	2,90	0,41	0,39
jogo isolado – materno	1,44	1,39	0,37	0,31
jogo isolado – paterno	1,36	1,32	0,32	0,32

Foram encontradas diferenças significativas entre rapazes e raparigas na escala de disrupção, de acordo com a opinião da mãe ($F [1, 252]=12,5; p<.01$) e do pai ($F [1, 219]=11,0; p<.01$). Deste modo, os rapazes foram avaliados por ambos como demonstrando mais comportamentos disruptivos do que as raparigas.

Registaram-se, ainda, diferenças significativas na escala de interacção positiva, segundo a opinião da mãe ($F[1, 252]=17,7; p<.01$), sendo que as raparigas alcançaram valores mais elevados do que os rapazes. Pelo contrário, nas escalas de interacção positiva, segundo a opinião do pai, e de desconexão, na opinião de ambos os pais, não se registaram diferenças significativas entre rapazes e raparigas.

Através do registo obtido entre as restantes variáveis sócio-demográficas das crianças e as dimensões da PIPPS, não se observou mais nenhuma correlação significativa.

A competência social de acordo com os pais

Tabela 3

Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas relativamente à competência social

Dimensões		Média	Desvio-Padrão	Alfa
Agressividade	materna	2,04	0,67	0,80
	paterna	2,07	0,67	0,81
Isolamento Ansioso	materna	1,81	0,62	0,70
	paterna	1,82	0,53	0,61
Competência Social	materna	4,21	0,86	0,80
	paterna	4,13	0,76	0,78

Os Alfas de *Cronbach* (tabela 3) para as três dimensões apresentam valores aceitáveis de fiabilidade para ambos os pais. De acordo com os progenitores, a dimensão mais vezes referida é a competência social, enquanto os comportamentos enquadrados nas áreas da agressividade e do isolamento ansioso se revelam menos vezes.

Concordância parental relativamente às três dimensões da Escala da Competência Social: Isolamento Ansioso, Agressividade e Competência Social.

Quadro 2

Concordância parental relativamente às três dimensões da Escala da Competência Social: Isolamento Ansioso, Agressividade e Competência Social

	mãe	Agressividade	Isolamento Ansioso	Competência Social
pai				
Agressividade		.56**		
Isolamento Ansioso			.53**	
Competência Social				.51**

**p<.01

Variáveis Sócio-Demográficas dos Pais e as Dimensões da Competência Social

As correlações negativas e significativas assinaladas entre a idade e a agressividade maternas ($r=-0,21$, $p<0,05$) e a idade e a competência social paternas ($r=-0,19$, $p<0,05$), indicam que associado a uma maior idade materna, surge um menor registo agressivo da criança, de acordo com a opinião materna, e que associada a uma menor idade paterna, surge uma maior competência social das crianças, de acordo com a perspectiva paterna. Não se verificou a existência de mais correlações significativas entre as restantes variáveis sócio-

demográficas parentais (habilitações literárias dos pais e número de horas que passam no emprego) e qualquer uma das escalas da Competência Social.

Diferenças entre géneros nas dimensões da Competência Social

Para averiguar se existiam diferenças significativas entre rapazes e raparigas nas três dimensões e na avaliação dos dois pais, foram realizadas ANOVAs de medidas repetidas, com o sexo como medida between-subjects e as versões do pai e da mãe como medida within-Subjects, para cada uma das dimensões da Competência Social.

Tabela 4

Média e desvio-padrão das respostas maternas e paternas quanto ao desempenho das raparigas e dos rapazes nas três dimensões da Competência Social

Dimensões	Média		Desvio-Padrão	
	Raparigas	Rapazes	Raparigas	Rapazes
Agressividade – materna	2,00	2,09	0,65	0,70
Agressividade – paterna	2,01	2,13	0,67	0,67
Isolamento Ansioso – materno	1,89	1,71	0,66	0,55
Isolamento Ansioso – paterno	1,88	1,76	0,56	0,50
Competência Social – materna	4,37	4,02	0,78	0,93
Competência Social – paterna	4,27	4,00	0,75	0,73

Foram encontradas diferenças significativas entre rapazes e raparigas nas dimensões da competência social materna ($F [1, 248]=10,2; p<.01$) e paterna ($F [1, 217]=7,2; p<.01$).

Neste sentido, as raparigas foram avaliadas por ambos como demonstrando maior competência social do que os rapazes.

Pelo contrário, e segundo a opinião de ambos os pais, nas escalas da agressividade e do isolamento ansioso, não se registaram diferenças significativas entre rapazes e raparigas.

Relativamente às restantes variáveis sócio-demográficas das crianças e as dimensões contempladas na Escala da Competência Social, não se registou mais nenhuma correlação significativa.

O brincar e a competência social

Quadro 3

Correlações entre os Domínios do Brincar e da Competência Social

		Competência Social	Agressividade	Isolamento Ansioso	Competência Social	Agressividade	Isolamento Ansioso
		materna			paterna		
Jogo Disruptivo		-.21 **	.55 **		-.15 *	.37 **	-.20 **
Jogo Interactivo	materna	.51 **			.41 **		
Jogo Isolado				.36 **			.17 *
Jogo Disruptivo		-.14 *	.42 **		-.19 **	.61 **	
Jogo Interactivo	paterna	.31 **			.47 **		
Jogo Isolado				.16 *	-.14 *	.20 **	.38 **

**p<.01

*p<.05

Procurando compreender a relação entre os diferentes domínios do Brincar e da Competência Social, recorremos ao Coeficiente de Correlação de *Pearson*, tendo-se obtido diversas correlações significativas (Quadro 3).

Registaram-se concordâncias positivas entre o jogo disruptivo na perspectiva materna e a agressividade nas perspectivas materna e paterna. Pelo contrário, registaram-se concordâncias negativas entre o jogo disruptivo na perspectiva materna e a competência social nas perspectivas materna e paterna e entre o jogo disruptivo na perspectiva materna e o isolamento ansioso na perspectiva paterna. Relativamente ao jogo interactivo na perspectiva materna, registaram-se duas concordâncias, ambas positivas, respeitantes à competência social nas perspectivas materna e paterna. O jogo isolado na perspectiva materna encontrou-se significativamente relacionado com o isolamento ansioso nas perspectivas materna e paterna. No que respeita ao jogo disruptivo na perspectiva paterna registaram-se duas concordâncias positivas: agressividade na perspectiva materna e agressividade na perspectiva paterna; e duas concordâncias negativas: competência social na perspectiva materna e competência social na perspectiva paterna. No jogo interactivo na perspectiva paterna registaram-se duas concordâncias positivas, ambas respeitantes ao domínio da competência social: nas perspectivas materna e paterna. Por fim, o jogo isolado na perspectiva paterna registou concordâncias positivas com o isolamento ansioso nas perspectivas materna e paterna e com a agressividade na perspectiva paterna e uma concordância negativa com a competência social na perspectiva paterna.

A relação entre o Envolvimento Parental e os domínios do Brincar e da Competência Social

Através do Coeficiente de Correlação de *Pearson*, obtiveram-se as seguintes correlações significativas entre o Envolvimento Parental e os domínios do Brincar e da Competência Social. No caso do Envolvimento Paterno (Quadro 4) registou-se uma concordância positiva entre agressividade na perspectiva materna (Competência Social) e os cuidados indirectos e uma concordância negativa entre o isolamento na perspectiva materna (Brincar) e a brincadeira na perspectiva paterna, ou seja, quanto mais envolvidos se encontram os pais, menor o comportamento de isolamento das crianças na perspectiva das mães.

Quadro 4

Correlação entre o Envolvimento Paterno e as dimensões do Brincar e da Competência Social

Dimensões	Cuidados Indirectos paternos	Brincadeira paterna
Agressividade materna	.16**	
Isolamento materno		-.13*

**p<.01
*p<.05

Quadro 5

Correlação entre o Envolvimento Materno e as dimensões da Competência Social

Dimensões	Cuidados Directos maternos	Brincadeira materna
Isolamento Ansioso materno	.10*	
Competência Social materna	.12*	
Agressividade materna	.14 **	
Isolamento Ansioso paterno		-.13*

**p<.01
*p<.05

Relativamente ao Envolvimento Materno (Quadro 5) registaram-se apenas associações relativamente à Competência Social, não se observando qualquer correlação entre o Envolvimento Materno e o Brincar. Estas correlações foram observadas entre os cuidados directos maternos e os três domínios na perspectiva materna da escala da Competência Social, Obteve-se, ainda, uma concordância negativa entre a brincadeira materna e o isolamento ansioso da criança, desta feita da perspectiva paterna ($r=-.13$; $p<.05$).

DISCUSSÃO

O principal contexto, no jardim-de-infância, onde a criança pode adquirir e expressar as suas competências sociais é o brincar (Gallagher, 1993). Brincar é um veículo importante para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança, tal como é um reflexo desse desenvolvimento (Bredekamp & Copple, 1997).

Para Yawkey (1984), as aprendizagens informais adquiridas através da exploração e de associações não estruturadas com os pares podem contribuir para a percepção da criança acerca do seu papel na rede social. O desenvolvimento social prolonga-se por toda a vida, no entanto, na infância a influência do brincar no curso do desenvolvimento social é especialmente evidente.

Na perspectiva de ambos os pais, na escala de Competência Social, o domínio com valores mais elevados é, indubitavelmente, a competência social. Os comportamentos agressivos são referidos menos amiudadamente, seguindo-se-lhes por último os comportamentos enquadrados no domínio do isolamento ansioso.

No mesmo sentido, no domínio do Brincar, os comportamentos de interacção positiva têm os valores mais elevados nas respostas prestadas por ambos os pais, seguindo-se-lhes os comportamentos disruptivos e por fim, mais raramente, os comportamentos de desconexão.

A maior predominância dos comportamentos afiliativos (competência social e interacções positivas) não surpreende, uma vez que as relações sociais se tornariam mais difíceis, caso fossem caracterizadas essencialmente através da agressividade/disrupção ou do isolamento ansioso/desconexão.

À medida que a criança se desenvolve vai encontrando outras formas eficazes de interacção, designadamente verbais, diminuindo o registo dos comportamentos agonísticos manifestos (Crick, Bigbee & Howes, 1996). De acordo com Strayer (1991), a formação de

uma estrutura de dominância, estreitamente relacionada com a agressividade, permite reduzir a manifestação de comportamentos agressivos, cedendo, assim, lugar às interações sociais mais positivas. Para além disso, os adultos significativos também tendem a não compensar os comportamentos considerados menos positivos e a valorizar os que consideram corresponder a atitudes conotadas com interações positivas ou associadas a um comportamento encarado como socialmente competente (Crick & Dodge, 1996). No mesmo sentido, as crianças pré-escolares consideradas sócio-emocionalmente mais competentes também tendem a ser preferidas por colegas e educadores (Eisenberg, Losoya, & Spinrad, 2003; Saarni, 1999).

Estes primeiros dados antecipam desde logo, a existência de relação entre a competência social e o brincar em contexto de jardim-de-infância, contemplada no primeiro objectivo delineado, e que se tornou evidente através dos resultados apresentados, onde se verificaram concordâncias positivas entre a forma como ambos os pais representavam as suas crianças. Estes resultados encontram-se em sintonia com outros trabalhos já realizados (e.g. Connolly & Doyle, 1984; Rubin & Hayvern, 1981).

As concordâncias positivas observadas a partir das respostas maternas e paternas, entre o jogo disruptivo e a agressividade, entre o jogo interactivo e a competência social e entre o jogo isolado e o isolamento ansioso, tal como a concordância negativa registada entre o jogo disruptivo e a competência social, parecem significar que associada a um brincar com maior qualidade surge uma competência social mais elevada (e.g. Bredekamp & Copple, 1997; Creasey, Jarvis, & Berk, 1998; Doyle & Connolly, 1989; Fisher, 1992; Fantuzzo, Mendez, & Tighe, em 1998; Hampton & Fantuzzo, 2003; Ladd, Price, & Hart, 1990; Nourot, 1998; Rubin, et al., 1983).

Ao contrário do que se verifica com um brincar onde a qualidade se viu drasticamente reduzida, sendo que os pais que caracterizam o brincar dos filhos como isolado têm maior tendência para representá-los como ansiosos e os que o caracterizam como disruptivo costumam, mais frequentemente, recorrer à agressividade como traço dominante da sua competência social. O próprio facto do jogo isolado na perspectiva paterna se relacionar de modo positivo com a agressividade na perspectiva paterna e de modo negativo com a competência social na perspectiva paterna, também parece apontar no mesmo sentido.

O único dado que à partida poderia não enquadrar-se nesta interpretação reside na concordância negativa registada entre o jogo disruptivo na perspectiva materna e o isolamento ansioso na perspectiva paterna, ou seja, quando as mães tendem a caracterizar o brincar dos

seus filhos como mais disruptivo, os pais tendem a atribuir-lhes menor ansiedade, ou vice-versa. Contudo, não surpreende que as crianças mais extrovertidas, não se enquadrem num tipo de jogo caracterizado pela introversão, tendendo a concretizar a sua agressividade, ao contrário do que acontece com as crianças, cuja característica principal do jogo tende a ser a ansiedade (Achenbach, Edelbrock, & Howell, 1987).

O estudo da relação entre as variáveis sócio-demográficas (idade e habilitações literárias dos pais, tempo despendido no emprego, sexo e idade das crianças, para além do número de horas passadas na instituição) e a competência social ou a qualidade do brincar das crianças, correlativo ao segundo objectivo, permitiu observar que a maiores habilitações literárias maternas, corresponde uma maior qualidade do brincar das crianças, do ponto de vista de ambos os pais. Estas mães poderão estar mais despertas para a importância do brincar no desenvolvimento das suas crianças (Monteiro, Veríssimo, Castro, & Oliveira, 2006), pelo que tenderão a facilitar as condições necessárias a uma maior quantidade e qualidade do tempo relacionado com este contexto. Já outros trabalhos haviam alertado para uma associação entre o estatuto educativo dos pais e um maior envolvimento paterno (Dauber & Epstein, 1993; Stevenson & Baker, 1987).

Tal como se tem verificado noutros estudos (e.g. Dodge, Coie, & Lynham, 2006; Maccoby & Jacklin, 1980; Parke & Slaby, 1983; Walker, Irving, & Berthelsen, 2002; Segall, Dasen, Berry, & Poortinga, 1999), e segundo as opiniões maternas e paternas, os rapazes apresentam mais comportamentos disruptivos do que as raparigas. Porém apenas as mães concordam, de modo significativo, que as raparigas ostentam mais comportamentos característicos da interacção positiva do que os rapazes, o que vai ao encontro aos trabalhos de Eisenberg e Mussen (1989), onde se constatou que as raparigas tendiam a ser mais prosociais e de Walker e colaboradores (2002), cujos resultados revelam, que em situação de conflito, as raparigas em idade pré-escolar tendem a oferecer mais soluções positivas do que os rapazes, que por seu lado incorrem em respostas agressivas mais frequentemente. No mesmo sentido, e de acordo com ambos os pais, as raparigas demonstraram maior competência social do que os rapazes, dado que estes parecem demonstrar maior agressividade nas interacções que estabelecem com os pares, o que se poderá dever a influências sócio-culturais (e.g. Rust, Golombok, Hines, & Johnston, 2000; Sadovsky & Troseth, 2000) e fisiológicas (van Bokhoven et al., 2006; Boulton, 1996; Coie & Dodge, 1998).

Relativamente aos pais e de acordo com McBride, Shoppe, Ho e Rane (2004), o aumento da idade surge associado a um menor envolvimento nos cuidados prestados à criança, o que talvez se possa ficar a dever ao aspecto geracional e a uma perspectiva mais tradicional do seu papel, relegando para a mulher a responsabilidade da gestão da vida familiar (Balacho, 2004). O facto dos pais mais novos tenderem a revelar um maior envolvimento poderá explicar a maior competência social da criança, dado que através da interacção que estabelece com o pai, a criança pode adquirir competências, estratégias e ferramentas mais eficazes nas relações que estabelece com os pares (Parke et al., 1992; Rice, Cunningham & Young, 1997; Steele, Steele & Fonagy, 1996).

No que diz respeito ao Envolvimento Parental e à Competência Social e a qualidade do Brincar das crianças, registou-se uma concordância positiva entre a agressividade na perspectiva materna e os cuidados indirectos, do ponto de vista paterno. Deste modo, o facto de a mãe considerar a sua criança mais agressiva parece associar-se a um maior envolvimento paterno na área relativa aos cuidados indirectos, o que de certo modo remete para uma perspectiva mais tradicional, onde a preponderância do papel do pai tende a aumentar em situações problemáticas (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001). Coley e Medeiros (2007), embora sem controlar o envolvimento materno e estudando uma faixa etária diferente, também constataram que o envolvimento paterno tende a aumentar no caso dos filhos adolescentes apresentarem comportamentos delinquentes. Contudo, a concordância registada não deixa de implicar um pai mais envolvido, que não se demite nos casos onde a mãe parece perceber a criança de modo mais agressivo.

Por outro lado, a concordância negativa observada entre a brincadeira paterna e o isolamento ansioso na perspectiva materna, parece de facto testemunhar uma possível e esperada associação entre um maior Envolvimento Paterno e uma maior qualidade do Brincar, uma vez que as crianças que tendem a ser consideradas como mais isoladas por parte da mãe, parecem surgir associadas a pais menos envolvidos no domínio da Brincadeira. Bem entendido, através da interacção com os pais, as crianças aprendem de modo directo e indirecto a envolver-se em diferentes formas de brincar (Haight, 1998). A relação estabelecida com os pais também parece influenciar a disponibilidade para a criança se envolver com os pares, condicionando a sua brincadeira. Quando a relação firmada com os pais tem qualidade tende a potenciar a exploração social dos filhos, que podem apresentar maior iniciativa social,

revelando-se mais competentes socialmente nas interações que estabelecem com os pares no decorrer das brincadeiras (Booth, Rose-Krasnor, McKinnon, & Rubin, 1994).

Porém, também teremos de admitir que alguns dos resultados não vêm, totalmente, ao encontro das nossas expectativas, onde a competência social e a interação positiva se associariam claramente a mais envolvimento paterno (e.g. Fantuzzo & Mohr, 2000). Tal poderá uma vez mais compreender-se recorrendo a uma perspectiva mais tradicional do envolvimento paterno (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001), onde este tende a ser mais facilmente potenciado perante situações mais adversas, assumindo valores mais discretos, embora sem nunca adoptar valores correspondentes a correlações negativas, quando as crianças apresentam bons índices de desenvolvimento, designadamente ao nível da competência social e da interação positiva.

Segundo a opinião das mães, a um maior envolvimento materno no domínio dos cuidados directos parece associar-se uma representação (materna) agressiva das suas crianças. Registando-se o mesmo, embora de modo mais moderado, quando as mães recorrem aos domínios da competência social e ao isolamento ansioso para caracterizarem a competência social das suas crianças. Neste sentido, as mães parecem envolver-se mais ao nível dos cuidados directos, seja qual for o domínio referente à competência social, algo que vem de encontro à generalidade dos trabalhos efectuados neste âmbito, dado ser consensual o domínio materno nesta área do envolvimento (e.g. Bailey, 1994; Deutsch, 2001; Monteiro et al., 2006; Peitz, Fthenakis, & Kalicki, 2001; Rohner & Veneziano, 2001).

A única concordância negativa registada no âmbito do Envolvimento Materno diz respeito à correlação entre a brincadeira materna e o isolamento ansioso, desta feita, do ponto de vista paterno. Tal resultado pode indiciar que um maior envolvimento materno na área da brincadeira parece surgir associado a uma representação paterna menos ansiosa da criança, o que de alguma forma vem realçar o válido contributo materno ao nível da competência social, o que em nada diminui o referido e relevante papel paterno neste domínio (Lamb & Lewis, 2010; Lieberman, Doyle & MarKiewicz, 1999; Rubin et al. 2004).

As teorias ecológicas do desenvolvimento reconhecem que os contextos familiar e escolar são as influencias mais próximas e mais importantes na emergência de competências das crianças mais pequenas (Atilli, 1989; Grusec & Goodnow, 1994).

Recentemente, alguns estudos demonstraram que os currículos do Pré-escolar e do 1º Ciclo são caracterizados por uma redução significativa do tempo em que a criança passa a

brincar ou das oportunidades que tem para aprender através das interações sociais estabelecidas com os pares (Fantuzzo, Childs, & Pugh, 1998). Alguns dados revelam mesmo, que menos de 12% do tempo passado no pré-escolar se baseia nas práticas educativas desenvolvidas no âmbito do jardim-de-infância (U.S. Department of Education, 1992). Se, de facto, as crianças mais envolvidas nas interações (positivas) entre pares, no contexto de brincadeira, são as que apresentam comportamentos de aprendizagem mais positivos, os intervenientes educativos devem ser encorajados a desenvolver actividades que providenciem oportunidades às interações positivas entre pares, utilizadas como uma estratégia de instrução (Hampton & Fantuzzo, 2003).

Para compreender o efeito relativo das dimensões do envolvimento familiar nas experiências mais precoces da criança no que respeita à aquisição de competências são necessários mais estudos que avaliem a competência social no contexto social (Fantuzzo et al., 2004; Gadsen & Ray, 2002), e não apenas na perspectiva dos pais, de modo a poder confirmar ou infirmar, complementar e esclarecer os dados apresentados.

Poder-se-ão, ainda, criar outras medidas, onde se podem incluir escalas parentais e técnicas de nomeação entre pares, concebidas especificamente para a avaliação dos comportamentos de brincadeira das crianças (Cheah, Nelson, & Rubin, 2001).

Complementarmente, os resultados habitualmente suportados pelas representações de ambos os pais relativamente à sua participação na vida do filho, poderiam abarcar medidas de observação face aos comportamentos parentais (Peitz et al., 2001, cit. por Lima, 2005), procurando, deste modo, confrontar a realidade percebida pelos pais com a realidade entretanto observada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Achenbach, Y. M., Edelbrock, C. & Howell, C. T. (1987). Empirically based assessment of the behavioral / emotional problems of 2 and 3 year-old children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 15, 629-650.

Atili, G. (1989). Social competence versus emotional security: The link. In G. Atili, J. Nadel, & R. P. Weissburg (Eds.), *Social competence in developmental perspective* (pp. 293-311). Boston: Kluwer Academic.

Bailey, W.T. (1994). A longitudinal study of father's involvement with young children: Infancy to age 5 years old. *Journal of Genetic Psychology*, 155, 331-339.

Balancho, L.S. (2004). Ser pai: Transformações intergeracionais na paternidade. *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 337-386.

Becher, R. (1984). Parent involvement: A review of research and principles of successful practice. Washington DC: National Institute of Education.

Berryman, J. C., Burgess, K. B., Kennedy, A. E., & Stewart, A. (2001). *A Psicologia do Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget.

Birch, S. H., & Ladd, G. W., (1996). Interpersonal relationships in the school environment and children's early school adjustment: The role of teachers and peers. In J. Juvonen & K. Wentzel (Eds.), *Social motivation: Understanding children's adjustment* (pp. 199-225). New York: Cambridge University Press.

Black, B. & Hazen, N. (1990). Social status and patterns of communication in acquainted and unacquainted preschool children. *Developmental Psychology*, 26, 379-387.

Booth, C. L., Rose-Krasnor, L. McKinnon, J., & Rubin, K. H. (1994). Predicting social adjustment in middle childhood: The role of preschool attachment security and maternal style. *Social Development*, 3, 189-204.

Boulton, M. J. (1996). A comparison of 8- and 11- years-old girls' and boys' participation in specific types of rough and tumble play and aggressive fighting: Implications for functional hypotheses. *Aggressive Behavior*, 22 (4), 271-287.

Brazelton, T. B. (2005). *A Maternidade e a Vida Profissional*. Lisboa: Editorial Presença.

Bredekamp, S., & Copple, C. (Eds.). (1997). *Developmentally appropriate practice in early childhood programs*. Washington, DC: National Association for the Education of Young Children.

Bronfenbrenner, U. (1979). *Ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.

Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.

Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In T. Husen & T. N. Postelthwaite (Eds.), *International encyclopedia of education* (pp. 1642-1647).

Bronfenbrenner, U. (2005). *Making Human Beings Human: biological perspectives on human development*. London: Sage Publications, Inc.

Bruner, J. S. (1972). The nature and uses of immaturity. *American Psychologist* 27: 687-708.

Canella, G. S. (1993). Learning through social interaction: Shared cognitive experience, negotiation strategies, and joint concept construction for young children. *Early Childhood Research Quarterly*, 8, 427-444.

Cicchetti, D. (1990). The organization and coherence of socioemotional, cognitive, and representational development: Illustrations through a developmental psychopathology perspective on Downs Syndrome and child maltreatment. In R. Thompson (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation: Vol. 36* (pp. 259-279). Lincoln: University of Nebraska Press.

Cicchetti, D., Toth, S. & Bush, M. (1988). Developmental psychopathology and incompetence in childhood: Suggestions for intervention. In B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology: Vol. 2* (pp. 1-71). New York: Plenum.

Chateau, J. (1987). *O Jogo e a Criança*. Summus Editorial. São Paulo.

Cheah, C. L., Nelson, L.J., & Rubin, K. H. (2001). Non-social play as a risk factor in social and emotional development. In A. Goncu & E. Klein (Eds.), *Children in play, story, and school*. (pp.39-71). New York: Guilford Press.

Coie, J. D., & Dodge, K. A. (1998). Aggression and antisocial behavior. In N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (5th ed., 779-882). New York: Wiley.

Coie, J. D., Dodge, K. A. & Kupersmidt, J. (1990). Peer group behavior and social status. In S. R. Asher & J. D. Coie (Eds.), *Peer rejection in childhood*. New York: Cambridge University Press.

Coley, R. & Medeiros, B. (2007). Reciprocal longitudinal relations between nonresident father involvement and adolescent delinquency. *Child Development, 78*, 132-147.

Connolly, J. A. & Doyle, A. (1984). Relation of social fantasy play to social competence in preschoolers. *Developmental Psychology, 20*, 797-806.

Coolahan, K., Fantuzzo, J., Mendez, J., & Mcdermott, P. (2000). Preschool peer interactions and readiness to learn: Relationships between classroom peer play and learning behaviors and conduct. *Journal of Educational Psychology, 92*, 458-465.

Creasey, G. L., Jarvis, P. A., & Berk, L. E. (1998). Play and social competence. In O. N. Saracho & B. Spodek (Eds.), *Multiple Perspectives on play in early childhood education*. Suny series, early childhood education: Inquiries and insights (pp. 116-143). Albany: State University of New York Press.

Crick, N. R., Bigbee, M. A. & Howes, C. (1996). Gender differences in children's normative beliefs about aggression: How do I hurt thee? Let me count the ways. *Child Development, 67*, 1003-1014.

Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1996). Social information-processing mechanisms in reactive and proactive aggression. *Child Development, 67*, 993-1002.

Curti, M. W. (1930). *Child psychology*. London: Longmans Green.

Dansky, J. L. & Silverman, I. W. (1973). Effects of play on associative fluency in preschool children, *Developmental Psychology, 9*, pp. 38-43. (Brincar livremente promove o pensamento criativo.)

Dauber, S. L., & Epstein, J.L. (1993). Parents' attitudes and practices of involvement in inner-city elementary and middle schools. In N. Chavkin (Ed.), *Families and schools in a pluralistic society*. (pp. 53-72). Albany, NY: State University of New York Press.

Denham, S. A., & Holt, R. W. (1993). Preschoolers' likability as cause or consequence of their social behavior. *Developmental Psychology, 29*, 271-275.

DeRosier, M., Kupersmidt, J. B., & Patterson, C. J., (1994). Children's academic and behavioral adjustment as a function of the chronicity and proximity of peer rejection. *Child Development*, 65, 1799-1813.

Deutsch, F.M. (2001). Equally shared parenting. *American Psychological Society*, 10 (1), 25-28.

Dodge, K. A., Coie, J., & Lynham, D. (2006). Agression and antisocial behavior in youth. In N. Eisenberg, W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp. 719-788). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Doyle, A. B., & Connolly, J. (1989). Negotiation and enactment in social pretend play: Relations to social acceptance and social cognition. *Early Childhood Research Quarterly*, 4, 289-302.

Dunn, J. (1988). *The beginnings of social understanding*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Dunn, J. (2010). 'Series' Editor Preface in P. K. Smith (2009). *Children and Play* Oxford, UK: Wiley-Blackwell.

Eckerman, C. O., Whatley, J. L. & Kutz, S. L. (1975). Growth of social play with peers during the second year of life. *Developmental Psychology*, 11, 42-49.

Eisenberg, N., Losoya, S. & Spinrad, T. (2003). Affect and prosocial responding. In R. Davidson, K. Scherer & H. Goldsmith (Eds.), *Handbook of affective sciences*. Oxford, England: Oxford University Press.

Eisenberg, N. & Mussen, P. (1989). *The roots of prosocial behavior in children*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Elias, C. & Berk, L. (2002). Self-regulation in young children: Is there a role for sociodramatic play? *Early Childhood Research Quarterly*, 17, 216-238.

Elicker, J., Egeland, B. & Sroufe, L. A. (1992). Predicting peer competence and peer relationships from early parent-child relationships. In R. D. Parke & G. W. Lad (Eds.), *Family-Peer relationships: Modes of linkage*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Fantuzzo, J., Childs, S., & Pugh, W. (1998, September). Transition Project: An analysis of curriculum and family involvement data from prekindergarden through first grade. Paper presented at the regional meeting of Head Start, Philadelphia.

Fantuzzo, J. & McWayne, C. (2002). The Relationships between Peer-Play Interactions in the Family Context and Dimensions of School Readiness for Low-Income Preschool Children. *Journal of Educational Psychology*, 94, (1), 79-87.

Fantuzzo, J., Mendez, J., & Tighe, E. (1998). Parental assessment of peer Play: Development and validation of the parent version of the Penn Interactive Peer Play Scale. *Early Childhood Research Quarterly*, 13, 659-676.

Fantuzzo, J. & Mohr, W. (2000). Pursuit of wellness in Head start: Making Beneficial Connections for Children and families. In D. Cichetti, J. Rappaport, I. Sandler & R. Weissberg (Eds.) *The promotion of wellness in children and adolescents* (pp. 341-369). Washington DC: CWLA Press.

Fantuzzo, J., Sekino, Y., & Cohen, H. L. (2004). Na examination of the contributions of interactive peer Play to salient classroom competencies for urban head start children. *Psychology in the Schools*, Vol 41 (3), 323-336.

Fein, G. G. (1989). Mind, meaning and affect: Proposals for a theory of pretense. *Developmental Review*, 9, 345-363.

Fisher, E. P. (1992). The impact of play on development: A meta-analysis. *Play & Culture*, 5, 159-181.

Fromberg, D. P., & Bergen, D. (1998). Play from birth to twelve and beyond: Contexts, perspectives and meanings. New York, NY: Garland Publishing Inc.

Frost, J. L. (1992). Play and playscapes. Albany, NY: Delmar.

Furstenberg, F. F., Jr. (1998). Social capital and the role of fathers in the family. In A. Booth & A. C. Crouter (Eds.), *Men in families: When do they get involved? What difference does it make?* (pp. 295-301). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Gadsden, V. & Ray, A. (2002). Engaging fathers: Issues and considerations for early childhood educators. *Young Children*, 57, 32-42.

Gallagher, T. M., (1993). Language skill and the development of social competence in school-age children. *Language, Speech, and Hearing services in Schools*, 24, 199-205.

Garvey, C. (1990). *Play*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.

Goncu, A. (1993). Development of intersubjectivity in the dyadic play of preschoolers. *Early Childhood Research Quarterly*, 8, 99-116.

Grusec, J. E., & Goodnow, J. J. (1994). Impact of parental discipline methods on the child's internalization of values. A reconceptualization of current points of view. *Developmental Psychology*, 30, 4-19.

Guralnick, M. J. (1993). Developmentally appropriate practice in the assessment and intervention of children's peer relations. *Topic in Early Childhood Special Education*, 13, 244-371.

Haight, W. (1998). Adult direct and indirect influences on play. In D. P. Fromberg & D. Bergen (Eds.), *Play from birth to twelve and beyond: Contexts, perspectives and meanings* (pp.259-265). New York, NY: Garland Publishing Inc.

Haight, W., & Miller, P. (1993). *The ecology and development of pretend play*. Albany: State University of New York Press.

Hampton, V. (1999). Validation of Penn Interactive Peer Play Scale (PIPPS) for urban kindergarden children. Unpublished doctoral dissertation, University of Pennsylvania.

Hampton, V. & Fantuzzo, J. (2003). The Validity of the Penn Interactive Peer Play Scale with Urban, Low-Income Kindergarden Children. *School Psychology Review*, 32, 77-91.

Hartup, W. W. (1996). Cooperation, close relationships, and cognitive development. In W. Bukowski, A. Newcomb, & W. Hartup, (Eds.) *The company they keep: friendships in childhood and adolescence*. New York: Cambridge University Press.

Hartup, W. W., & Moore, S. G. (1990). Early peer relations: Developmental significance and prognostic implications. *Early Childhood Research Quarterly*, 5, 1-17.

Henderson, A. t., & Berla, N. (1994). *A new generation of evidence: The family is critical to student achievement*. Washington DC: National Committee for Citizens in Education.

Howes, C. (1983). Patterns of friendships. *Child Development*, 54 (4), 1041-1053.

Johnson, J. E., Christie, J. F. & Yawkey, T. D. (1987). *Play and early childhood development*. Glenview, IL: Scott Foresman.

Johnson, J. E., Christie, J. F. & Yawkey, T. D. (1999). *Play and Early Childhood Development. Second Edition*. Addison Wesley Longman, NY.

Kupersmidt, J., Burchinal, M. & Patterson, C. (1995). Developmental patterns of childhood peer relations as predictors of externalizing behavioral problems. *Development and Psychopathology*, 4, 825-844.

Kupersmidt, J. B., & Coie, J. D. (1990). Preadolescent peer status, aggression, and school adjustment as predictors of externalizing problems in adolescence. *Child Development*, 61, 1350-1362.

Kupersmidt, J. B., Coie, J. D., & Dodge, K. A. (1990). The role of poor peer relationships in the development of disorder. In S. R. Asher & J. D. Coie (Eds.), *Peer rejection in childhood*. Cambridge University Press.

Ladd, G. W. (1999). Peer relationships and social competence during early and middle childhood. *Annual Review of Psychology*, 50, 333-359.

Ladd, G. W., & Coleman, C. C. (1997). Children's classroom peer relationships and early school attitudes: Concurrent and longitudinal associations. *Early Education & Development*, 8, 51-66.

Ladd, G. W. & Golter, B. S. (1988). Parents' management of preschooler's peer relations: Is it related to children's social competence? *Developmental Psychology*, 24, 109-117.

Ladd, G. W., Kochenderfer, B. J. & Coleman, C. C. (1996). Friendship quality as a predictor of young children's early school adjustment. *Child Development*, 67, 1103-1118.

Ladd, G. W., Muth, S. & Hart, C. H. (1992). Parent's management of children's peer relations: Facilitating and supervising children's activities in the peer cultures. In R. D. Parke & G. W. Ladd (Eds.), *Family-peer relationships: Modes of linkage*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Ladd, G. W., & Price, J. M. (1987). Predicting children's social and school adjustment following the transition from preschool to kindergarden. *Child Development*, 58, 1168-1189.

Ladd, G. W. & Price, J. M. (1993). Play styles of peer-accepted and peer-rejected children on the playground. In C. H. Hart (Ed.), *Children on the playgrounds: Research perspectives and applications* (pp. 130-161). Albany: State University of New York Press.

Ladd, G. W., Price, J. M. & Hart, C. H. (1988). Predicting preschoolers' peer status from their playground behavior. *Child development*, 59, 986-992.

Ladd, G. W., Price, J. M., & Hart, C. H. (1990). Preschoolers' behavioral orientations and patterns of peer contact: Predictive of peer status? In S. R. Asher & J. D. Coie (Eds.), *Peer rejection in childhood* (pp. 90-115). New York: Cambridge University Press.

Ladd, G. W. & Profilet, S. M. (1996). The Child Behavior scale: A teacher-report measure of young children's aggressive, withdrawn, and prosocial behaviors. *Developmental Psychology*, 36, 1008-1024.

LaFreniere, P.J. & Dumas, J.E. (1996). Social Competence and Behavior Evaluation in Children Age 3 to 6 Years: The Short Form (SCBE-30). *Psychological Assessment*, Vol. 8, nº 4, 369-377

Lamb, M. E. & Lewis, C. (2010). The development and significance of father-child relationships in two-parent families. In M. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development*.(pp. 58-91). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Lieberman, M.A., Doyle, A-B & Markiewicz, D. (1999). Developmental Patterns in Security of Attachment to Mother and Father in Late Childhood and Early Adolescence: Associations with peer relations *Child Development*, 70, 202-213.

Lillard, A.S. (1998). Playing with a theory of mind. In O. N. Saracho & B. Spodek (Eds.), *Multiple perspectives on play in early childhood education*. (pp. 11-33). Albany, N.Y.: State University of New York Press.

Lima, J. (2005). O tempo e as formas de envolvimento do pai em tarefas de socialização dos filhos em idade pré-escolar. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Consultado em Dezembro de 2009 através de <http://biblioteca.universia.net/html/ficha/params/id/49358425.html>.

Lollis, S. P. & Ross, H. S. (1992). Parents' regulation of children's peer interactions: Direct influences. In R. D. Parke & G. W. Ladd (Eds.), *Family-peer relationships: Modes of linkage*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Maccoby, E. E. & Jacklin, C. N. (1980). Sex differences in aggression: A rejoinder and reprise. *Child Development*, 51, 964-980.

Macdonald, K. & Parke, R. D. (1984). Parent-child physical play: The effects os sex and age of children and parents. *Sex Roles*, 7 (15), 1573-2762. Consultado em Abril de 2010 através de <http://www.springerlink.com/content/r7q281117157550k/>.

McBride, B., Shoppe, S.J., Ho, M., & Rane, T. R. (2004). Multiple Determinates of Father Involvement : An Exploratory Analysis Using the Psid-CDS Data Set. In R. Randal, & M. E. Lamb (Eds), *Conceptualizing and Measuring Father Involvement* (pp 321-340). New Jersey : LEA.

Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? *Psychologica*, 42, 213-229.

Monteiro, L., Veríssimo, M. & Pessoa e Costa, I. (2008). Escala Envolvimento Parental: Atividades de Cuidados e de Socialização. Manual não publicado, ISPA.

National Association for the Education of Young Children. (1991). Guidelines for appropriate curriculum content and assessment in programs serving children ages 3 through 8. *Young Children* 41 (6), 21-38.

National Research Council & Institute of Medicine (2000a). *early Childhood Intervention: Views the field*. Report of a workshop. Committee on Integrating the Science of Early Childhood Development, Board on Children, Youth, and Families, Commission on Behavioral and Social Science and Education. Washington, DC: National Academy Press.

NICHD Early Child Care research Network. (2001). Child care and children's peer interaction at 24 and 36 months: the NICHD Study of Early Child Care. *Child Development*, 72, 1478-1500.

Nourot, P. M. (1998). Sociodramatic play: Pretending together. In D. P. Fromberg & D. Bergen (Eds.), *Play from birth to twelve and beyond: Contexts, perspectives and meanings* (pp. 378-391). New York, NY: Garland Publishing Inc.

Parke, R. D., Cassidy, J., Burks, V. M., Carson, J. L. & Boyumj, L. (1992). Family contributions to peer relationships among young children. In R. D. Parke & G. Ladd (Eds.), *Family-peer relations: Modes of linkage*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Parke, R. D. & Slaby, R. G. (1983). The development of aggression. In P. H. Mussen (Series Ed.) & E. M. Hetherington (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 4. Socialization, personality, and social development* (4th ed., pp. 605-641). New York: Wiley.

Parker, J. G. & Asher, S. R. (1987). Peer relations and later personal adjustment: Are low-accepted children at risk? *Psychological Bulletin*, 102, 357-389.

Peitz, G., Fthenakis, W.E & Kalicki, B. (2001). Determinants of paternal involvement during the child's third year of life : child-care tasks versus pleasure activities. *Poster presented at the Society for Research in Child Development*. Minneapolis. USA.

Pelligrini, A. (1992). Ethological studies of the categorization of children's social behavior in preschool: A review. *Early Education and Development*, 3, 284-297.

Pelligrini, A. D. & Galda, L. (1993). Ten years after: a reexamination of symbolic play and literacy research. *Reading Research Quarterly*, 28, 163-175.

Perret-Clermont, A.N. (1980). *Social Interaction and Cognitive Development in Children*. Academic Press, London.

Pettit, G. S., Keiley, M. K., Laird, R. D., Bates, J. E., & Dodge, K. A. (2007). Predicting the developmental course of mother-reported monitoring across childhood and adolescent from early proactive parenting, child temperament, and parent's worries. *Journal of Family Psychology*. 21 (2), 206-217.

Piaget, J. (1962). *Play, dreams and imitation*. New York: Norton, 1962.

Piaget, J. (1995). *Sociological studies*. New York: Routledge.

Pleck, J. H. (2010). Paternal Involvement: Revised conceptualization and theoretical linkages with child outcomes. In M. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 58-91). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Raver, C. C. & Zigler, E. F. (1997). Social competence: An untapped dimension in evaluating Head Start's success. *Early Childhood Research Quarterly*, 12, 363-385.

Rice, K. G., Cunningham, T. J., Young, M. (1997). Attachment, social competence, and emotional wellbeing: A comparison of black and white late adolescents. *Journal of Counseling Psychology*, 44, 89-101.

Rohner, R.P. & Veneziano, R.A. (2001). The importance of father love: History and contemporary evidence. *Review of General Psychology*, 5 (4), 382-405.

Rosen, C. (1974). The effects of sociodramatic play on problem-solving behavior among culturally disadvantaged preschool children. *Child Development*, 45, 920-927.

Rubin, K. H., Burgess, K. B., Kennedy, A. E., & Stewart, S. L. (2003). Social withdrawal in childhood. In E. J. Mash & R. A. Barkley (Eds.), *Child psychopathology* (2nd ed., pp. 372-406). New York: Guilford Press.

Rubin, K. H., Dwyer, K. M., Booth-Laforce, C., Kim, A. H., Burgess, K. B. & Rose-Krasnor, L. (2004). Attachment, friendship and psychosocial functioning in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 24,326-356.

Rubin, K. H. & Hayvern, M. (1981). The social and cognitive play of preschool-aged children differing with regard to sociometric status. *Journal of Research and Development in Education*, 14, 116-122.

Rubin, K. H., Fein, G. G., & Vandenberg, B. (1983). Play. In P. H. Mussen (Ed.). *Handbook of child psychology* (vol. 4). New York: Wiley.

Rust, J., Golombok, S., Hines, M., & Johnston, H. (2000). The role of brothers and sisters in the gender development of preschool children. *Journal of Experimental Child Psychology*, 77, 292-303.

Saarni, C. (1999). *The development of emotional competence*. New York: Guilford Press.

Sadovsky, A., & Troseth, G. (2000). Aspects of young children's perceptions of gender-typed occupations. *Sex Roles*, 42, 993-1006.

Saltz, E. & Johnson, J. (1974). Training for thematic-fantasy play in culturally disadvantaged children: Preliminary results. *Journal of Educational Psychology*, 66, 623-630.

Santos, A. J. & Veríssimo, M. (2008). Escala de avaliação do comportamento e competência social (LaFreniere e Dumas, 1995). *XIII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e contextos*. Braga, Portugal.

Saracho, O. N. & Spodek, B. (1998). *Multiple perspectives on Play in early childhood education*. Albany, N. Y.: State University of New York Press.

Schneider, B. H. (2000). *Friends and enemies: Peer relations in childhood*. New York: Oxford University Press.

Segall, M. H., Dasen, P., Berry, J. W., & Poortinga, Y. (1999). *Human behavior in global perspectives: An introduction to cross-cultural psychology* (2nd ed.) Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.

Singer, J. L., & Singer, D. G. (1980). Imaginative play in preschoolers: Some research and theoretical implications. Paper presented at the meeting of American Psychology Association, Montreal.

Smith, P. & Syddall, S. (1978). Play and non-play tutoring in preschool children: Is it play or tutoring that matters? *British Journal of Educational Psychology*, 48, 315-325.

Sroufe, L. A., Carlson, E. A., Levy, A. K., & Egeland, B. V. (1999a). Implications of attachment theory for developmental psychopathology. *Development & Psychopathology*, 11 (1), 1-13.

Steele, H., Steele, M., & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers, and their infants. *Child Development*, 67, 541-555.

Stevenson, D. L., & Baker, D.P. (1987). The family-school relation and the child's school performance. *Child Development*, 58, 1348-1357.

Stipek, D. (2002). *Motivation to learn: Integrating theory and practice* (4th ed.). Boston: Allyn and Bacon.

Strayer, F. F. (1991). The development of agonistic and affiliative structures in preschool play groups. In J. Silverberg & P. Gray (Eds.), *To fight or not to fight: Violence and peacefulness in humans and other primates*. Oxford, England: Oxford University Press.

Suess, G. J., Grossmann, K. E. & Sroufe, L. A. (1992). Effects of infant attachment to mother and father on quality of adaptation in preschool: From dyadic to individual organization of self. *International Journal of Behavioral Development*, 15, 43-65.

Sutton-Smith, B. (1997). *The ambiguity of play*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Sylva, K., Bruner, J. S. & Genova, P. (1976). The role of Play in the problem-solving of children 3-5 years old, in J. S. Bruner, A. Jolly & K. Sylvia (eds.), *Play, harmondsworth: Penguin*. (os efeitos de brincar livremente com um puzzle de paus empilhados.)

Topping, K. & Ehly, S. (1998). *Peer-assisted learning*. Mahwah, NJ: Erlbaum.

Torres, N., Santos, A.J. & Veríssimo, M. (2010). *Penn Interactive Peer Play Scale* (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998). Manual não publicado, ISPA.

Tryphon, A. & Vonèche, J. (1996). *Piaget – Vygotsky: The social genesis of thought*. New York: Psychology Press.

U.S. Department of Education. (1992). *Starting school ready to learn. Questions and answers on reaching National education Goal I: By the year 2000. All children in America*

will start school ready to learn. Washington, DC: Author. (ERIC Document Reproduction Service No. ED 355013).

van Bokhoven, I., van Goozen, S., van Engeland, H., Schaal, B., Arseneault, L., Séguin, J., et al. (2006). Salivary testosterone and aggression, delinquency and social dominance in a population-based longitudinal study of adolescence males. *Hormones and behavior*, 50 (1), 118-125.

van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Zwart-Woudstra, H. A., van Busschbach, A. M. & Lambermon, W. E. (1991). Parental attachment and children's socioemotional development: Some findings on the validity of the Adult Attachment Interview in the Netherlands. *International Journal of Behavioral Development*, 14, 375-394.

Vaughn, B. & Santos, A. J. (2009). Behavioral structures governing social transactions among young children: Affiliation and dominance in groups of preschool age children. In Kenneth H. Rubin, William Bukowski & Brett Laursen (Eds.), *Handbook of peer interactions, relationships and groups* (pp. 195-214). New York: Guilford Press.

Vygotsky, L. S. (1976). Play and its role in the mental development of the child. In J. S. Bruner, A. Jolly & K. Sylva (Eds.), *Play: Its role in development and evolution* (pp. 537-554). New York: basic Books.

Vygotsky, L. (2007). *Pensamento e Linguagem*. Relógio D'Água Editores, Lisboa.

Walker, S., Irving, K., & Berthelsen, D. (2002). Gender influences on preschool children's social problem-solving strategies. *The Journal of Genetic Psychology*, 163, 197-209

Wentzel, K. R. (1999). Social-motivational processes and interpersonal relationships: Implications for understanding motivation at school. *Journal of Educational Psychology*, 91, 76-97.

Yawkey, T. (1984). Contributions of Play to Development. In T. D. Yawkey & A. D. Pellegrini (Eds.), *Childs Play: Development and Applied* (pp. 9-27). Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, New Jersey.

CAPÍTULO IV

BENEFÍCIOS E CONSTRANGIMENTOS NO RELACIONAMENTO ENTRE O TRABALHO E A FAMÍLIA E SUA RELAÇÃO COM O ENVOLVIMENTO PARENTAL E COM A COMPETÊNCIA SOCIAL DE CRIANÇAS A FREQUENTAR O JARDIM-DE-INFÂNCIA/PRÉ-ESCOLAR DO PONTO DE VISTA DAS EDUCADORAS

RESUMO

O presente estudo tem como objectivo analisar a possibilidade de conflito entre o trabalho e a família e a sua relação com o envolvimento parental e com a competência social do ponto de vista das educadoras de crianças a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar.

Pretendemos, ainda, investigar a existência de relação entre a possibilidade de conflito trabalho/família e algumas variáveis sócio-demográficas familiares, nomeadamente as habilitações literárias e a idade dos pais, assim como o número de horas que passam no emprego, para além da idade e do sexo da criança e do número de horas que passa na instituição. Participaram no estudo 532 famílias bi-parentais, de vários distritos de Portugal.

Os resultados indicam que na perspectiva de ambos os pais os benefícios associados aos dois contextos parecem sobrepor-se aos constrangimentos. Existe, ainda, uma correlação significativa entre o conflito trabalho e família, especialmente na opinião paterna, e uma menor partilha de responsabilidade parental na perspectiva de ambos os pais, assim como se confirma a relação do mesmo conflito com uma menor competência social das crianças, do ponto de vista das educadoras. Segundo os resultados, maiores habilitações literárias de ambos os pais surgem associadas a maiores benefícios da relação entre o trabalho e a família do ponto de vista materno. Observou-se, também, que um maior número de horas passadas pela mãe no emprego está correlacionado com as dimensões maternas dos constrangimentos e da interferência do trabalho na família. Verificou-se, ainda, que a recompensa paterna se manifesta mais frequentemente nas filhas do que nos filhos.

Palavras-chave: Conflito entre Trabalho e Família, Experiências Parentais, Envolvimento Parental, Competência Social.

INTRODUÇÃO

Os papéis desempenhados, ao nível profissional e familiar, são parte integrante e preponderante da identidade do adulto, podendo assumir-se como geradores ou vítimas de *stress*, cedendo lugar à experiência do conflito família/trabalho ou trabalho/família (Frone, 2000a).

Entre outras variáveis, como a vontade de trabalhar por parte da mulher, a pressão económica, que actualmente se tem vindo a agravar, também levou a mulher a adoptar um papel mais activo fora de casa, uma vez que o seu salário pode servir como um antídoto que permite atenuar as dificuldades financeiras da família (Blank, 1988). Todavia este desenlace pode de alguma forma limitar a sua performance ao nível familiar. Por seu lado, os homens, apesar de continuarem a despende menos tempo a cuidar das crianças, relativamente às mulheres (Gershuny, 2001), estão cada vez mais envolvidos com as suas famílias, levando a que o trabalho nem sempre tenha a primazia que no passado era inquestionável. Contudo, e em simultâneo, não deixam de ser confrontados com a prioridade do trabalho, se pretendem alcançar um confortável patamar económico e social para si e para as suas famílias, sendo levados a fazer sacrifícios, que normalmente significam estar menos tempo com a família (Theunissen, Vuuren & Visser, 2003). Juntos, estes factores têm contribuído para o aumento do conflito entre família e trabalho.

Outro aspecto, que pode contribuir para a possibilidade de conflito entre os casais onde ambos os elementos trabalham, passa pela existência de maior competitividade entre estes, pelo menos se comparados com os casais tradicionais, onde a competitividade é praticamente inexistente (Greenhaus *et al.*, 2000). Assumindo o marido o papel de suporte financeiro cabia à mulher a educação da prole e a lida da casa, não havendo, assim, praticamente sobreposição de funções, eliminando a possibilidade de competição, o que não acontece nos casais onde a partilha de responsabilidade abarca a família e o trabalho. Assim sendo, o sucesso desmesurado de um elemento, por exemplo da mulher, pode provocar no marido algum ciúme ou desconforto, acicatando uma insatisfação, que poderá afectar a relação conjugal (Hall & Hall, 1978).

O conflito entre o trabalho e a família é uma fonte de *stress* a nível individual e ao nível das empresas e tem sido associado a consequências negativas, como o risco para o emprego do cônjuge, o pior desempenho na família e no trabalho, ou o absentismo e a redução da satisfação de um modo geral (Duxburry & Higgins, 1991; Frone *et al.*, 1992a;

Thomas & Ganster, 1995). Este conflito, consoante o desequilíbrio provocado, pode até afectar a relação do casal levando mesmo à sua ruptura (Sumer & Knight, 2001).

O esforço para tentar equilibrar o trabalho e a família pode conduzir à depressão (Goff, Mount & Jamison, 1990), assim como pode aumentar os riscos de saúde e levar ao suicídio (Duxbury & Higgins, 1991; Jones & Fletcher, 1996).

Neste sentido, e de acordo com os trabalhos de Allen, Herst, Bruck e Sutton, em 2000 e de Carlson & Frone, em 2003, as sequelas do conflito entre o trabalho e a família podem fazer-se sentir em três espaços. Na relação com o trabalho, quando surge algum desencanto no emprego, despontando intenções de menor investimento laboral. Na relação com a família, através de uma reduzida adesão às actividades familiares, do afastamento dos momentos importantes da vida familiar e das dificuldades de interacção com os filhos (Frone, 2000a), para além do modo como a emergente insatisfação se pode associar a condutas desajustadas. E no bem-estar individual, se o desequilíbrio em causa potencia o comportamento de ansiedade ou de depressão do sujeito (MacEwen & Barling, 1994; Greenberger e O'Neil, 1993), a baixa autoestima, o aumento do consumo de substâncias aditivas e a fraca saúde física (Frone, Russel, & Barnes, 1996).

A teoria funcionalista ou os efeitos nocivos da multiplicidade de papéis

A entrada massiva no mundo laboral na década de 70 e as teorias vigentes conduziram à preocupação de que os múltiplos papéis desempenhados pelas mães iriam provocar *stress* materno, materializado através de problemas físicos e de saúde mental, além de dificuldades de relacionamento (e.g. Goode, 1974).

O facto de ambos os progenitores trabalharem, desdobrando-se numa multiplicidade de papéis, dificulta-lhes as possibilidades de conciliação entre os mundos familiar e do trabalho (Weingarten, 1978), aumentando, assim, as probabilidades de conflito (Bacharach, Bamberger & Conley, 1991; Davidson & Cooper, 1983; Kossek & Ozeki, 1998; Morrison & Clements, 1997). O conceito de “contaminação negativa”, que se revela sempre que a execução de um dos vários papéis, desempenhados pela mãe ou pelo pai, surge associada ao impedimento da sua performance num outro domínio significativo, prejudicando-a (Greenhaus & Beutell, 1985), acolhe as ideias que caracterizam a multiplicidade de papéis, essencialmente, através de efeitos perniciosos.

Tais premissas vêm ao encontro da corrente funcionalista/teoria dos géneros (Parsons & Bales, 1955, cit. por Barnett & Hyde, 2001), assente em pressupostos tradicionalistas e biológicos, que postulam uma distribuição funcionalista das tarefas, em que à mulher cabe cuidar das crianças e da casa, enquanto ao homem cumpre trabalhar, de modo a garantir o sustento financeiro da família. É por isso uma perspectiva, onde os compromentimentos entre a família e o trabalho devem ser bem delimitados, uma vez que os cônjuges assumem responsabilidades claramente diferenciadas, que não devem coincidir, sob pena de estarem condenados ao insucesso, tendendo nesse caso a correlacionar-se de modo negativo (Barnett & Hyde, 2001).

A teoria expansionista e os benefícios da multiplicidade de papéis

Porém, de um modo geral, ao contrário do que a teoria funcionalista poderia levar a crer, a multiplicidade de papéis, também, pode ser benéfica para ambos os pais, assumindo reflexos positivos na saúde mental, física e relacional (e.g. Thoits, 1983), dando, assim, corpo à actual teoria expansionista (Barnett & Hyde, 2001), onde se defende que a participação no trabalho é benéfica para a mulher e a participação familiar é benigna para o homem. A multiplicidade de papéis não só providencia oportunidades de sucesso, como também aumenta a possibilidade das ocasiões de frustração. Deste modo e em sintonia com Barnett e Hyde (2001), a diversidade de papéis parece melhorar as pessoas, oferecendo um contributo, que não deve ser escamoteado, no sentido de as ajudar a tornarem-se melhores mães e pais.

Repetti, Matthews e Waldron (1989) concluíram que o emprego surge associado a uma maior qualidade de saúde, quer nas mães solteiras, quer nas casadas. Alguns estudos (e.g. Aneshensel, 1986; Kandel, Davies & Raveis, 1985) verificaram que as mulheres empregadas tendem a ser menos depressivas que as desempregadas. Em nenhum dos estudos a depressão das mulheres empregadas se sobrepõe à depressão das mulheres desempregadas. Crosby, em 1991, observou que as mulheres que desempenhavam múltiplos papéis estavam menos deprimidas.

Wethington e Kessler (1989) verificaram que as mulheres que reduziam o tempo de permanência no trabalho, passando de tempo inteiro (35 h semanais) para *part-time* (entre 10 e 19 h semanais) ou que entretanto se haviam tornado donas de casa apresentavam um aumento dos sintomas de depressão.

O mesmo parece acontecer com os pais, cuja saúde física (Gore & Mangione, 1983) e mental parecem beneficiar do empenho distribuído por diversas tarefas (e.g. Barnett, Marshall, & Pleck, 1992; Farrell & Rosenberg, 1981; Lein *et al.*, 1974; Veroff, Douvan, & Kulka, 1981). De modo particular, o papel desempenhado pelos pais (homens) na família é central para o seu bem-estar físico e psicológico (Pleck, 1985), sendo que uma maior partilha na sustentabilidade financeira familiar oferece benefícios a ambos os pais (Wilkie, Ferree, & Ratcliff, 1998). Ao contrário do que poderia ser expectável, os pais mais envolvidos nos cuidados das crianças apresentavam menores índices de *stress* ao nível psicológico (Ozer, Barnett, Brennan, & Sperling, 1998).

Para além dos benefícios já associados à multiplicidade de papéis, segundo Barnett, Marshall e Pleck (1992), o impacte negativo provocado por um desempenho menos conseguido numa das áreas pode ser reduzido através do sucesso e satisfação obtidos num domínio diferente.

A multiplicidade de papéis amplia as oportunidades de suporte social, que por sua vez aumentam as possibilidades de bem-estar (Polasky e Holahan, 1998), oferece múltiplas oportunidades para experimentar o sucesso e desenvolver a auto-confiança e a auto-eficácia (e.g. Bussey & Bandura, 1999), além de permitir um maior número de oportunidades para a descentração, facultando a mais fácil compreensão de diferentes perspectivas (Crosby, 1991; Crosby & Jaskar, 1993; Ridley, 1973).

Quanto maior a complexidade do sujeito, maior será a sua resistência aos possíveis efeitos negativos provocados por eventos stressantes (Linville, 1985). Quando ambos os pais partilham o trabalho e a responsabilidade familiar, as suas experiências diárias aproximam-se, facilitando a comunicação e a qualidade relacional do casal (Cowan *et al.*, 1985; Schwartz, 1994).

O facto de ambos os pais trabalharem pode ainda facilitar a queda de conceitos estereotipados baseados única e exclusivamente no género, um maior vencimento e o equilíbrio de poder entre os dois elementos do casal (Muchinsky, Kriek, & Schreuder, 1998). Adicionalmente, o desenvolvimento das crianças também parece beneficiar, desenvolvendo um auto-conceito mais positivo e tendo a oportunidade de crescer de modo mais independente (Theunissen *et al.*, 2003).

Deste modo, o comprometimento com o trabalho não parece implicar o descomprometimento com a família ou vice-versa, o que contraria as assimétricas teses funcionalistas (Barnett & Hyde, 2001).

Todavia, os benefícios da partilha parental no que diz respeito ao trabalho e à família são mais evidentes nos casais que assumem uma ideologia não tradicional (não baseada na distribuição convencional de papéis em função do género), que nos pais associados à ideologia tradicional (Brennan, Barnett & Gareis, 2001; James, Barnett, & Brennan, 1998).

Apesar de benéfica, a multiplicidade de papéis, quando assume contornos exagerados, pode tornar-se contra-producente, sucedendo o mesmo quando as exigências de um papel colidem com o desempenho de outro, prejudicando-o ou inviabilizando-o. Em 1999, Voydanoff e Donnelly verificaram que até certo ponto o aumento de horas passadas no trabalho diminuía o mal-estar psicológico, porém a partir desse limite o efeito alterava-se, assumindo o impacte inverso.

Mais importante que a quantidade de tempo despendido num dos domínios ou a própria quantidade de papéis assumidos é a qualidade do papel assumido. No caso de o trabalho não satisfazer ou quando a pessoa é vítima de discriminação, os benefícios psicológicos associados ao trabalho parecem não ocorrer (Barnett & Hyde, 2001).

O trabalho e o envolvimento paterno

As decisões dos homens sobre a paternidade estão relacionadas com as oportunidades, expectativas, experiências e decisões tomadas sobre o seu emprego. O trabalho afecta a capacidade psicológica dos homens para desempenhar o seu papel de pais (Astone, Dariotis, Sonenstein, Pleck, & Hynes, 2009).

De acordo com Elder (1998) as pessoas estão permanente e simultaneamente envolvidas em múltiplos domínios (e.g. parceiro sexual, trabalho, escola, paternidade, serviços comunitários). A coordenação entre os diversos domínios, como o trabalho e a paternidade, assume, assim, um carácter fundamental. Para além disso, os homens tomam decisões acerca do trabalho e da paternidade em contextos sociais diferentes, sendo certo que esses contextos alteram os custos e os benefícios associados a essas decisões. Por fim, o trabalho, tal como a paternidade, não é estático, mas sim um processo de desenvolvimento cujo conteúdo e o significado se altera ao longo do tempo, com as fases de desenvolvimento pelas quais a criança vai passando, com a idade da pessoa em causa e com a longevidade

enquanto trabalhador e pai. A complexidade deste retrato não deixa, por isso, de enquadrar-se na perspectiva bio- ecológica concebida por Yuri Bronfenbrenner (1994, 2005), onde uma multiplicidade de contextos e inerentes características vão interagindo de modo distinto, directa ou indirectamente, com um sujeito, que não deixa de ecoar essas influências no modo como se constrói, age e reage, ao mesmo tempo que não evita as suas próprias repercussões nesses ambientes que habita, seja ou não presencialmente.

Neste sentido, a paternidade é influenciada pelas especificidades dos contextos familiar e pré-escolar, para além de a um nível mais geral ser afectada pelos contextos sociais, culturais e económicos (Magnusson & Stattin, 1998). O envolvimento paterno pode ser condicionado pela motivação do pai, pela auto-confiança para desempenhar a paternidade, pelo suporte que lhe é oferecido, especialmente pela parceira e pelas políticas e práticas institucionais, em particular as inerentes ao próprio emprego (Lamb, Pleck, & Levine, 1985; Pleck, 1986, 1997). Por outro lado, os factores familiares e socio-culturais também têm potencial para afectar a influência do emprego paterno (Russell & Hwang, 2004).

No presente, a paternidade envolvida e activa é um aspecto fulcral no papel desempenhado pelo pai (Christiansen & Palkovitz, 2001; Coley, 2001; Kaufman & Uhlenberg, 2000), também responsável pelas diversas e inseparáveis dimensões da vida da criança, como a componente emocional, social, educacional e económica (Plantin, 2007b).

Porém, nem sempre a realidade se compadece ou facilita esta paternidade mais activa e uma grande percentagem de pais sente que não está o tempo suficiente com os seus filhos (Russell & Llewellyn-Smith, 2001). Os pais com filhos menores de seis anos gostavam de poder passar menos horas no local de trabalho, destacando-se mesmo dos pais cujos filhos não são tão novos (Fagan, 2000). No mesmo sentido, Dex e Joshi (2005), verificaram que muitos dos pais e mães que trabalham a tempo inteiro se mostram insatisfeitos com a quantidade de tempo que passam com os seus filhos de 9/10 meses.

Assim, não surpreende que Tanaka e Waldfogel (2007) tenham observado que o uso da licença de paternidade e a menor carga horária paterna, se relacionavam com um maior envolvimento paterno com crianças entre os 8 e os 12 meses de vida. Pelo contrário, os pais que passam mais horas no emprego tendem a envolver-se menos com os filhos (Bonney, Kelley, & Levant, 1999; Yeung, Sandberg, Davis-Kean, & Hofferth, 2001).

O trabalho e o envolvimento materno

Mais do que os homens, as mulheres gastam mais horas em actividades relacionadas com a casa e com família (Denmark, Shaw, & Ciali, 1985; Nieva & Gutek, 1981), assim como passam mais horas em actividades onde procuram combinar trabalho e família (Berk & Berk, 1979; Pleck, 1985; Robinson, 1977), o que faz com que na realidade muitas vezes as mulheres assumam dois trabalhos a tempo inteiro, o que, evidentemente, implica maior desgaste (e.g. Hochschild & Machung, 1989) e ajuda a explicar a maior vulnerabilidade materna às consequências negativas da assumpção da multiplicidade de papéis (Leslie & Leslie, 1980).

As mulheres também tendem a desenvolver maiores problemas de identidade, especialmente se acreditarem que o seu estilo de vida não se coaduna com a sua precedente idealização do papel de género, que tende a desvalorizar as incursões femininas no mundo laboral (Greenhaus *et al.*, 2000).

Na Europa tem prevalecido a ideia de acolhimento e responsabilização do pai, o que justifica a decisão das licenças pós parto não se dirigirem exclusivamente às mães, prolongando-se em licenças de paternidade (European Commission, 2007a), que mais não querem do que promover o envolvimento paterno, incentivando a ligação entre pai e filho e facilitando a partilha de responsabilidade parental, impulsionando, assim, uma política mais igualitária, onde o equilíbrio entre pai e mãe, pode de alguma forma aliviar o esforço materno (O'Brien & Moss, 2010). Bem entendido, as políticas familiares têm apostado num envolvimento paterno activo ao nível dos cuidados prestados à criança e na crescente implicação dos homens nas tarefas relacionadas com a lida da casa, que não devem ser responsabilidade privada da mulher (Gregory & Milner, 2008).

O conflito trabalho/família e o desenvolvimento da criança

Como referido, a partilha assimétrica da responsabilidade parental, pelo menos no que diz respeito às áreas dos cuidados, torna a mulher mais exposta à possibilidade de conflito entre o trabalho e a família (Parry, 1987). Mais do que os homens, as mulheres tendem a apresentar sintomas de mal-estar físico e psicológico, níveis elevados de ansiedade e depressão conotados com o conflito entre família e trabalho, o que evidentemente afecta o desenvolvimento e comportamento da criança, em idade pré-escolar (Anthony *et al.*, 2005).

Ao contrário do que se verifica com a mãe, a satisfação ou insatisfação laboral paterna não parece interferir com a competência social da criança, o que pode ser justificado através da hipótese de segmentação avançada por Lambert (1990), que sustenta a possibilidade dos pais serem capazes de isolar os dois contextos, não misturando o trabalho e a família. Algo que se compreende mais facilmente se ponderarmos o facto de os pais estarem menos tempo com a criança nas áreas relativas aos cuidados, centrando a sua acção preferencialmente nas actividades lúdicas (Torres, 2004), comparativamente à mãe, o que lhes facilita a concretização da referida segmentação. Tal hipótese dificilmente encaixaria nos resultados maternos, uma vez que as mães têm maior tendência para desempenhar vários papéis em simultâneo, pelo que a probabilidade de contaminação aumenta exponencialmente, aumentando o risco de interferência negativa ao nível do desenvolvimento da competência social da criança (Parry, 1987).

Todavia, quando o envolvimento paterno é regular as crianças tendem a apresentar índices mais elevados de competência cognitiva, maior empatia e maior controlo interno, além de menores crenças acerca dos estereótipos (Pleck, 1997). A própria relação conjugal poderá beneficiar do maior envolvimento paterno, possibilitando um aumento da qualidade de interacção entre a mãe e a criança e contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e social da criança (Crepaldi, Andreani, Hammes, Ristof, & Abreu, 2006). Pelo contrário, se o que prevalece é o conflito conjugal, os pais poderão sentir maiores dificuldades em detectar os sinais discretos emitidos pelos filhos quando estes lhes procuram comunicar algumas das suas necessidades, o que poderá emergir como um obstáculo ao pretendido desenvolvimento da competência social da criança (Bornstein, 2002).

Assim sendo, o estudo da relação entre a família e o trabalho (Schaubroeck's, 1990), que tanto pode ser geradora de conflito provocando constrangimentos (Duxburry & Higgins, 1991; Thomas & Ganster, 1995), como pode ser associada a efeitos benéficos (e.g. Farrell & Rosenberg, 1981; Gore & Mangione, 1983; Thoits, 1983), é um objectivo central na nossa investigação. Procura-se, assim, compreender se o trabalho se associa de modo positivo (e.g. Barnett e Hyde, 2001; Grzywacz & Bass, 2003) ou negativo (e.g. Bryson, Bryson, & Johnson, 1978; Hoffman, 1989; Russell & Hwang, 2004) à família e mais particularmente ao envolvimento parental (e.g. Tanaka & Waldfogel, 2007).

Pretendemos, ainda, analisar as possíveis associações entre a possibilidade de conflito trabalho/família e as variáveis sócio-demográficas familiares, nomeadamente as habilitações

literárias e a idade dos pais, assim como o número de horas que passam no emprego, para além da idade e do sexo da criança e do número de horas que passa na instituição.

Por fim, propomo-nos investigar a relação entre a possibilidade de conflito trabalho/família e a Competência Social das crianças em contexto de Jardim-de-Infância/Pré-escolar, na perspectiva das educadoras (e.g. Almeida, 2011; Bornstein, 2002; Parry, 1987; Pleck, 1977), cuja relação com a partilha de responsabilidade parental também nos propomos estudar (e.g. Pleck, 1997).

MÉTODO

Participantes

Neste estudo participaram 532 famílias bi-parentais, casados ou em união de facto. As mães tinham idades compreendidas entre os 19 e os 50 anos ($M=34,24$; $DP=4,76$), enquanto as idades dos pais variavam entre os 23 e os 60 anos ($M=36,44$; $DP=4,76$). As habilitações literárias das mães variavam entre os 4 e os 21 anos de escolaridade ($M= 12.99$, $DP= 4.25$), tal como as dos pais ($M= 11.62$, $DP= 3.81$). As idades das crianças oscilavam entre os 32 e os 77 meses ($M=56,38$; $DP=9,88$), sendo 287 do sexo feminino e 244 do sexo masculino. O início de frequência da creche oscilou entre os 3 e os 63 meses ($M= 22.76$, $DP= 14.29$) e as crianças passavam entre 3 e 12 horas por dia ($M= 8.36$, $DP= 1.29$) em contexto escolar. As crianças frequentavam Jardins-de-Infância de vários distritos de Portugal, tendo as famílias sido recrutadas para o estudo através dos mesmos.

Instrumentos/Procedimento

Escala Conciliar Trabalho e Família (Combining Work and Family; NICHD, 1991, traduzida e adaptada por Martins, Martins, Mateus, Osório, & Fonseca, 2008)

A escala foi elaborada no âmbito do “Study of Early Child Care and Youth Development” do NICHD (National Institute of Child Health and Human Development), correspondente a um projecto longitudinal, que procura estudar o modo como as alterações verificadas nos cuidados prestados às crianças se podem relacionar com o seu desenvolvimento. Os seus maiores atributos concentram-se na objectividade, na curta extensão, na rapidez e facilidade, quer de administração, quer de análise. Permite, ainda, a

ponderação de aspectos positivos e negativos das temáticas em causa. A sua aplicação é considerada pertinente no contexto de investigação centrada em famílias com filhos em idade de jardim-de-infância/pré-escolar e, mais particularmente, no estudo da parentalidade. A escala é portadora de boas qualidades psicométricas.

A escala Conciliar Trabalho e Família procura aferir a aliança do papel parental com o papel profissional, medindo as interferências negativas e positivas, assim como o próprio *stress*. É um questionário de auto-administração constituído por 21 itens tratados através de uma escala de Likert de 4 pontos, onde 1 corresponde a “Nada Verdadeira”, e 4 a “Muito Verdadeira”. É composta por duas subescalas, a *influência positiva entre o trabalho e a família* (8 itens) e a *influência negativa entre o trabalho e a família* (13 itens), para além de permitir a obtenção de um score global, correspondente aos *constrangimentos* associados à tentativa de conciliar trabalho e família.

Escala de Experiências Parentais (Parent Role Quality Scale; NICHD, 1991, traduzida e adaptada por Martins, Martins, Mateus, Osório & Fonseca, 2008)

Tal como a anterior, esta escala foi elaborada no âmbito do “Study of Early Child Care and Youth Development” do NICHD (National Institute of Child Health and Human Development), inserindo-se no mesmo projecto longitudinal. Apresenta os mesmos atributos que a escala antecedente garantindo objectividade, curta extensão, rapidez e facilidade de administração e de análise, assegurando a ponderação de aspectos positivos e negativos das temáticas em causa, assim como se revela portadora de boas qualidades psicométricas. A sua aplicação, tal como na escala anterior, é considerada pertinente no contexto de investigação centrada em famílias com filhos em idade de jardim-de-infância/pré-escolar e, mais particularmente, no estudo da parentalidade.

A escala referente às Experiências Parentais propõe-se examinar as preocupações, recompensas e *stress* associados à parentalidade, sendo constituída por duas subescalas: *recompensas* e *preocupações*, às quais diz respeito um número idêntico de itens (10). Facilita, ainda, o cálculo de um resultado geral, respeitante ao *stress parental*. Este instrumento é composto por um questionário de auto-administração, constituído por 20 itens aquilatados numa escala de Likert de 4 pontos, que oscila entre (1) - “Não é de todo uma preocupação” ou “Nada” e (4) - “Preocupação Extrema” ou “Extremamente”.

Escala de Competência Social e de Avaliação do Comportamento (Lafreniere e Dumas, 1996, traduzida e adaptada por Santos & Veríssimo, 2008).

A Escala de Competência Social e de Avaliação do Comportamento utilizada trata-se da versão portuguesa do instrumento originalmente proposto por LaFreniere e Dumas (1996). A escala é constituída por 30 itens e está dividida em três sub-escalas de factores, nomeadamente, a *competência social*, a *agressividade* e o *isolamento ansioso*, correspondendo a cada uma 10 itens. Apesar de reduzida, esta versão facilita o acesso ao conhecimento de padrões de regulação de emoções, tal como permite recolher informação sobre as relações entre pares e entre professor e criança. As respostas estavam organizadas sob a forma de escala de Likert que contemplava seis categorias, designadamente “nunca ocorre” (1), “algumas vezes” (2, 3), “com frequência” (4, 5) e “sempre” (6). O instrumento foi preenchido pelas educadoras.

Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008)

A Escala de Envolvimento Parental: Actividades de Cuidados e de Socialização (Monteiro, Veríssimo & Pessoa e Costa, 2008) é uma reformulação do questionário de Monteiro, Veríssimo, Santos e Vaughn (2008) e de Crouter, Perry-Jenkins, Huston, & McHale (1987), na qual se procurou avaliar a forma como mães e pais dividem as tarefas de responsabilidade parental. Estas incluem tanto as actividades de cuidados – remetem para os cuidados prestados às crianças -, como as de socialização – relacionadas com a organização e participação nos momentos de lazer e brincadeira.

O questionário é composto por 26 itens, que remetem, essencialmente, para cinco dimensões: *cuidados directos* – itens 1, 2, 3, 4 e 6 (e.g. “quem dá banho ao seu filho” e “quem vai deitar o seu filho”); *cuidados indirectos* – itens 5, 7, 8, 23, 24, 25 e 26 (e.g. “quem é responsável pela ida ao médico do seu filho” e “quem leva e traz o seu filho à escola”); *ensino e disciplina* – itens 15, 16, 17, 18 e 19 (e.g. “quem ensina ao seu filho novas competências” e “quem faz cumprir as regras”); *brincadeira* – itens 11, 12, 13, 14 e 22 (e.g. “quem brinca com o seu filho” e “quem lê histórias ao seu filho”); *actividades de lazer no exterior* – itens 9, 10, 20 e 21 (e.g. “quem leva o seu filho às festas de anos” e “quem leva o seu filho ao parque infantil”). As respostas deveriam ser dadas numa escala de cinco pontos – (1) sempre a mãe, (2) mais frequentemente a mãe, (3) tanto a mãe como o pai, (4) mais frequentemente o pai, (5)

sempre o pai – e avaliadas numa perspectiva relativa, em que os dados são vistos em comparação com a outra figura parental.

Os questionários foram preenchidos de modo independente por ambos os pais.

RESULTADOS

A conciliação entre o trabalho e a família de acordo com os pais

Os Alfas de *Cronbach* (tabela 1) para as quatro dimensões da Escala: “Conciliar trabalho e família” apresentam valores aceitáveis de fiabilidade para ambos os pais.

Tabela 1

Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas relativamente à Escala: Conciliar trabalho e família

Dimensões		Média	Desvio-Padrão	Alfa de <i>Cronbach</i>
Família interfere com Trabalho	materna	1.61	.53	.68
	paterna	1.54	.47	.68
Trabalho interfere com Família	materna	2.04	.63	.82
	paterna	1.99	.65	.83
Constrangimentos Trabalho/Família	materna	1.86	.48	.85
	paterna	1.79	.48	.86
Benefícios Trabalho/Família	materna	2.79	.60	.87
	paterna	2.89	.64	.88

De acordo com os progenitores (tabela 1) podemos ainda observar que a interferência do trabalho sobre a família se sobrepõe à interferência desta última sobre o trabalho e que os benefícios, suscitados pela relação entre o trabalho e a família, se parecem superiorizar aos constrangimentos.

Concordância parental relativamente às quatro dimensões da Escala Conciliar Trabalho e Família

Utilizando o Coeficiente de Correlação de *Pearson*, obtiveram-se os seguintes valores de concordância entre as respostas maternas e paternas para as quatro dimensões do questionário (Quadro 1).

Quadro 1

Concordância parental relativamente às quatro dimensões da Escala Conciliar Trabalho e Família: família interfere com trabalho; trabalho interfere com família; stress entre trabalho e família; e benefícios entre trabalho e família

	mãe	Família interfere com trabalho	Trabalho interfere com família	<i>Stress</i> Trabalho/Família	Benefícios Trabalho/Família
pai					
Família interfere com trabalho		.32**			
Trabalho interfere com família			.39**		
Constrangimentos Trabalho/Família				.40**	
Benefícios Trabalho/Família					.29**

**p<.01

Variáveis Sócio-Demográficas Parentais e a Escala Conciliar Trabalho e Família

As correlações positivas e significativas registadas entre a dimensão dos benefícios maternos e as habilitações literárias maternas ($r=0.12$; $p<0.01$) e as habilitações literárias paternas ($r=0.08$; $p<0.05$), apesar de fracas, indicam que quanto maiores as habilitações

literárias maternas e paternas, maiores os benefícios originados pela relação entre o trabalho e a família, de acordo com a opinião materna. De salientar que esta correlação se torna mais forte no caso das habilitações literárias maternas.

Assinalam-se, ainda, duas outras correlações significativas, tal como as anteriores também positivas, respeitantes ao número de horas passadas pela mãe no emprego e as dimensões maternas: o trabalho interfere com a família ($r=0.13$; $p<0.01$) e os constrangimentos ($r=0.11$; $p<0.01$). Estas correlações sinalizam uma associação entre o maior número de horas passadas pela mãe no local de trabalho e a opinião materna onde se assume que o trabalho interfere com a família e que a relação entre o trabalho e a família é geradora de *stress*.

Não se verificou a existência de mais correlações significativas entre as restantes variáveis sócio-demográficas parentais (idade parental e número de horas que os pais passam no emprego) e qualquer uma das dimensões da Escala Conciliar Trabalho e Família.

Através do registo obtido entre as variáveis sócio-demográficas das crianças (género, idade e número de horas que passam na instituição) e as dimensões da Escala Conciliar Trabalho e Família, não se observou nenhuma correlação significativa.

As experiências parentais

Tabela 2

Média, desvio-padrão e alfa de cronbach das respostas maternas e paternas relativamente à Escala de Experiências Parentais

Dimensões		Média	Desvio- Padrão	Alfa de Cronbach
Preocupação	materna	2.28	.52	.80
	paterna	2.23	.51	.78
Recompensa	materna	3.80	.27	.83
	paterna	3.75	.37	.91
<i>Stress</i> parental	materna	3.07	.30	.76
	paterna	3.02	.35	.81

Os Alfas de *Cronbach* (tabela 2) para as três dimensões apresentam valores aceitáveis de fiabilidade para ambos os pais. De acordo com os progenitores, a dimensão que se manifesta mais vezes é a recompensa, enquanto os comportamentos enquadrados nas áreas do *stress* parental e da preocupação se revelam menos.

Concordância parental relativamente às três dimensões da Escala de Experiências Parental: preocupação, recompensa e *stress* parental.

Recorrendo ao Coeficiente de Correlação de *Pearson*, obtiveram-se os seguintes valores de concordância entre as respostas maternas e paternas para as três dimensões do questionário (Quadro 2). Regista-se assim concordância entre as respostas de ambos os pais.

Quadro 2

Concordância parental relativamente às três dimensões da Escala de Experiências Parentais: preocupação, recompensa e stress parental

	mãe	Preocupação	Recompensa	<i>Stress</i> Parental
pai				
Preocupação		.46**		
Recompensa			.37**	
<i>Stress</i> Parental				.38**

**p<.01

Diferenças entre géneros na Escala de Experiências Parentais

Para averiguar se existiam diferenças significativas entre rapazes e raparigas nas três dimensões e na avaliação dos dois pais, foram realizadas ANOVAs de medidas repetidas, com o sexo como medida between-subjects e as versões do pai e da mãe como medida within-subjects, para cada uma das dimensões da Escala de Experiências Parentais.

Tabela 3

Média e desvio-padrão das respostas maternas e paternas quanto ao desempenho das raparigas e dos rapazes nas três dimensões da Escala de Experiências Parentais

Dimensões		Média		Desvio-Padrão	
		raparigas	rapazes	raparigas	rapazes
Preocupação	materno	2.30	2.25	.51	.51
	paterno	2.25	2.22	.52	.49
Recompensa	materno	3.80	3.81	.27	.27
	paterno	3.77	3.70	.33	.45
<i>Stress</i> Parental	materno	3.09	3.06	.30	.31
	paterno	3.04	2.99	.33	.37

A única diferença significativa entre as experiências dos pais em função do género foi registada na escala de *recompensa*, de acordo com a opinião paterna ($F [1, 531]=4,1; p<.05$). Pelo contrário, nos restantes domínios, e segundo a opinião de ambos os pais, não se registaram diferenças significativas entre as experiências dos pais em função do género.

Relativamente às restantes variáveis sócio-demográficas das crianças (idade e número de horas que passam na instituição) e as dimensões contempladas na Escala de Experiências Parentais, não se registou mais nenhuma correlação significativa, na perspectiva dos progenitores.

A conciliação entre o trabalho e a família e as experiências parentais

Quadro 3

Correlações entre as Escalas: Conciliar Trabalho e Família e Experiências Parentais

		materna		paterna		
		Preocupação	Recompensa	Preocupação	Recompensa	Stress Parental
Família interfere com trabalho		.32**		.16**		.14**
Trabalho interfere com família	materna	.32**		.17**		.12**
Constrangimentos Trabalho/Família		.38**		.18**		.13**
Benefícios Trabalho/Família			.11**			
Família interfere com trabalho		.10*		.26**		.18**
Trabalho interfere com família	paterna	.13**		.31**		.18**
Constrangimentos Trabalho/Família		.15**		.34**		.20**
Benefícios Trabalho/Família			.10*		.29**	.21**

**p<.01

*p<.05

Procurando compreender a possível relação entre os diferentes domínios das Escalas: “Conciliar Trabalho e Família” e “Experiências Parentais”, recorremos ao Coeficiente de Correlação de *Pearson*, tendo-se obtido diversas correlações significativas (Quadro 3).

No domínio família interfere com o trabalho materno registaram-se concordâncias positivas com a preocupação materna, e paterna e com o *stress* parental materno e paterno. No domínio trabalho interfere com a família materno registaram-se concordâncias positivas com a preocupação materna e paterna e com o *stress* parental materno e paterno. No que diz

respeito aos constrangimentos entre trabalho e família materno observaram-se concordâncias positivas com a preocupação materna e paterna e com o *stress* parental materno e paterno. No que concerne às respostas maternas na Escala Conciliar Trabalho e Família verificou-se ainda uma concordância positiva entre os benefícios entre o trabalho e a família e a recompensa materna.

Relativamente às respostas paternas nos domínios referentes à Escala Conciliar Trabalho e Família, registaram-se concordâncias positivas no domínio família interfere com o trabalho com a preocupação materna e paterna e o com *stress* parental materno e paterno. No domínio trabalho interfere com a família paterno registaram-se concordâncias positivas com a preocupação materna e paterna e com o *stress* parental materno e paterno. Em relação aos constrangimentos entre trabalho e família paterno observaram-se concordâncias positivas com a preocupação materna e paterna e com o *stress* parental materno e paterno. Por fim, verificaram-se ainda concordâncias positivas nos benefícios entre o trabalho e a família paternos com a recompensa materna e paterna e com o *stress* parental paterno.

A relação entre o Envolvimento Parental e a Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras)

Quadro 4

Correlação entre o Envolvimento Parental e a Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras)

	Lazer Paterno	Lazer Materno
Competência Social	.16**	.10*
Agressividade	-.12*	

** p<.01

* p<.05

Procurando compreender a relação entre o Envolvimento Parental e a Competência Social de crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar, de acordo com a opinião das educadoras, recorremos ao Coeficiente de Correlação de *Pearson*, tendo-se obtido correlações significativas e positivas entre a competência social e o lazer paterno e materno e uma correlação significativa e negativa entre a agressividade e o lazer paterno (Quadro 4).

A relação entre o Envolvimento Parental e a Escala “Conciliar trabalho e família”

A relação entre o Envolvimento materno e a Escala “Conciliar trabalho e família” materna

De acordo com o Coeficiente de Correlação de *Pearson*, obteve-se uma única correlação significativa, neste caso negativa, entre o Envolvimento materno e a Escala “Conciliar trabalho e família” materna, registada entre os cuidados indirectos e a família interfere com o trabalho, ambos na perspectiva materna ($r=-.08$; $p<.05$).

A relação entre o Envolvimento materno e a Escala “Conciliar trabalho e família” paterna

Quadro 5

Correlação entre o Envolvimento materno e a Escala “Conciliar trabalho e família” paterna

	materno	Cuidados Directos	Cuidados Indirectos	Ensino/Disciplina	Brincadeira	Lazer
paterno						
Família interfere com trabalho				-.09*	-.18**	-.12**
Trabalho interfere com família		-.15**	-.10*	-.15**	-.10*	-.09*
Constrangimentos Trabalho/Família		-.14**	-.11**	-.15**	-.15**	-.12**
Benefícios Trabalho/Família			.14**	.12**		.12**

** $p<.01$

* $p<.05$

Recorrendo ao Coeficiente de Correlação de *Pearson* registaram-se diversas concordâncias entre o Envolvimento materno e a Escala “Conciliar trabalho e família” paterna. Observaram-se, assim, concordâncias negativas entre a família interfere com o trabalho na perspectiva paterna e três domínios do Envolvimento materno, designadamente o ensino/disciplina, a brincadeira e o lazer, entre o trabalho interfere com a família na perspectiva paterna e todos os domínios do Envolvimento materno, nomeadamente, os

cuidados directos, os cuidados indirectos, o ensino/disciplina, a brincadeira e o lazer. No que respeita aos constrangimentos entre trabalho e família na perspectiva paterna voltou a registar-se concordâncias negativas com todas as áreas do Envolvimento materno. As únicas concordâncias positivas registadas no quadro 5 foram obtidas entre os benefícios entre trabalho e família na perspectiva paterna e os cuidados indirectos, o ensino/disciplina e o lazer maternos.

A relação entre o Envolvimento paterno e a Escala “Conciliar Trabalho e Família” paterna

Quadro 6

Correlação entre o Envolvimento paterno e a Escala “Conciliar Trabalho e Família” paterna

	paterno	Cuidados Directos	Cuidados Indirectos	Ensino/Disciplina	Brincadeira	Lazer
Família interfere com trabalho						-.11*
Trabalho interfere com família		-.11*		-.09*	-.09*	-.10*
Constrangimentos Trabalho/Família		-.09*	-.09*			-.12**
Benefícios Trabalho/Família			.18**	.15**	.19*	.15**

** p<.01

* p<.05

No que concerne à relação entre o Envolvimento paterno e a Escala “Conciliar trabalho e família” paterna e de acordo com o Coeficiente de Correlação de *Pearson* voltaram a registar-se mais concordâncias. Tal como se tinha verificado no quadro 5, as únicas concordâncias positivas, observadas no quadro 6, aglutinaram-se na área dos benefícios entre

trabalho e família na perspectiva paterna, designadamente com os domínios paternos dos cuidados indirectos, do ensino/disciplina, da brincadeira e do lazer.

Em sintonia com o quadro 6, registaram-se concordâncias negativas entre a família interfere com o trabalho na perspectiva paterna e o lazer paterno, entre o trabalho interfere com a família na perspectiva paterna e quatro domínios do Envolvimento paterno, designadamente os cuidados directos, o ensino/disciplina, a brincadeira, e o lazer e entre os constrangimentos entre o trabalho e a família na perspectiva paterna e os cuidados directos e indirectos e o lazer paternos.

A relação entre o Envolvimento paterno e a Escala “Conciliar Trabalho e Família” materna

Através do Coeficiente da Correlação de *Pearson* obtiveram-se duas concordâncias positivas, ambas com o mesmo valor ($r=.09$; $p<.05$), entre o Envolvimento paterno e a Escala “Conciliar trabalho e família” materna, registadas entre os benefícios entre o trabalho e a família na perspectiva materna e os cuidados directos e a brincadeira paternos.

A relação entre o Envolvimento Parental e a Escala “Experiências Parentais”

A relação entre o Envolvimento materno e a Escala “Experiências Parentais” paterna

Quadro 7

Correlação entre o Envolvimento materno e a Escala “Experiências Parentais” paterna

	materno	Cuidados Directos	Cuidados Indirectos	Ensino/Disciplina	Lazer
paterno					
Preocupação		-.11*		-.10*	-.09*
Recompensa		.10*	.15**	.12**	.16**

** $p<.01$

* $p<.05$

De acordo com o Coeficiente de Correlação de *Pearson* observaram-se concordâncias entre o Envolvimento materno e a Escala “Experiências Parentais” paterna (Quadro 7). Assim

sendo, registaram-se concordâncias negativas entre a preocupação paterna e três dos domínios considerados no Envolvimento materno, nomeadamente os cuidados directos, o ensino/disciplina e o lazer. Quanto às concordâncias positivas, todas elas concentradas na recompensa paterna, relacionaram-se com quatro das áreas do Envolvimento materno, designadamente os cuidados directos e indirectos, o ensino/disciplina e o lazer.

Não se registaram correlações significativas entre o Envolvimento materno e a Escala “Experiências Parentais” materna.

A relação entre o Envolvimento paterno e a Escala “Experiências Parentais” paterna

Quadro 8

Correlação entre o Envolvimento Paterno e a Escala “Experiências Parentais” paterna

paterno paterna	Cuidados Directos	Cuidados Indirectos	Ensino/Disciplina	Brincadeira	Lazer
Recompensa	.19**	.15**	.09*	.13**	.15**
<i>Stress</i> Parental		.10*			

** p<.01

* p<.05

Tendo em conta a relação entre o Envolvimento paterno e a Escala “Experiências Parentais” paterna (Quadro 8) e recorrendo uma vez mais ao Coeficiente de Correlação de *Pearson*, observaram-se concordâncias, invariavelmente positivas, entre a recompensa paterna e todos os domínios do Envolvimento paterno, e entre o *stress* parental paterno e os cuidados indirectos paternos.

Não se constataram concordâncias entre o Envolvimento paterno e a Escala “Experiências Parentais” materna.

A relação entre a Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras) e as Escalas “Conciliar Trabalho e Família” e “Experiências Parentais”

A relação entre a Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras) e a Escala “Conciliar Trabalho e Família”

Quadro 9

Correlação entre Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras) e a Escala Conciliar Trabalho e Família

		Competência Social
Constrangimentos	materno	-.11*
Trabalho/Família		
Família interfere com trabalho	materno	-.11*
Família interfere com trabalho	paterno	-.12*

** p<.01

* p<.05

Procurando evitar a repetição de respostas por parte da mesma pessoa (pais), acautelando a *variância partilhada*, foi pedido às educadoras que preenchessem a Escala de Competência Social e de Avaliação do Comportamento.

Através do Coeficiente de Correlação de *Pearson*, observaram-se concordâncias significativas, e invariavelmente negativas, entre o domínio da competência social de crianças a frequentar o Jardim-de-Infância/Pré-escolar, de acordo com a opinião das educadoras, e três dos domínios referentes à Escala Conciliar Trabalho e Família, designadamente, os constrangimentos entre trabalho e família maternos, e a família interfere com o trabalho materno e paterno (Quadro 9). Não se registou mais nenhuma concordância entre os restantes dois domínios pertencentes à Escala da Competência Social e as áreas contempladas na Escala Conciliar Trabalho e Família.

A relação entre a Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras) e a Escala “Experiências Parentais”

Quadro 10

Correlação entre Competência Social de Crianças em Jardim-de-Infância/Pré-escolar (Educadoras) e a Escala: “Experiências Parentais”

	materno			paterno	
	Preocupação	Recompensa	Stress parental	Recompensa	Stress parental
Competência Social	-.17**		-.10*	.11*	
Agressividade				-.12*	-.13*
Isolamento Ansioso	-.10*	-.14**	-.13**	-.12*	-.13*

** p<.01

* p<.05

O Coeficiente de Correlação de *Pearson* permitiu ainda relacionar a competência social das crianças, de acordo com a opinião das educadoras, e a Escala de Experiências Parentais (Quadro 10). Regista-se apenas um valor significativo positivo, respeitante à relação entre a competência social e a recompensa paterna. As restantes concordâncias significativas observadas são negativas. Assim, a competência social relaciona-se de modo negativo com a preocupação e com o *stress* parental maternos. Na agressividade observaram-se concordâncias negativas com os domínios recompensa e *stress* parental paternos. No que concerne ao domínio do isolamento ansioso, registaram-se concordâncias negativas com a preocupação materna, com a recompensa materna e paterna e com o *stress* parental materno e paterno.

DISCUSSÃO

Nos últimos 50 anos as vidas dos homens e das mulheres, as relações que estabelecem, assim como o seu trabalho têm sofrido imensas alterações, espelhando o declínio da tradicional sociedade patriarcal (O’Brien, 2010). As mulheres e os homens têm-se apercebido da dupla importância da família e do trabalho, sentindo-se ambos responsáveis pela família ao mesmo tempo que procuram satisfazer as suas ambições profissionais. As próprias empresas

também vão tomando consciência de que a inflexibilidade pode catapultar um efeito adverso na produtividade, que aumenta proporcionalmente aos níveis de *stress* dos colaboradores, do absentismo e da baixa satisfação no trabalho (Theunissen et al., 2003). Porém, nem sempre o equilíbrio entre o trabalho e a família é possível ou fácil para os pais.

De acordo com os resultados obtidos no âmbito da Escala “Conciliar Trabalho e Família”, onde as respostas de ambos os pais são concordantes, estes parecem sentir que o trabalho tende a interferir mais com a família do que o contrário, o que poderá significar que aspirariam a uma maior disponibilidade com a família (Theunissen *et al.*, 2003), porém não deixam de admitir que os benefícios resultantes da relação entre o trabalho e a família se sobrepõem de modo inequívoco aos constrangimentos, o que vem ao encontro da teoria expansionista (Barnett & Hyde, 2001), que sustenta os efeitos positivos advindos da multiplicidade de papéis, assumidos por ambos os pais, inversamente ao defendido pela teoria funcionalista (Parsons & Bales, 1955, cit. por Barnett & Hyde, 2001), que alberga os efeitos nocivos associados à pluralidade de papéis.

Assim sendo, e procurando dar uma resposta ao nosso primeiro objectivo, onde se procura investigar a natureza benéfica ou constrangedora da relação entre o trabalho e a família, parece evidente que esta relação não terá de ser forçosamente conflituosa, emergindo, de acordo com a opinião dos pais, a possibilidade de uma convivência, cujo saldo apesar de não ser totalmente pacífico, reflete maioritariamente um desempenho onde ambos os contextos se parecem beneficiar (e.g. Barnett e Hyde, 2001; Grzywacz & Bass, 2003; Moen & Wethington, 1992; Muchinsky *et al.*, 1998; Wilkie, Ferree, & Ratcliff, 1998).

Interpretação semelhante pode ser realizada no caso dos dados relativos à Escala das “Experiências Parentais”, onde o domínio da recompensa se afirma como sendo o mais comum, o que significa que na opinião de ambos os pais, que voltam a dar respostas concordantes, a parentalidade parece compensar, associando-se mais facilmente a uma noção de recompensa, do que a áreas relacionadas com a preocupação ou com o *stress* parental.

Porém e considerando ainda o primeiro objectivo, esta relação não será assim tão linear, pelo que nos interessa debruçar sobre as especificidades contempladas em cada uma das escalas procurando interpretar as diferentes correlações encontradas, pretendendo, deste modo, aprofundar o estudo da relação entre as duas realidades - o trabalho e a família.

Em sintonia com os dados obtidos, os domínios maternos e paternos da Escala “Conciliar Trabalho e Família” referentes à família interfere com o trabalho, ao trabalho

interfere com a família e aos constrangimentos associam-se de modo positivo a duas das áreas maternas e paternas da Escala “Experiências Parentais”, designadamente a preocupação e o *stress* parental. De acordo com alguns autores (e.g. Duxburry & Higgins, 1991; Frone *et al.*, 1992; Thomas & Ganster, 1995) dificilmente estas relações poderiam despertar alguma admiração, uma vez que parece expectável que a preocupação e o *stress* parental surjam mais facilmente associados a contextos onde na opinião de ambos os pais vinga a interferência de um dos contextos, emergindo mesmo uma relação entre o trabalho e a família pautada pelos constrangimentos e pela insatisfação.

Pelo contrário, os benefícios resultantes da relação entre o trabalho e a família, de acordo com a opinião materna, associam-se de modo positivo à área da recompensa materna, presente na Escala das “Experiências Parentais”, verificando-se o mesmo, relativamente aos benefícios segundo a opinião paterna, embora aqui a concordância positiva se estenda, para além da recompensa materna, à recompensa paterna e ao *stress* parental paterno. O facto do domínio referente aos benefícios surgir associado de forma positiva à área da recompensa não parece causar surpresa, uma vez que não sobressalta que uma boa relação entre o trabalho e a família se relacione mais facilmente com uma experiência parental que se sente recompensada, o que aliás vem uma vez mais ao encontro das teses expansionistas (Barnett e Hyde, em 2001). Contudo, tal não se verifica em relação à associação constatada entre os benefícios e o *stress* parental paternos.

Possivelmente, a conquista de benefícios, resultantes da relação entre o trabalho e a família, não se faz sem sacrifícios, podendo associar-se, segundo a opinião dos pais, a um esforço paterno considerável, onde a correspondência às exigências de ambos os contextos se pode traduzir através do referido *stress* parental paterno. Assim sendo, e apesar de parecerem evidentes os benefícios advindos da relação entre o trabalho e a família, já confirmados através dos dados apresentados, não deixa de estar implícito um grau de dificuldade, que em determinados momentos, embora em menor número, não só admite a existência de constrangimentos ou interferências, como se pode associar a algum *stress* parental no plano das experiências parentais, cujas actuais exigências também ajudam a justificar, designadamente a nível social, cultural e económico (Magnusson & Stattin, 1998; Gershuny, 2001; Theunissen *et al.*, 2003; Plantin, 2007b).

Considerando, ainda, o primeiro objectivo e procurando compreender a natureza da relação entre a possibilidade de conflito trabalho/família e o envolvimento parental, verificamos uma associação evidente entre a existência de conflito entre os dois contextos,

fundamentalmente na opinião paterna, e uma menor partilha parental do ponto de vista de ambos os pais, observando-se o contrário no caso da relação entre o trabalho e a família se pautar, segundo a opinião de ambos os pais, por benefícios, associando-se, neste caso, a um maior envolvimento parental de acordo com as opiniões materna e paterna. Os benefícios, segundo a opinião materna, associaram-se às áreas paternas dos cuidados directos e da brincadeira, enquanto os benefícios, segundo a opinião paterna, se associaram aos cuidados indirectos, ao ensino/disciplina, ao lazer maternos e paternos e à brincadeira paterna.

Deste modo, segundo ambos os pais, as vantagens dos benefícios trabalho/família parecem generalizar-se, associando-se tanto às áreas do envolvimento parental onde a partilha de responsabilidades é mais evidente, como é o caso da brincadeira ou ensino/disciplina, como aos domínios onde essa partilha não é tão visível, como os cuidados directos ou indirectos (e.g. Bailey, 1994; Peitz, Fthenakis, & Kalicki, 2001).

A percepção paterna de conflito entre o trabalho e a família parece, assim, associar-se a uma menor partilha parental do ponto de vista ambos os pais, o que tende a exacerbar-se no caso dos domínios em causa corresponderem ao trabalho interfere com a família ou aos constrangimentos. A área do trabalho interfere com a família concorda de modo negativo com todos os domínios do Envolvimento Parental, com excepção dos cuidados indirectos paternos, registando-se uma associação generalizada. A área dos constrangimentos concorda de modo negativo com todos os domínios do Envolvimento Parental, com excepção do ensino/disciplina e da brincadeira paternas, áreas habitualmente conotadas com a partilha parental (e.g. Bailey, 1994; Peitz et al., 2001) e que parecem, segundo os resultados, resistir melhor aos constrangimentos. O número de correlações negativas tende a diminuir no caso da área família interfere com o trabalho, saindo particularmente prejudicadas áreas onde costuma predominar a partilha parental (ensino/disciplina e brincadeira maternas e lazer materno e paterno) (e.g. Bailey, 1994; Peitz et al., 2001).

Com base nos resultados obtidos, a interferência do trabalho na família, mais do que a interferência da família no trabalho, parece ser uma realidade que não pode, nem deve ser ocultada, pois o seu impacto negativo na relação familiar (pais/mães e filhos) pode afectar o humor (Stewart & Barling, 1996) e o desenvolvimento das competências parentais (Greenberg e Goldberg, 1989), o que tanto se pode ficar a dever às pressões exercidas no emprego, ao excesso de horas laborais, como à insegurança associada a alguns desempenhos no local de trabalho (Ferrie, 2001; Green, 2006).

De acordo com Marshall & Barnett (1993), o conflito tende a agigantar-se quando não existe um suporte familiar ou social, se despende bastante mais tempo num dos contextos, as experiências no trabalho são mais negativas ou o parceiro não aprova o emprego da mulher. Pelo contrário, o conflito tende a diminuir sempre que o marido encoraja e apoia o emprego da mulher e quando ambos se apoiam em atitudes menos tradicionalistas.

As correlações negativas detectadas não vêm necessariamente ao encontro da teoria funcionalista, onde os comprometimentos entre o trabalho e a família dificilmente serão viáveis, podendo ambos os contextos prejudicar-se mutuamente (Parsons & Bales, 1955, cit. por Barnett & Hyde, 2001). A presença de conflito parece relacionar-se de modo negativo e inequívoco com o envolvimento parental, o que não significa que a própria relação entre o trabalho e a família se reduza única e exclusivamente a esse conflito, pois nos muitos dos casos em que os pais optam por uma resposta que pauta essa relação através de benefícios, a tendência, como aliás já foi descrito, passa por um relacionamento positivo com o envolvimento parental. Bem entendido, a presença de conflito entre o trabalho e a família não parece ser uma inevitabilidade (Marshall & Barnett, 1993), contudo no caso em que tal sucede a sua relação com a partilha parental pende a ser negativa.

Os resultados apresentados também podem significar da parte do pai, uma maior dificuldade em conciliar as exigências de ambos os contextos, pelo menos relativamente à mãe, onde as correlações negativas significativas entre o conflito trabalho/família do ponto de vista materno e o envolvimento parental são praticamente residuais, limitando-se à concordância negativa entre a família interfere com o trabalho e os cuidados indirectos maternos. A maior dificuldade sentida pelos pais, no caso de conflito, pode ser reveladora de um processo adaptativo, através do qual se vai concretizando uma aproximação paterna ao contexto familiar, podendo estabelecer-se algum paralelismo com a adaptação feminina ao contexto laboral (Brazelton, 2005). Dificuldade que também poderá ser entendida através do facto das mães dedicarem, relativamente aos pais, um maior número de horas a procurar conciliar o trabalho e a família (Berk & Berk, 1979; Pleck, 1985; Robinson, 1977), exercício que lhes poderá possibilitar outra qualidade de resposta quando confrontadas com uma situação onde se confirma a hipótese de conflito entre o trabalho e a família, além de poderem tender a não valorizar a ocorrência de conflito trabalho/família tanto quanto os pais, mais habituados a dedicar tempo a uma tarefa de cada vez (Craig, 2003, 2006).

Por outro lado, o facto da aproximação paterna ao contexto familiar não suceder ao ritmo das expectativas sociais entretanto geradas (Lamb & Tamis-LeMonda, 2004; Parke,

1996; Pleck & Masciadrelli, 2004) não significa a inexistência de tal aproximação, mas provavelmente traduz uma resistência à mudança, uma inércia (Hobson, 2002), que poderá acicatar-se na presença do conflito entre o trabalho e a família (Russell & Hwang, 2004). Tal argumento, não deixa de reforçar-se com os dados, já referidos, relativos ao domínio dos benefícios, ou seja, na ausência de conflito, a partilha parental além de não sair fragilizada tende mesmo a aumentar, registando-se as correlações positivas já apresentadas. Assim, a ainda “delicada” partilha parental parece vacilar na presença do conflito trabalho/família.

Para além disso e como já foi referido, de acordo com Russell & Hwang (2004) a inflexibilidade laboral, a identificação com o trabalho remunerado e a construção de uma carreira bem sucedida podem ajudar a justificar um menor envolvimento paterno, potenciando de algum modo o conflito entre os dois contextos tratados.

Todavia, esta associação entre a possibilidade de conflito segundo a opinião paterna e um menor envolvimento parental de acordo com a opinião de ambos os pais não deverá restringir-se à menor participação paterna (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001), podendo estender-se a um menor envolvimento por parte da mãe (e.g. Bailey, 1994), o que também não deixaria de ajudar a explicar o agravamento da perspectiva paterna da relação entre o trabalho e a família. O menor envolvimento materno poderia sobrecarregar o pai em alguns dos domínios considerados no envolvimento parental, cujas respectivas exigências, não correspondendo a uma vontade genuína (e.g. Lamb, 1987), poderiam facilitar a emancipação de uma perspectiva conflituosa que tornasse mais difícil a conciliação entre os ambientes familiar e laboral, do ponto de vista paterno.

O menor envolvimento materno poder-se-ia dever a diversas razões, como o maior desgaste sofrido pelas mães (e.g. Hochschild & Machung, 1989), que passam mais horas a procurar conciliar trabalho e família (Berk & Berk, 1979; Pleck, 1985; Robinson, 1977), ou o legítimo investimento materno ao nível profissional, que no presente torna incomportável a manutenção dos níveis maternos de dedicação à família, praticados no passado, que tendiam a ser assimétricos ou mesmo exclusivos (e.g. Albelda, Drago, & Shulman, 1997). Alteração a que não são alheias as pressões políticas e socioculturais que defendem um envolvimento paterno mais activo (Christiansen & Palkovitz, 2001; Coley, 2001; Kaufman & Uhlenberg, 2000).

Não parece, deste modo, verificar-se a premissa observada por Parry, em 1987, onde a partilha assimétrica da responsabilidade parental, pelo menos no que diz respeito às áreas dos

cuidados, torna a mulher mais exposta à possibilidade de conflito entre família e trabalho, uma vez que as correlações encontradas dizem maioritariamente respeito aos pais. Todavia, estes dados não deixam de poder estar em sintonia com os estudos de Astone e colaboradores (2009), onde se defende que o trabalho interfere na capacidade psicológica dos homens para desempenharem o seu papel de pais.

Não podemos, no entanto, desperdiçar a pista lançada por Gutek, Searle e Klewpa, em 1991, onde se defende que a ausência de conflito também se pode ficar a dever ao facto do investimento na carreira ser percebido de modo natural e à crescente tendência para ter famílias pequenas. O que além de poder ajudar a compreender a quase ausência de correlações entre o conflito trabalho/família materno e o envolvimento parental, também não deixa de poder lançar alguma luz sobre uma vontade paterna, que ainda poderá estar a ser reprimida e que passa pelo anseio de um maior envolvimento paterno. Se assim for, as correlações encontradas entre o conflito trabalho/família paterno e o envolvimento parental poderão ser o reflexo de algum inconformismo da parte dos pais.

Relativamente à correlação entre a Escala “Experiências Parentais” e o Envolvimento Parental, registou-se uma concordância negativa entre a preocupação paterna e alguns domínios da partilha parental maternos, designadamente os cuidados directos, o ensino/disciplina e o lazer. Corresponde, assim, a uma maior preocupação paterna uma menor partilha parental de acordo com a opinião materna. Ou, a uma maior partilha parental na perspectiva materna corresponde uma menor preocupação paterna.

Pelo que já foi referido em relação à Escala “Conciliar trabalho e família”, onde se verificou uma associação entre a possibilidade de conflito, de acordo com a opinião paterna e um menor envolvimento parental, segundo a opinião de ambos os pais, não nos surpreende a relação com a preocupação expressa pelo pai, uma vez que se esta surgir associada à possibilidade de conflito entre os ambientes familiar e laboral (e.g. Duxburry & Higgins, 1991; Frone *et al.*, 1992; Thomas & Ganster, 1995), é compreensível que também concorde de modo negativo com o envolvimento parental, neste caso na perspectiva materna.

Pelo contrário registaram-se concordâncias positivas entre a recompensa paterna e todos os domínios do envolvimento parental, com excepção da brincadeira materna. Deste modo, regista-se uma associação entre a noção paterna de recompensa e um incremento da partilha parental, o que também não deixa de ser expectável, uma vez que se o sentimento dominante face à Experiência Parental for positivo tanto poderá ser sintoma de uma maior

partilha, como poderá funcionar como um agente facilitador da experiência de partilha da responsabilidade parental.

A nova postura de ambos os pais, que tende, cada vez mais, a acolher calorosamente o maior envolvimento paterno (Pleck, 1982) pode ajudar a compreender esta associação entre a noção de recompensa paterna e a maior e mais generalizada partilha de responsabilidade parental de acordo com a opinião de ambos os pais. Se os pais pensam e traduzem a Experiência Parental através da recompensa, associando-a a uma maior partilha parental, isso também poderá relacionar-se com as novas crenças, atitudes e expectativas dos pais face à maternidade e competências sociais (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth, & Lamb, 2000; Lamb, 2004; Parke, 1996; Torres, 2004). Aqui, também pode estar implícita a noção de que os pais tiram dividendos de um maior envolvimento (Brazelton, 2005), o que pode reforçar uma ideia de recompensa face às experiências parentais.

Por fim, regista-se uma concordância positiva entre o *stress* parental paterno e os cuidados indirectos paternos. Parece, assim, que os pais que experimentam maior *stress* tendem a envolver-se mais nas tarefas relacionadas com a área dos cuidados indirectos, ou de outra forma, parece que os pais que se envolvem mais indirectamente no domínio dos cuidados são aqueles que parecem experimentar maior *stress* na sua paternidade. Ao contrário do estudo realizado por Ozer e colaboradores, em 1998, onde os pais mais envolvidos nos cuidados das crianças apresentavam menores índices de *stress* ao nível psicológico.

É possível que os pais estejam mais envolvidos, não por opção própria, mas porque a isso foram forçados, pressão que pode ajudar a explicar o relato de maiores índices de *stress* parental. Este argumento foi usado para compreender a inexistência de relações ou a observação de associações negativas entre o envolvimento paterno e o desenvolvimento da criança (e.g., Brown, McBride, Shin, & Bost, 2007; Cox, Owen, Henderson, & Margand, 1992; Easterbrooks & Goldberg, 1984).

A tendência para os dados maternos não serem significativos, no que diz respeito à Escala “Conciliar trabalho e família” e sua relação com os dados referentes ao Envolvimento Parental acentua-se na Escala das “Experiências Parentais” materna, onde de facto não se registou qualquer concordância relativamente à Partilha Parental.

De um modo geral, os dados parecem apontar para um convívio saudável entre o trabalho e a família. Contudo, quando nos detemos a analisar os diferentes domínios tratados nas escalas passadas, deparamo-nos com resultados que além de confirmarem e até

reforçarem os benefícios desse convívio, também descortinam correlações que evidenciam interferências e constrangimentos, relativos a esses contextos, que se associam mais facilmente a áreas menos positivas no que diz respeito à experiência parental. O mesmo se poderá afirmar das associações relatadas entre a possibilidade de conflito trabalho/família e o Envolvimento Parental, que tende a retrair-se na presença de conflito do ponto de vista paterno, mas que tende a aumentar sempre que se encontra associado a um balanço positivo da relação entre o trabalho e a família, na opinião de ambos os pais. Dada a complexidade da problemática enunciada, também visível nos resultados expostos, o estudo das possibilidades de associação entre os contextos laboral e familiar, assim como as suas implicações, não deve ser interrompido.

De acordo com os resultados obtidos e tendo em consideração um dos objectivos traçados, que se prende com a possibilidade de relação entre o conflito família/trabalho e as variáveis sócio-demográficas familiares, nomeadamente as habilitações literárias e a idade dos pais, assim como o número de horas que passam no emprego, para além da idade e do sexo da criança e do número de horas que passa na instituição, observaram-se correlações positivas e significativas entre a dimensão dos benefícios maternos e as habilitações literárias de ambos os pais, de acordo com a opinião materna. As profissões associadas a habilitações literárias superiores poderão usufruir de um horário laboral mais flexível, o que poderá facilitar a conciliação entre o trabalho e as actividades familiares (Monteiro et al., 2006). Adicionalmente, o facto das mulheres com habilitações literárias superiores tenderem a investir mais nas suas carreiras profissionais, pode levá-las a facultar e a ambicionar uma participação paterna mais activa ao nível da organização e prestação de cuidados (Monteiro et al., 2006), o que também poderá contribuir para a uma relação mais equilibrada e conciliatória entre o trabalho e a família.

Todavia, estes dados parecem não estar em sintonia com os trabalhos de Marshall e Barnett (1993), onde é defendido que os pais associados a empregos de maior prestígio, mais conotados com as habilitações literárias mais elevadas, têm maior probabilidade para relatar uma relação conflituosa entre o trabalho e a família.

Verificaram-se, ainda, correlações positivas e significativas entre o número de horas passadas pela mãe no emprego e as dimensões maternas do trabalho interfere com a família e dos constrangimentos, resultados que vêm ao encontro do trabalho realizado por Marshall e

Barnett (1993), onde os pais que passavam mais tempo no emprego também testemunharam uma maior interferência do trabalho na dimensão familiar, além de relatarem um maior número de constrangimentos.

Por fim, registaram-se diferenças significativas no domínio recompensa paterna, relativo à Escala “Experiências Parentais”, onde os resultados referentes ao sexo feminino suplantam os dados relativos aos rapazes. Neste sentido, segundo a opinião paterna, a recompensa face à experiência parental parece ser mais frequente no caso das raparigas do que no caso de o filho ser um rapaz.

Tal associação poderá dever-se ao facto dos rapazes serem mais conotados com a agressividade do que as raparigas (Turner & Gervai, 1995), tendo estas maior tendência a adoptar um comportamento empático, mais obediente e cooperante com os pais, procurando, mais do que os rapazes, a aprovação do adulto (Eisenberg, Fabes, Schaller & Miller, 1989; Maccoby, 1980). Para além disso, os próprios pais tendem a demonstrar mais afecto com as raparigas do que com os rapazes, associando-as mais facilmente a um comportamento meigo (Fagot & Hagan, 1991). A junção dos aspectos enunciados poderá agir como um mecanismo facilitador do domínio recompensa paterna, no que diz respeito às raparigas.

Para além das correlações expostas, não se registaram mais associações ou diferenças significativas entre as variáveis sociodemográficas familiares tratadas e os dados relativos às Escalas: Conciliar trabalho e família e Experiências Parentais. Estes dados não devem excluir a replicação do estudo das variáveis em causa, procurando corroborar os dados relativos às diferenças encontradas, para além de procurar descortinar outras possíveis associações ou a confirmação da sua ausência, como se verificou no presente trabalho.

No que diz respeito ao terceiro objectivo, referente ao estudo da relação entre a Competência Social das crianças em contexto de Jardim-de-Infância, de acordo com a opinião das educadoras, e as Escalas: “Conciliar Trabalho e Família” e “Experiências Parentais” encontraram-se associações negativas entre o domínio da competência social e as áreas dos constrangimentos maternos e da família interfere com o trabalho do ponto de vista de ambos os pais. Pelo contrário, observou-se uma concordância positiva entre a competência social e a recompensa paterna. Registaram-se, ainda, associações negativas entre a área da agressividade e os domínios da recompensa e do *stress* parental paternos. Assim como se verificaram concordâncias negativas entre a área da competência social e os domínios da preocupação e

do *stress* parental maternos e entre a área do isolamento ansioso e os domínios da preocupação materna, da recompensa e do *stress* parental, estes dois últimos de acordo com a opinião de ambos os pais.

O facto da competência social se associar de modo positivo à recompensa paterna e de modo negativo aos constrangimentos maternos, à família interfere com o trabalho segundo ambos os pais, à preocupação e ao *stress* parental maternos vem de encontro às expectativas, uma vez que é esperado que a competência social das crianças se encontre associada de modo positivo à noção de Recompensa, ao mesmo tempo que se espera que varie inversamente face a domínios como os constrangimentos, a interferência da família no trabalho, a preocupação e o próprio *stress* parental. Sucedendo o mesmo com as correlações negativas registadas entre a agressividade e a recompensa paterna e entre o isolamento ansioso e a recompensa materna e paterna. Neste sentido, uma criança designada pela educadora como socialmente competente surge associada a uma Experiência Parental compensadora, acontecendo o contrário, quando a criança é descrita pela educadora como agressiva ou isolada.

No que concerne ao conflito trabalho/família, a presença deste parece associar-se a dificuldades da criança na área da competência social, o que como referido não surpreende, uma vez que a importante influência exercida pelos pais sobre o desenvolvimento social dos filhos (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998) pode ser posta em causa devido a esse conflito, tal como acontece, como veremos mais adiante, com o próprio envolvimento parental, considerado por alguns autores (e.g. Becher, 1984; Henderson & Berla, 1994) como um componente fundamental nas primeiras experiências pré-escolares da criança.

O envolvimento parental tende a correlacionar-se de modo positivo com a competência social da criança (e.g. Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998; Parke, Cassidy, Burks, Carson, & Boyumj 1992; Steele, Steele & Fonagy, 1996) e de modo negativo com a existência de conflito entre o trabalho e a família, como já observamos ao tratar o primeiro objectivo deste capítulo. Neste sentido, é espectável que associado à existência de conflito entre o trabalho e a família e a experiências parentais mais marcadas pela preocupação ou pelo *stress* surja uma competência social mais fragilizada, acontecendo o inverso, quando a relação entre o trabalho e a família se salda essencialmente através de benefícios ou a experiência parental se evidencia através da recompensa, associando-se, nestes casos, a uma competência social mais elevada, uma vez que os benefícios associados à presença parental se podem disseminar mais facilmente (e.g. Booth, Rose-Krasnor, McKinnon, & Rubin, 1994).

Quanto à relação entre a Competência Social, do ponto de vista das educadoras, e o Envolvimento Parental, e de acordo com os dados apresentados, registou-se uma associação positiva entre o domínio da competência social e as áreas do lazer materno e paterno e uma concordância negativa, designadamente entre o domínio da agressividade e a área do lazer paterno.

Resultados que vêm ao encontro da literatura especializada, que defende uma associação entre a competência social e o envolvimento parental (e.g. Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998; Parke et al., 1992; Steele, Steele & Fonagy, 1996). O pai desempenha um papel importante no desenvolvimento da competência social (Lamb & Lewis, 2010; Lieberman, Doyle & MarKiewicz, 1999; Rubin et al. 2004), de onde não se pode dissociar a construção do controlo da agressividade, por parte da criança em idade pré-escolar. Na interacção, particularmente na de cariz lúdico que estabelece com os filhos, o pai oferece-se como exemplo, contribuindo com pistas e possibilidades, que são mais facilmente assimiladas e repetidas, influência que também pode ser exercida através do envolvimento paterno no domínio do lazer (Steele, Steele & Fonagy, 1996). Esta partilha de responsabilidade paterna conta evidentemente com o auxílio materno e pode de acordo com os resultados obtidos associar-se de modo positivo ao desenvolvimento da competência social das crianças, ao mesmo tempo que se afasta do comportamento agressivo.

Quando o envolvimento paterno é regular as crianças tendem a apresentar índices mais elevados de competência cognitiva, maior empatia e maior controlo interno, além de menores crenças acerca dos estereótipos (Pleck, 1997). Como já referimos, a própria relação conjugal poderá beneficiar do maior envolvimento paterno, possibilitando um aumento da qualidade de interacção entre a mãe e a criança e contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e social da criança (Crepaldi, Andreani, Hammes, Ristof, & Abreu, 2006).

Por outro lado, a possibilidade de os pais persistirem em culpar as mães por alguma dificuldade sentida ao nível do desenvolvimento dos filhos e de muitas mães anteciparem de algum modo essa culpa, também deixa transparecer alguma ambiguidade entre a vontade feminina de assumir a profissão e o receio de que isso possa prejudicar o desenvolvimento desejado do filho. É o que se verifica nos trabalhos de Karen Wall (2005), onde 78% da amostra acredita que as crianças sofrem quando a mãe trabalha e 43% defende que as mães deveriam ficar em casa até os filhos terem 6 anos de idade, percepcionando o trabalho materno como tendo um impacte negativo no estabelecimento das relações afectivas com a criança. Estas crenças podem ceder espaço à possibilidade do conflito entre o trabalho e a

família, assim como podem penalizar a Experiência Parental, podendo surgir associadas a dificuldades da criança na área da competência social, como se verifica através das correlações negativas observadas no âmbito da competência social e que saem reforçadas com a única associação positiva registada com a competência social e com os resultados referentes à agressividade e isolamento ansioso. Neste caso, mais do que a própria possibilidade de competição entre os dois espaços (trabalho e família) seria a sua antecipação ou mesmo o preconceito associado à relação dos dois contextos, que poderia, na opinião dos pais, ajudar a explicar as correlações expectáveis encontradas.

Pelo contrário, não seria expectável encontrar uma correlação negativa entre a agressividade e o *stress* parental paterno ou entre o isolamento ansioso e a preocupação materna e o *stress* parental materno e paterno.

Tal poderá ser entendido, se atentarmos ao facto dos pais poderem ponderar a agressividade, mais facilmente do que as mães, como algo que não encerra apenas características negativas, podendo, assim, a sua presença surgir associada a níveis mais reduzidos de *stress* parental paterno. No que diz respeito ao isolamento ansioso, este pode estar a ser pouco valorizado por ambos os pais, que poderão confundi-lo com um comportamento positivo, que não origina qualquer tipo problemas, falácia que ajudaria a compreender os dados encontrados. Todavia, a categoria do isolamento ansioso, por se relacionar, de modo negativo, com todos os domínios da Escala “Experiências Parentais” poderá não estar totalmente definido, pelo que poderá ser alvo de novos estudos que procurem replicar a presente investigação.

Um ambiente pouco acolhedor onde prolifera a discórdia pode prejudicar a qualidade da interacção entre pais e filhos, afectando ainda o desenvolvimento destes últimos (Cowan & Cowan, cit. por Bornstein, 2002). Os casais cujo relacionamento se caracteriza através do conflito são associados a crianças cujas respostas emocionais tendem a ser mais intensas, o que não deixa de reflectir-se, de diversas formas, no respectivo comportamento (Dadds, Sanders, Morrison & Rebgetz, 1992), designadamente através de manifestações de ansiedade, agressividade, problemas ao nível do comportamento (Jenkins & Smith, 1991) e de depressão (Katz & Gottman, 1993), onde se poderá incluir o isolamento.

Apesar da actual conjuntura, onde conceitos como desemprego, precariedade ou crise tendem a banalizar-se não deixa de ser importante, através de uma acção conjunta gizada entre o governo e o sector privado, promover uma variedade de medidas, que permitam às

empresas desenvolver políticas relativas à prestação de cuidados que vão ao encontro das necessidades sentidas pelos pais e mães empregados e que possam contribuir para a redução do conflito trabalho/família.

Neste sentido, o estudo pode ser benéfico para as empresas e organizações, alertando-as para a importância da qualidade da relação entre o trabalho e a família no desenvolvimento da criança a frequentar o jardim-de-infância/pré-escolar. As empresas e organizações podem procurar envolver os cônjuges dos seus empregados, encorajando a comunicação e a partilha de informação afectada ao contexto de trabalho no seio familiar. As empresas e organizações podem, deste modo, utilizar este tipo de informação, concretizando-o através de medidas políticas (Friedman, 1990; Starrels, 1992) e organização de sessões/*workshops* que dinamizem e divulguem a temática, uma vez que as próprias têm muito a ganhar com a tomada de medidas que ajude a diminuir a tensão entre a família e o trabalho.

Estas medidas vêm ao encontro dos trabalhos de Pepitone-Rockwell (1980), onde se defende a comunicação aberta entre o casal, de maneira a reforçar a cooperação e a compreensão das necessidades do outro, cimentando, desse modo, a negociação e o comprometimento. Thomas & Ganster, em 1995, também referiram a importância de ambos os elementos do casal terem acesso a informação relacionada com o trabalho do outro, concluindo que essa partilha ajudou a reduzir o conflito na relação. A confirmação desta relação poderá sustentar uma estratégia que facilite a redução do conflito trabalho/família, podendo, assim, associar-se a um maior envolvimento parental.

Estes resultados também fortalecem a oportunidade de aproximar a pesquisa relacionada com o conflito trabalho/família da pesquisa efectuada no âmbito da saúde mental, procurando contribuir para a manutenção do seu equilíbrio, reduzindo a exposição a este tipo de conflito (Frone, 2000) e trabalhando no sentido da prevenção de níveis elevados de disfunções psiquiátricas (Eagle, Miles, & Icenogle, 1997; Frone, Russel, & Cooper, 1992b). Será assim importante compreender quando e de que forma o conflito entre o trabalho e a família representa uma fonte de *stress* que se associa a uma desestabilização severa da saúde mental (Frone, 2000).

Os resultados deste trabalho podem ser ainda um contributo relevante para o debate sobre a importância da multiplicidade de papéis na redução do conflito entre o trabalho e a família.

A investigação mais recente antevê um longo caminho a percorrer, no que respeita ao conflito entre o trabalho e a família, mas não deixa de encorajar a aposta no trabalho feminino e num pai prestador de cuidados, almejando um equilíbrio tão titubeante como necessário (O'Brien & Moss, 2010).

O aprofundamento do conhecimento da relação entre o trabalho e a família não deve ser descurado, devendo apostar-se em instrumentos que possam ajudar a aferir a influência exercida pelo emprego no envolvimento paternal e vice-versa e na construção e sofisticação de modelos conceptuais que possam, através da sua influência, auxiliar a interpretar e a equilibrar as interacções entre o trabalho e a família.

As escalas passadas baseiam-se nas respostas dos próprios pais que relatam ou não a possibilidade de conflito, e que caracterizam as suas experiências parentais. Porém, sem prescindir desta forma de recolha de informação, talvez fosse importante complementá-la através de uma observação que pudesse confirmar ou infirmar as respostas parentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albelda, R., Drago, R. W., & Shulman, S. (1997). *Unlevel playing fields: understanding wage inequality and discrimination*. New York: McGraw-Hill.
- Allen, T. D., Herst, D. E. L., Bruck, C. S. & Sutton, M. (2000). Consequences associated with work-family conflict: a review and agenda for future research. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5, 278-308.
- Almeida, J. P. (2011). *O Conflito Trabalho-Família e a Competência Social de Crianças em Contexto Pré-escolar*. ISPA, Lisboa.
- Aneshensel, C. S. (1986). Marital and employment role-strain, social support and depression among adult women. In S. E. Hobfoll (Ed.), *Stress, social support and women* (pp. 99-114). New York: Hemisphere.
- Anthony, L., Anthony, B. , Glanville, D. , Naiman, D. , Waanders, C. , Shaffer, S. (2005). The Relationships Between Parenting Stress, Parenting Behaviour and Preschoolers' Social Competence and Behaviour Problems in the Classroom, *Infant and Child Development*, 14, 133-154.
- Astone, N. M., Dariotis, J. K., Sonenstein, F., Pleck, J, & Hynes, K. (2009). How do men's work lives change after fatherhood? *Journal of Family and Issues*. 23, 101-120.
- Bacharach, S. B., Bamberger, P. & Conley, S. (1991). Work-home conflict among nurses and engineers: Mediating the impact of role stress on burnout and satisfaction at work. *Journal of Organisational Behaviour*, 12, 39-53.
- Bailey, W.T. (1994). A longitudinal study of father's involvement with young children: Infancy to age 5 years old. *Journal of Genetic Psychology*, 155, 331-339.
- Barnett, R. C., & Hyde, J.S. (2001). Women, men, work, and family: An expansionist theory. *American Psychologist*, 56, 781-796.
- Barnett, R. C., Marshall, N. L. & Pleck, J. H. (1992). Men's multiple roles and their relationships to men's psychological distress. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 358-367.
- Becher, R. (1984). *Parent involvement: A review of research and principles of successful practice*. Washington DC: National institute of Education.
- Berk, R., & Berk, S. F. (1979). *Labor and leisure at home*. Beverly Hills, CA: Sage.

Blanck, R. M. (1988). Women's paid work, household income and household well being. In S. Rix (Ed.), *The American women 1988-89* (pp. 123-161). New York: Norton.

Bond, J. T., Galinsky, E. & Swanberg, J. E. (1998). The 1997 national study of the changing workforce. New York: Families and Work Institute.

Bonney, J. F., Kelley, M. L. & Levant, R. F. (1999). A model of father's behavioral involvement in child care in dual-earner families. *Journal of Family Psychology*, 13, 401-415.

Booth, C. L., Rose-Krasnor, L. McKinnon, J., & Rubin, K. H. (1994). Predicting social adjustment in middle childhood: The role of preschool attachment security and maternal style. *Social Development*, 3, 189-204.

Bornstein, M. H. (2002). Preface. In Bornstein, M. H. (Ed.), *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Brazelton, T.B. (2005). A maternidade e a vida profissional. Editorial Presença. Lisboa.

Brennan, R. T, Barnett, R. C. & Gareis, K. C. (2001). When she earns more than he does: A longitudinal study of dual-earner couples. *Journal of Marriage and the Family*, 63, 168-182.

Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In T. Husen & T. N. Postelthwaite (Eds.), *International encyclopedia of education* (pp. 1642-1647).

Bronfenbrenner, U. (2005). *Making Human Beings Human: biological perspectives on human development*. London: Sage Publications, Inc.

Brown, G. L., McBride, B.A., Shin, N. & Bost, K. (2007) Parenting Predictors of Father-child Attachment Security: interactive effects of father involvement and fathering quality. *Fathering*, 5, 197-219.

Bryson, R., Bryson, J. B., & Johnson, M. F. (1978). Family size, satisfaction and productivity in two-earner couples. *Psychology of Women Quarterly*, 3, 67-77.

Burke, P. J. (1991). Identity processes and social stress. *American Sociological Review*, 56, 836-849.

Bussey, K. & Bandura, A. (1999). Social cognitive theory of gender development and differentiation. *Psychological Review*, 106, 676-713.

Carlson, D. & Frone, M. (2003). Relation of behavioral and psychological involvement to a new four-factor conceptualization of work-family interference. *Journal of Business & Psychology, 17*, 515-535.

Carrel, M. R., Elbert, N.F. & Hatfield, R.D. (2000). Human resource management: Strategies for managing a diverse and global workforce (6th ed). Orlando: Dryden.

Christiansen, S. L., & Palkovitz, R. (2001). Why the “good provider” role still matters. *Journal of Family Issues, 22*, 84-106.

Coley, R. L. (2001). (In)visible men: Emerging research on low-income, unmarried and minority fathers. *American Psychologist, 56*, 743-753.

Cowan, C. P., Cowen, P. A., Heming, G., Garrett, E., Coysh, W. S., Curtis-Boles, H., & Boles, A.J. (1985). Transition of parenthood: His, hers and theirs. *Journal of Family Issues, 6*, 451-681.

Cox, M. Owen, M. Henderson, V. & Margand, N. (1992). Prediction of infant-father and infant-mother attachment. *Developmental Psychology, 28*, 474-483.

Craig, L. (2003). Do Australians share parenting ? Time-diary evidence on father’s and mother’s time with children. Paper presented at the Conference of the Australian Institute of Family Studies. Melbourne, Australia.

Craig, L. (2006). Does father care mean father share? A comparison of how mothers and fathers in intact families spend time with children. *Gender & Society, 20*, 259-281.

Crepaldi, M., Andreani, G., Hammes, P., Ristof, C., & Abreu, S. (2006). A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. *Psicologia em estudo, 11* (3), 579-587.

Crosby, F. J. (1991). *Juggling: The unexpected advantages of balancing career and home for women and their families*. New York: Free Press.

Crosby, F. J. & Jaskar, K. L. (1993). Women and men at home and at work: Realities and illusions. In S. Oskamp & Costanzo (Eds.), *Gender issues in contemporary society* (pp. 143-171). Newbury Park, CA: Sage.

Dadds, M. R., Sanders, M. R., Morrison, M., & Rebgetz, M. (1992). Childhood Depression and conduct disorder: II. An analysis of family interaction patterns in the home. *Journal of Abnormal Psychology, 10*, 505-513.

Davidson, M. J. & Cooper, C.L. (1983). *Stress and woman manager*, Oxford: Martin Robertson.

Denmark, F. L., Shaw, J. S., & Ciali, S. D. (1985). The relationship among sex roles, living arrangements and the division of household responsibilities. *Sex Roles*, 12, 617-625.

Deutsch, F.M. (2001). Equally shared parenting. *American Psychological Society*, 10 (1), 25-28.

Dex, S., & Joshi, H. (2005). *Children of the twenty-first century*. Bristol: Policy Press.

Duxbury, L. E. & Higgins, C.A. (1991). Gender differences in work-family conflict. *Journal of Applied Psychology*, 76(1), 60-74.

Eagle, B. W., Miles, E. W., & Icenogle, M. L. (1997). Interrole conflicts and the permeability of work and family domains: Are there gender differences? *Journal of vocational behavior*, 50, 168-184.

Easterbrooks & Goldberg, W.A. (1984). Toddler development in the family : impact of father involvement and parenting characteristics. *Child development*, 55, 740-752.

Eisenberg, N., Fabes, R. A., Schaller, M., & Miller, P. A. (1989). Sympathy and personal distress: Development, gender differences, and interrelations of indexes. In N. Eisenberg (Ed.), *Empathy and related emotional responses* (New Directions for Child Development n° 44). San Francisco: Jossey-Bass.

Elder, G. H. (1998). The life course and human development. In Richard M. Lerner (Ed.), *Theoretical Models of Human Development*, 1, 939-991. New York: Wiley.

European Commission (2007). *Second Stage of Consultation of European Social Partners on Reconciliation of Professional, Private and Family Life*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

Fagan, C. (2000). Who works long hours and why? Paper presented at BSA Annual Conference, Manchester, England.

Fagot, B. I., & Hagan, R. (1991). Observations of parent reaction to sex-stereotyped behaviors: Age and sex effects. *Child Development*, 62, 617-628.

Fantuzzo, J., Mendez, J., & Tighe, E. (1998). Parental assessment of peer Play: Development and validation of the parent version of the Penn Interactive Peer Play Scale. *Early Childhood Research Quarterly*, 13, 659-676.

Farrell, M. P., & Rosenberg, S. D. (1981). *Men at midlife*. Dover, MA: Auburn.

Ferrie, J. E. (2001), "Is job insecurity harmful to health?". *Journal of the Royal Society of Medicine*, 94, 71-76.

Friedman, D. E. (1990). Work and family: the new strategic plan. *Human Resource Planning*, 13, 78-89.

Frone, M. (2000a). Interpersonal conflict at work and psychological outcomes: testing a model among young workers. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5, 246- 255.

Frone, M.R. (2000). Work-family conflict and employee psychiatric disorders: The National Co-morbidity Survey. *Journal of Applied Psychology*, 85, 888-895.

Frone, M. R., Russell, M., & Barnes, G. M. (1996). Work-family conflict, gender, and health-related outcomes: A study of employed parents in two community samples. *Journal of Occupational Health Psychology*, 1, 57-69.

Frone, M. R., Russel, M., & Cooper, M.L. (1992a). Antecedents and outcomes of work-family interface. *Journal of Applied Psychology*, 77(1), 65-76.

Frone, M. R., Russel, M., & Cooper, M.L. (1992b). Prevalence of work – family conflict: Are work and family boundaries asymmetrically permeable? *Journal of Organizational Behavior*, 13, 723-729.

Ganster , D. C. & Schaubroeck, J. (1991). Work stress and employee health. *Journal of Management*, 17, 235-271.

Gershuny, J. (2001). *Changing times*. New York: Oxford University Press.

Giddens, A. (1991). *Modernity and self identity*. Cambridge, England: polity Press.

Ginsburg, N. (2001). Sweden: The Social Democratic case. In A. Cochrane, J. Clarke, and S. Gewirtz (Eds.), *Comparing welfare states* (pp. 195-222). London: Sage.

Goff, S. J., Mount, M.R. & Jamison, R.L. (1990). Employer supported childcare, work/family conflict and absenteeism: A field study. *Personnel Psychology*, 43, 793-809.

Goode, W. J. (1974). A theory of strain. *American Sociological Review*, 25, 483-496.

Gore, S., & Mangione, T. W. (1983). Social roles, sex roles, and psychological distress: Additive and interactive models of sex differences. *Journal of Health and Social Behavior*, 24, 300-312.

Green, F. (2006). *Demanding Work: The Paradox of Job Quality in the Affluent Economy*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.

Greenberger, E. & Goldberg, W. (1989). Work, parenting, and the socialization of children, *Developmental Psychology*, 25, 23-35.

Greenberger, E., & O'Neil, R. (1993). Spouse, parent, worker: Role commitments and role-related experiences in the construction of adults' well-being. *Developmental Psychology*, 29, 181-197.

Greenhaus, J. H. (1987). *Career management*. San Diego: Dryden.

Greenhaus, J. H. & Beutell, N. J. (1985). Sources of conflict between work and family roles. *Academy of Management Reviews*, 10, 76-88.

Greenhaus, J. H., Callanan, G. A. & Godshalk, V. M. (2000). *Career management* (3rd ed). Orlando: Dryden.

Gregory, A., & Milner, S. (2008). Fatherhood regimes and father involvement in France and the UK. *Community, Work and Family*, 11, 61-84.

Griswold, R. L. (1993). *Fatherhood in America*. New York: Basic Books.

Grzywacz, J. G., & Bass, B. L. (2003). Work, family, and mental health: Testing different models of work-family fit. *Journal of Marriage and Family*, 65, 248 – 261.

Grzywacz, J. G., & Marks, N. F. (2000). Reconceptualizing the workfamily interface: An ecological perspective on the correlates of positive and negative spillover between work and family. *Journal of Occupational Health Psychology*, 5(1), 111-126.

Gutek, B., Searle, S., & Klewpa, L. (1991). Rational versus gender role explanations for work/family conflict. *Journal of Applied Psychology*. 76, 560-568.

Hall, F. S. & Hall, D. T. (1978). Dual-careers: how do couples and companies cope with problems. *Organisational Dynamics*, 6(4), 57-77.

Henderson, A. t., & Berla, N. (1994). *A new generation of evidence: The family is critical to student achievement*. Washington DC: National Committee for Citizens in Education.

Hobson, B. (Ed.). (2002). *Making men into fathers: Men, masculinities and the social politics of fatherhood*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Hochschild, A., & Machung, A. (1989). *Second shift: Inside the two-job marriage*. New York: Penguin Books.

Hoffman, L. W. (1989). Effects of maternal employment in the two-parent family. *American Psychologist*, 44, 283-29

James, J. B., Barnett, R. C., & Brennan, R. T. (1998). The psychological effects of work experiences and disagreements about gender-role beliefs in dual-earner couples: A longitudinal study. *Women's Health: research on Gender, Behavior, and Policy*, 4, 341-368.

Jenkins, J.M., & Smith, M.A. (1991). Marital disharmony and children's behavioral problems: Aspects of a poor marriage that affect children adversely. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 32, 793-810.

Jones, F. & Fletcher, B. C. (1996). Taking work home: A study of daily fluctuations in work stressors, effects on moods and impacts on marital partners. *Journal of Occupational and Organisational Psychology*, 69(1), 89-106.

Kandel, D. B., Davies, M., & Raveis, V. H. (1985). The stressfulness of daily social roles for women: Marital, occupational and household roles. *Journal of Health and Social Behavior*, 26, 64-78.

Katz, L.F., & Gottman, J.M. (1993). Patterns of marital conflict predict children's internalizing and externalizing behaviors. *Developmental Psychology*, 29, 940-950.

Kaufman, G., & Uhlenbeg, P. (2000). The influence of parenthood on the work effort of married men and women. *Social Forces*, 78, 931-949.

Kossek, E. E. & Ozeki, C. (1998). Work-family conflict, policies and the job-life satisfaction relationship. A review and directions for organisational behaviour- Human Resources Research. *Journal of Applied Psychology*, 83(2), 139-149.

Lamb, M.E. (1987). Introduction : The emergent American father. In M.E. Lamb (Ed.). *The father's role: Cross-cultural perspectives* (p.3-26). New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates.

Lamb, M. (2010). *The role of the father in child development*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Lamb, M. E., & Lewis, C. (2010). The Development and Significance of Father-Child Relationships in Two-Parent Families. In M. E. Lamb (Ed.), *The Role of Father in Child Development*. (pp.94-151). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Lamb, M. E., Pleck, J. H., & Levine, J. A. (1985). The role of father in child development: The effects of increased paternal involvement. In B. B. Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (vol. 8, pp. 229-266). New York: Plenum.

Lamb, M.E. & Tamis-Lemonda, C.S. (2004). The role of the father: an introduction (pp.1-31). In M.E. Lamb (Ed.), *The role of the Father in Child Development*. Hoboken, NS : John Wiley and Sons.

Lambert, S. J. (1990). Processes linking work and family: A critical review and research agenda. *Human Relations*, 43, 239 – 257.

Lein, L., Durham, M., Pratt, M., Schudson, M., Thomas, R., & Weiss, H. (1974). Final report: work and family life. Cambridge, MA: Center for the Study of Public Policy.

Leslie, G. R. & Leslie, E. M. (1980). *Marriage in a changing world* (2nd ed). Brisbane: Wiley.

Lieberman, M. A., Doyle, A-B. & Markiewicz, D. (1999). Developmental Patterns in Security of Attachment to Mother and Father in Late Childhood and Early Adolescence: Associations with peer relations. *Child Development*, 70, 202-213.

Linville, P. W. (1985). Self-complexity and affective extremity: Don't put all of your eggs in one cognitive basket. *Social Cognition*, 3, 94-120.

Maccoby, E. (1980). *Social Development*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

MacEwen, K. E., & Barling, J. (1994). Daily consequences of work interference with family and family interference with work. *Work and Stress*, 8, 244-254.

Magnusson, D., & Stattin, H. (1998). Person context interaction theories. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology. Vol. 1: Theoretical models of human development* (pp. 685-759). New York, NY: Wiley. Marks, S. & MacDermid, S. (1996). Multiple roles and the self: a theory of role balance. *Journal of Marriage and Family*, 58, 417-430.

Marshall, N. L., & Barnett, R. C. (1993). Work-Family Strains and Gains Among Two-Earner Couples. *Journal of Community Psychology*, 21, 64-78.

Martins, C., Martins, E., Mateus, V., Osório, A., & Fonseca, M. (2008). Experiências parentais e conciliar trabalho e família: apresentação das características metroológicas de dois instrumentos. Poster apresentado à XIII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos. Universidade do Minho, Portugal.

Moen, P., & Wethington, E. (1992). The concept concept of family adaptive strategies. *Annual Review of Sociology*, 18, 233-251.

Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? *Psychologica*, 42, 213-229.

Monteiro, L., Veríssimo, M. & Pessoa e Costa, I. (2008). Escala Envolvimento Parental: Atividades de Cuidados e de Socialização. Manual não publicado, ISPA.

Morrison, D. L. & Clements, R. (1997). The effect of one partner's job characteristics on the other partner's distress: A serendipitous, but naturalistic, experiment. *Journal of Occupational and Organisational Psychology*, 70, 307-324.

Muchinsky, P. M., Kriek, H.J. & Schreuder, A.M.G (1998). *Personnel Psychology*. Johannesburg: Thomson.

Netemeyer, R. G., Boles, J.S. & MacMurrian, R. (1996). Development and validation of work-family conflict and family-work conflict scales. *Journal of Applied Psychology*, 81(4), 400-410.

Nieva, V. F. & Gutek, B. A. (1981). *Women and work: A psychological perspective*. New York: Praeger.

O'Brien, M. (2010). Social Science and Public Policy Perspectives on Fatherhood in the European Union. In M. E. Lamb (Ed.), *The Role of Father in Child Development*. (pp.121-145). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

O'Brien, M. & Moss, P.(2010). Fathers, Work, and Family Policies in Europe. In M. E. Lamb (Ed.), *The Role of Father in Child Development*. (pp.551-577). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Ozer, E. M., Barnett, R. C., Brennan, R. T., & Sperling, J. (1998). Does child care involvement increase or decrease distress among dual-earner couples? *Women's Health: Research on Gender, Behavior, and Police*, 4, 285-311.

Parke, R.D. (1996). *Fatherhood. The developing child.* Series Editors Bruner J., Cole, M., Karmiloff-Smith, A. Harvard University Press.

Parke, R. D., Cassidy, J., Burks, V. M., Carson, J. L. & Boyumj, L. (1992). Family contributions to peer relationships among young children. In R. D. Parke & G. Ladd (Eds.), *Family-peer relations: Modes of linkage.* Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Parry, G. (1987). Sex-role beliefs, work attitudes and mental health in employed and non-employed mothers. *British Journal of Social Psychology*, 26, 47-58.

Peitz, G., Fthenakis, W.E & Kalicki, B. (2001). Determinants of paternal involvement during the child's third year of life : child-care tasks versus pleasure activities. Poster presented at the Society for Research in Child Development. Minneapolis. USA.

Pepitone-Rockwell, F. (1980). *Dual career couples.* London: Sage.

Plantin, J. H. (2007). *Fatherhood and health outcomes in Europe.* Geneva: World Health Organization.

Pleck, J. H. (1977). The work-family role system. *Social Problems*, 24, 417-427.

Pleck, J. H. (1982). *Husbands`and wives`paid work, family work and adjustment.* Wellesley, MA: Wellesley College Center for Research on Women.

Pleck, J. H. (1985). *Working wives/working husbands.* Beverly Hills, CA: Sage.

Pleck, J. H. (1986). Employment and fatherhood: Issues and innovative policies. In M. E. Lamb (Ed.), *The father's role: Applied perspectives* (pp. 385-412). New York: Wiley.

Pleck, J. (1997). Paternal involvement: levels, sources, and consequences. In M. E. Lamb (Eds.), *The role of the father in child development* (pp. 66-103). New York: Wiley.

Pleck, J.H. & Masciadrelli, B.P. (2004). Paternal Involvement by U.S. Residential fathers. Levels, sources and consequences (pp. 222-306). In M.E. Lamb (Ed.) *The role of the Father in Child Development.* Hoboken. N.S: John Wiley and Sons.

Polasky, L. J., & Holahan, C. K. (1998). Maternal self-discrepancies, interrole conflict, and negative affect among married professional women with children. *Journal of Family Psychology*, 12, 388-401.

Repetti, R. L., Mathewa, K. A., & Waldron, I. (1989). Employment and women's health: Effects of paid employment on women's mental and physical health. *American Psychology*, 44, 1394-1401.

Reskin, B. F., & Padavic, I. (1994). *Women and men at work*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press.

Ridley, C. A. (1973). Exploring the impact of work satisfaction and involvement on marital interaction when both partners are employed. *Journal of Marriage and Family*, 35(1), 229-237.

Robinson, J. P. (1977). *How Americans use time: A social-psychological analysis of everyday behavior*. New York: Praeger.

Rohner, R.P. & Veneziano, R.A. (2001). The importance of father love: History and contemporary evidence. *Review of General Psychology*, 5 (4), 382-405.

Rubin, K. H., Dwyer, K. M., Booth-Laforce, C., Kim, A. H., Burgess K. B., & Rose-Krasnor, L. (2004). Attachment, friendship, and Psychosocial functioning in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 24, 326-356.

Russel, G. & Hwang, C. P. (2004). The Impact of Workplace Practices on Father Involvement. In M. E. Lamb & C. S. Tamis-Lemonda (Eds.), *The role of Father in Child Development*. (pp.476-503). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Russell, G., & Llewellyn-Smith, P. (2001). Working with fathers where they are: Learnings from the workplace. Paper presented to the Family Strengths Conference, University of Newcastle.

Santos, A. J. & Veríssimo, M. (2008). Escala de avaliação do comportamento e competência social (LaFreniere e Dumas, 1995). *XIII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e contextos*. Braga, Portugal.

Schaubroeck, J. (1990). Investigating reciprocal causation in organisational research. *Journal of Organisational Behaviour*, 11, 17-28.

Schlenker, B. R. (1987). Threats to identity: Self-identification and social stress. In C. R. Snyder & C. E. Ford (Eds.), *Coping with negative life events: Clinical and social psychological perspectives* (pp. 273-321). New York: Plenum.

Schwartz, F. N. (1989). Management women and the new facts of life. *Harvard Business Review*, 67, 65-76.

Schwartz, P. (1994). *Peer marriages: How love between equals really works*. New York: Free Press.

Starrels, M. E. (1992). The evolution of workplace family policy research. *Journal of Family Issues*, 13, 259-278.

Steele, H., Steele, M., & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers, and their infants. *Child Development*, 67, 541-555.

Stewart, W. & Barling, J. (1996). Father's work experiences effect children's behaviours via job-related affect and parenting behaviours. *Journal of Organizational Behaviour*, 17, 221- 232.

Sumer, H. C. & Knight, P.A. (2001). How do people with different attachment styles balance work and family? A personality perspective on work-family linkage. *Journal of Applied Psychology*, 86(4), 653-663.

Tanaka, S., & Waldfogel, J. (2007). Effects of parental leave and work hours on fathers' involvement with their babies: Evidence from the Millenium Cohort Study. *Community, Work & Family*, 10, 409-426.

Theunissen, B., Vuuren, L.V. & Visser, D. (2003). Communication of job related information and work-family conflict in dual-career couples. *Journal of Industrial Psychology*, 29(1), 18-25

Thoits, P. A. (1983). Multiple identities and psychological well-being: A reformulation and test of the social isolation hypothesis. *American Sociological Review*, 48, 174-187.

Thomas, L. T. & Ganster, D. C. (1995). Impact on family-supportive work variables on work-family conflict and strain: A control perspective. *Journal of Applied Psychology*, 80(1), 6-15.

Torres, A. (2004). *A Vida conjugal e o trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Oeiras: Celta.

Turner, P. J., & Gervais, J. (1995). A multidimensional study of gender typing in preschool children and their parents: Personality, attitudes, preferences, behavior, and cultural differences. *Developmental Psychology*, 31, 759-772.

Veroff, J., Douvan, E., & Kulka, R. A. (1981). *The inner American: A self-portrait from 1957 to 1976*. New York: Basic Books.

Voydanoff, P., & Donnelly, B. W. (1999). Multiple roles and psychological distress: the intersection of the paid worker, spouse, and parent roles with the role of the adult child. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 725-738.

Warr, P., & Parry, G. (1982). Paid employment and women's psychological well-being. *Psychological Bulletin*, 91, 498-516.

Weingarten, K. (1978). The employment pattern of professional couples and their distribution of involvement in the family. *Psychology of Women Quarterly*, 3, 43-53.

Wethington, E., & Kessler, R. C. (1989). Employment, parental responsibility, and psychological distress. *Journal of Family Issues*, 10, 527-546.

Wilkie, J. R., Ferree, M. M., & Ratcliff, K. S. (1998). Gender and fairness: Marital satisfaction in two-earner couples. *Journal of Marriage and the Family*, 60, 577-594.

Yeung, W. J., Sandberg, J. F., Davis-Kean, E. D., & Hofferth, S. L. (2001). Children's time with fathers in intact families. *Journal of Marriage and Family*, 63, 136-154.

CAPÍTULO V
DISCUSSÃO GERAL

O modo como a estruturação dos diferentes contextos parentais proporciona aos seus filhos um ambiente familiar tranquilo e organizado, permitindo o acolhimento e o desenvolvimento das competências relacionais da criança tem sido objecto de estudo e uma das actuais preocupações da Psicologia do Desenvolvimento. O nosso estudo não se inscreve noutra espaço, pretendendo assumir-se como mais um discreto contributo para a reflexão do desenvolvimento da criança a frequentar o jardim-de-infância/ pré-escolar, em geral, e das relações intrincadas que esse desenvolvimento pode estabelecer, em particular, com a partilha de responsabilidade parental, a qualidade do brincar, a competência social e a possibilidade de conflito na relação entre o trabalho e a família.

Os resultados relativos ao envolvimento parental vêm ao encontro destas modificações, na medida em que parecem traduzir um movimento entre uma paternidade mais distante e disciplinadora e uma paternidade mais activa e por isso mais presente e afectiva (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth & Lamb, 2000).

De acordo com o grau e tipo de envolvimento em cada uma das áreas consideradas (cuidados directos e indirectos, ensino/disciplina, brincadeira e lazer no exterior) os pais agruparam-se em três grupos: Activo, Intermédio e Tradicional. O grupo Intermédio foi o que se revelou mais representativo, posicionando-se entre as características tradicionais, onde impera um pai mais dedicado à disciplina e às actividades lúdicas ao contrário do que faz nas actividades referentes aos cuidados prestados à criança, e as características de um pai mais activo, que é capaz não só de se envolver nos domínios relativos aos cuidados prestados à criança, mas também de se mostrar afectivo e disciplinador. O maior número de pais intermédios, face aos outros dois grupos ponderados, pode espelhar essa deslocação, podendo ainda dar a entender que, na realidade, a paternidade dificilmente se deixa espartilhar por conceitos mais extremados que de alguma forma reduzem o seu raio de acção, mais fácil de abarcar por um movimento do que por uma categoria eminentemente estática.

Contudo, ainda parecemos estar longe de uma participação igualitária no que ao envolvimento parental diz respeito, dado observar-se um envolvimento parental que oscila de acordo com o tipo de actividade, uma vez que os pais mantêm a tendência, já detectada em estudos anteriores (e.g. Monteiro et al., 2006; Bailey, 1994; Peitz, Fthenakis, & Kalicki, 2001), de implicar-se mais nas tarefas relacionadas com as actividades de brincadeira/lazer e de disciplina, áreas onde tradicionalmente a partilha de responsabilidade parental costuma ser mais efectiva. Constatando-se, ainda, uma maior participação materna no que às áreas da organização e dos cuidados concerne. De acordo com a opinião geral dos casais estudados, o

equilíbrio que se vai descortinando na partilha de responsabilidade parental nos domínios do ensino/disciplina, da brincadeira e do lazer no exterior não se alastra aos domínios dos cuidados directos e indirectos, mantendo-se o desnível tradicional.

A imagem, dominante na sociedade ocidental, de que a mãe pode estabelecer um vínculo privilegiado com a criança, face a uma ligação paterna mais distante e desajeitada (Beitel & Parke, 1998; Russel, 1983), que apenas emerge em caso de falta materna e o facto do pai se assomar, essencialmente, como companheiro de brincadeira, são possíveis justificações para a subalternidade paterna observada nas áreas relativas aos cuidados (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001). Além de possíveis pressões sociais que, apesar de mais flexíveis no modo como toleram ou aceitam as incursões femininas no mercado laboral ou o crescente envolvimento paterno no domínio familiar, teimam, em última análise, em colar a mãe ao contexto familiar e o pai ao contexto laboral (Torres, 2004). Ao nível sociocultural, as áreas relativas aos cuidados parecem estar mais conotadas com o sexo feminino (Rohner & Veneziano, 2001), o que também pode contribuir para a assimetria relatada, justificando uma maior resistência da parte paterna em aderir a estes domínios, especialmente se comparados com a adesão registada ao nível das actividades lúdicas (Monteiro et al., 2006; Monteiro, Veríssimo, Santos, & Vaughn, 2008). No que respeita à relação entre as variáveis sócio-demográficas ponderadas e o envolvimento parental, do ponto de vista materno, a partilha de responsabilidade paterna parece aumentar com o número de horas passadas pela mãe no emprego, nomeadamente nas áreas dos cuidados indirectos, do ensino/disciplina e do lazer. É bem provável que o maior número de horas de trabalho materno se associe a uma crescente necessidade de participação paterna (Peitz et al., 2001). Porém, tal correlação também se pode ficar a dever à redução do tempo absoluto que as mães passam com os filhos (Bailey, 1994; Cabrera et al., 2000; Lamb, 1987). Uma vez que os dados são considerados em comparação com a outra figura parental, assumindo a escala uma perspectiva relativa, a essa redução temporal materna corresponde necessariamente um maior envolvimento paterno.

Os pais também tendem a envolver-se mais no domínio da brincadeira com filhos mais velhos. Nestas idades, o lúdico assume uma importância ímpar, cuja crescente complexidade não se pode dissociar das novas aquisições, entretanto realizadas pela criança ao nível linguístico, cognitivo e social. Neste sentido, a percepção que os pais têm dos filhos não emerge de modo tão frágil, o que pode funcionar como um catalisador para um maior envolvimento paterno ao nível da brincadeira, na medida em que mais dificilmente se impõe a

já referida imagem da mãe como figura vinculativa privilegiada (e.g. Beitel & Parke, 1998; Russel, 1983).

Os pais com habilitações superiores envolvem-se mais em actividades de brincadeira, o que pode significar que as valorizam mais, percebendo-as como uma forma de interacção e de estimulação às aprendizagens cognitivas e sociais dos filhos (Monteiro et al., 2006). Estes pais também parecem envolver-se mais nos cuidados directos e indirectos o que poderá relacionar-se com a adopção de concepções menos rígidas acerca dos papéis dos géneros, o que os leva a repudiar a colagem praticamente exclusiva dos cuidados ao género feminino, mostrando-se mesmo mais abertos e flexíveis face a novas experiências (Levy-Shiff, & Israelashvilli, 1988). O nível de participação nos cuidados indirectos também tende a aumentar com o grau de escolaridade dos pais (Monteiro et al., 2006; Torres, 2004).

Por outro lado, o menor nível de escolaridade das mães surge associado a uma menor participação paterna nas actividades indirectas. O facto de, a nível profissional, muitas mulheres ocuparem lugares de menor prestígio e menos bem remunerados do que os homens (Torres, 2004), poderá relacionar-se com a opção materna de manter o equilíbrio tradicional familiar, mesmo tal traduzindo-se num maior esforço físico e mental (Lamb & Tamis-Lemonda, 2004). A confirmação desta possibilidade, associada aos dados referentes às mães que possuem habilitações literárias superiores, poderá ser um indicador da representação da mãe como *gatekeeper* (e.g., Allen & Hawkins, 1999).

Tendo em conta os três grupos considerados, quanto ao envolvimento parental, registou-se uma concordância entre as opiniões de ambos os pais nos grupos Intermédio e Tradicional, ao contrário do que se verificou no grupo Activo, onde as opiniões dos pais se revelaram divergentes. A convergência de opinião entre o casal pode assumir um papel de relevo, uma vez que a divergência significativa na percepção que os pais têm da forma como o seu quotidiano é gerido, especialmente em relação às crianças, pode provocar tensões e conflitos entre o casal, que poderão ter consequências no funcionamento do sistema familiar, assim como no desenvolvimento sócio-emocional da criança (Hetherington, em 1988).

Tal como o espaço familiar, o ambiente escolar assume uma influência preponderante no desenvolvimento da criança em idade pré-escolar (Atilli, 1989; Grusec & Goodnow, 1994). Com as devidas diferenças, em ambos os contextos, a brincadeira assume um relevo especial e transversal na evolução social, emocional, cognitiva, linguística (e.g. Bredekamp &

Copple, 1997; Fisher, 1992), cultural e moral da criança (e.g. Sutton-Smith, 1997), tal como reflecte esse desenvolvimento, ajudando a dar-lhe corpo.

A fecundidade do brincar impregna as relações simétricas e assimétricas estabelecidas com e pela criança, provocando a exploração de objectos e espaços, aprofundando as suas relações, estimulando a criatividade (Rubin, Fein, & Vandenberg 1983) e aguçando uma curiosidade fértil através de actividades lúdicas que vão facultando o auto-controlo (e.g. Berndt & Ladd, 1989; Hartup, 1983), a autonomia (e.g. Hampton & Fantuzzo, 2003) e a construção informal do saber apelidado por Piaget (1962) de pensamento sistematizado.

Assim, não surpreende as correlações positivas registadas entre a competência social e a interacção positiva, entre o jogo disruptivo e a agressividade e entre o jogo isolado e o isolamento ansioso, encontradas nos relatos dos pais e que tão bem ilustram a correspondência entre uma boa qualidade do brincar e uma competência social elevada, que vem ao encontro dos resultados de outros trabalhos (e.g. Connolly & Doyle, 1984; Rubin & Hayvern, 1981). De acordo com os pais, a competência social e a interacção positiva são as duas categorias mais referidas, relegando para segundo plano os comportamentos agressivos e de ansiedade, na Escala de Competência Social e de Avaliação do Comportamento e os comportamentos disruptivos e de desconexão, na Escala de PIPPS (*Penn Interactive Peer Play Scale*).

A maior predominância dos comportamentos considerados positivos (competência social e interacções positivas) pode entender-se se atendermos ao facto de que consoante ocorre o desenvolvimento, a criança vai-se tornando mais hábil nas respostas interactivas mais eficazes, tendendo a reduzir progressivamente os comportamentos agonísticos (Crick, Bigbee & Howes, 1996). Por seu lado, Strayer (1991), justifica o menor número de comportamentos agressivos através da formação de uma estrutura social de dominância, que possibilita a emergência de interacções sociais, cuja qualidade é mais dificilmente questionável. Para além disso, os comportamentos conotados com os dois tipos de categorias mais referidos, na opinião de ambos os pais, são mais facilmente reforçados de modo positivo quer pelos cuidadores responsáveis (Crick & Dodge, 1996), quer pelos pares (Eisenberg, Losoya, & Spinrad, 2003; Saarni, 1999), ao contrário dos outros comportamentos, que tendem a ser ignorados ou punidos.

Quanto à relação entre as variáveis sócio-demográficas familiares consideradas e a qualidade do Brincar ou a Competência Social das crianças, verificou-se a existência de uma

correlação positiva entre as habilitações literárias maternas e a qualidade do brincar, de acordo com a opinião de ambos os pais. Segundo Monteiro, Veríssimo, Castro, & Oliveira, em 2006, estas mães poderão estar mais sensíveis às implicações do brincar no desenvolvimento das suas crianças.

Observou-se ainda que, segundo as opiniões maternas e paternas, os rapazes tendiam a ostentar mais comportamentos disruptivos que as raparigas (e.g. Dodge, Coie, & Lynham, 2006; Maccoby & Jacklin, 1980), que tendiam a apresentar maior competência social, o que tanto se poderá dever a influências sócio-culturais (e.g. Rust, Golombok, Hines, & Johnston, 2000; Sadovsky & Troseth, 2000) como fisiológicas (van Bokhoven, et al., 2006; Boulton, 1996; Coie & Dodge, 1998). Neste sentido e apenas de acordo com a opinião materna, as raparigas tendem a exibir mais comportamentos típicos da interacção positiva do que os rapazes (e.g. Walker, Irving, & Berthelsen, 2002; Eisenberg e Mussen, 1989).

Verificou-se, ainda, que o aumento da idade paterna surge associado a um menor envolvimento nos cuidados prestados à criança (e.g. McBride, Shoppe, Ho e Rane, 2004), o que talvez se possa ficar a dever ao facto destes pais aderirem mais facilmente a uma perspectiva mais tradicional do seu papel, atribuindo à mulher a responsabilidade da gestão da vida familiar (Balancho, 2004).

No que concerne à relação entre o Envolvimento Parental e a qualidade do Brincar e a Competência Social, os dados obtidos não confirmam de modo inequívoco a associação esperada entre o grau e tipo de envolvimento e uma melhor qualidade do brincar ou uma competência social mais elevada (e.g. Fantuzzo & Mohr, 2000). A concordância positiva observada entre a agressividade materna e os cuidados indirectos, do ponto de vista paterno, sugere uma perspectiva tradicional, onde o pai tende a intervir apenas quando algo problemático o justifica (Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001).

Porém, a concordância negativa registada entre a brincadeira paterna e o isolamento na perspectiva materna, parece de facto testemunhar a esperada associação entre um maior Envolvimento Paterno e uma maior qualidade do Brincar, na medida em que as crianças mais isoladas, na opinião da mãe, surgem associadas a pais menos envolvidos no domínio da brincadeira. Deste modo, o maior envolvimento dos pais nas actividades lúdicas parece estimular a qualidade da interacção social das crianças, que parecem aprender de modo directo e indirecto a envolver-se em diferentes formas de brincar (Haight, 1998), mostrando-se, assim, mais competentes socialmente (Booth, Rose-Krasnor, McKinnon, & Rubin, 1994).

Segundo a opinião das mães, o envolvimento materno no domínio dos cuidados directos surge associado aos três domínios da competência social, o que não deixa de concordar com o consensual domínio materno nesta área do envolvimento (e.g. Bailey, 1994; Deutsch, 2001; Monteiro et al., 2006; Peitz, Fthenakis, & Kalicki, 2001; Rohner & Veneziano, 2001).

A concordância negativa registada entre a brincadeira materna e a dimensão isolamento ansioso, segundo a opinião paterna, é a única registada no âmbito do Envolvimento Materno, o que de alguma forma vem realçar o vigoroso contributo materno ao nível da Competência Social, que em nada colide com o referido e relevante papel paterno neste domínio (Lamb & Lewis, 2010; Lieberman, Doyle & MarKiewicz, 1999; Rubin et al., 2004).

O jogo social deve ser presença assídua dos espaços escolares e familiares, devendo ser-lhe prestada atenção e tempo consistentes (Hampton & Fantuzzo, 2003), que permitam o fruir das relações relatadas entre a qualidade do Brincar e a Competência Social (e.g. Connolly & Doyle, 1984; Rubin & Hayvern, 1981) e destas últimas com o Envolvimento Parental (e.g. Fantuzzo & Mohr, 2000; Steele, Steele & Fonagy, 1996). Mais do que nunca justifica-se a actualidade da perspectiva ecológica e da atenção que deve ser prestada à ecologia familiar, que deve ser ponderada como um processo complexo e dinâmico. A percepção materna sobre o valor e importância do envolvimento paterno, as bases motivacionais do pai (e.g. Cabrera et al., 2000; Levy-Shiff & Israelashvili, 1988; McHale & Huston, 1984), os possíveis constrangimentos sociais e institucionais (e.g. Lamb, 1987) são exemplos evidentes do dinamismo e complexidade que caracterizam a família.

Torna-se, deste modo, pertinente o estudo da possibilidade de conflito entre o trabalho e a família, assim como da sua relação com a competência social, com a partilha de responsabilidade parental e com as variáveis sociofamiliares consideradas, tratados no quarto capítulo.

Apesar da constatada interferência do trabalho sobre a família, que parece sobrepor-se à interferência da família no trabalho, de acordo com a opinião dos pais, a relação entre o trabalho e a família parece saldar-se mais por benefícios, que por constrangimentos, o que vem ao encontro de outros trabalhos (e.g. Barnett e Hyde, 2001; Grzywacz & Bass, 2003).

Estes resultados parecem vir dar razão aos pressupostos defendidos pela teoria expansionista (Barnett & Hyde, 2001), onde se admite a possibilidade do saudável convívio

entre os ambientes laboral e familiar, em detrimento do que se verifica na teoria funcionalista (Parsons & Bales, 1955, cit. por Barnett & Hyde, 2001).

Embora a relação entre o trabalho e a família nem sempre seja caracterizada pelo conflito (Marshall & Barnett, 1993), que de acordo com os dados obtidos nem se assume como maioritário, sempre que este parece emergir, especialmente se considerarmos a perspectiva paterna, parece associar-se a uma menor partilha de responsabilidade parental do ponto de vista do casal, assim como a uma menor competência social das crianças segundo a opinião das educadoras.

Neste sentido, os domínios mais frequentes, os benefícios, originados pela relação entre o trabalho e a família, e a recompensa, resultante da experiência parental, parecem associar-se, de acordo com a opinião de ambos os pais, a um maior envolvimento parental, enquanto os domínios dos constrangimentos e de ambas as interferências, na Escala Conciliar trabalho e família, e as áreas da preocupação e do *stress* parental, na Escala Experiências Parentais, se parecem associar de modo geral a um menor envolvimento parental.

Verifica-se, ainda, uma concordância entre os dados recolhidos, respeitantes às duas Escalas (Conciliar trabalho e família e Experiências Parentais), o que de alguma forma sustenta a relação próxima existente entre estes dois importantes contextos (e.g. Duxburry & Higgins, 1991; Frone, Russel, & Cooper, 1992a; Thomas & Ganster, 1995).

Para Marshall & Barnett (1993), a manifestação do conflito pode ficar a dever-se a diversas razões, como a ausência de suporte familiar ou social, o tempo passado em ambos os espaços ser assimétrico, as experiências no trabalho serem negativas e o casal aderir a ideias tradicionalistas que de algum modo se parecem identificar com a teoria funcionalista (Parsons & Bales, 1955, cit. por Barnett & Hyde, 2001), onde existe uma evidente repartição das tarefas com base no género, sendo veementemente desaconselhada qualquer intromissão da parte da mulher ou do homem no contexto considerado domínio do outro. Segundo as autoras, o apoio do marido ao emprego materno, também pode pesar na propagação ou redução do conflito, o que também se poderá relacionar com a visão mais ou menos tradicionalista adoptada.

Factores, cuja presença, isolada ou em conjunto, poderá sinalizar um conflito associado a um menor envolvimento parental e que só por isso já justificava a importância da discussão de estratégias que permitissem a sua detecção e posterior contenção, o que também

poderá passar pela realização de estudos efectuados neste âmbito e da divulgação dos respectivos resultados, embora naturalmente não se deva esgotar aí.

O facto do pai se assumir como principal denunciador da existência de conflito, pode significar uma maior dificuldade deste em conciliar o trabalho e a família. A mãe, mais habituada a desempenhar tarefas em simultâneo (Craig, 2003, 2006), parece sentir-se mais confortável na conciliação dos dois ambientes (Berk & Berk, 1979; Pleck, 1985; Robinson, 1977), o que poderá explicar o fraco número de associações registado entre o conflito materno e o envolvimento parental.

Por outro lado, esta maior associação paterna ao relato de conflito entre trabalho e família, para além de poder corresponder a uma fase de adaptação (Brazelton, 2005), também pode traduzir um inconformismo, ainda não saciado, que pode associar-se a uma vontade paterna genuína de querer estar mais envolvido ao nível familiar (Pleck, 1982), o que pode ser responsável por uma maior sensibilidade ao conflito.

Inconformismo que se poderá relacionar com a correlação estabelecida entre o domínio da recompensa paterna e o maior envolvimento parental do ponto de vista de ambos os pais. Isto é, associado a uma maior partilha de responsabilidade parental parece evidenciar-se um pai que operacionaliza a sua experiência parental através da dimensão recompensa, o que também poderá entender-se através das novas crenças, atitudes e expectativas dos pais face à maternidade e competências sociais (Cabrera et al., 2000; Lamb, 2004; Parke, 1996; Torres, 2004).

Parece, assim evidente, que o conflito entre o trabalho e a família emerge como uma das grandes razões que explica a dificuldade que a partilha de responsabilidade parental sente em impor-se de modo definitivo (e.g. Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001). Detectado o conflito, especialmente se considerarmos a perspectiva paterna, o envolvimento parental tende a sumir-se, acontecendo o contrário, isto é, agigantando-se quando a relação entre os dois ambientes parece beneficiá-los.

Assim sendo, o referido movimento efectuado pelos pais no sentido de um envolvimento parental mais consistente (e.g. Cabrera et al., 2000; Deutsch, 2001) e que ainda parece variar consoante a área considerada (e.g. Deutsch, 2001; Rohner & Veneziano, 2001) tende a vacilar na presença do conflito (Russell & Hwang, 2004), apesar das pressões políticas, económicas e socioculturais que procuram estimular um envolvimento paterno mais activo (Christiansen & Palkovitz, 2001; Coley, 2001; Kaufman & Uhlenberg, 2000).

A inflexibilidade laboral, a identificação com o trabalho remunerado e a ambição de construir uma carreira de sucesso são exemplos apontados por Russell e Hwang (2004), que podem levar a um menor envolvimento paterno, dando visibilidade ao conflito entre os dois contextos.

A quase ausência de correlações entre o conflito trabalho/família materno e o envolvimento parental, pode ser mais facilmente entendida se recorrermos aos trabalhos de Gutek, Searle e Klewpa (1991), que verificaram que a própria ausência de conflito, também se pode ficar a dever a um investimento na carreira, que passou a ser percebido de modo natural e à unanimemente reconhecida generalização das famílias pequenas.

No que concerne à correlação entre a Escala das “Experiências Parentais” e o Envolvimento Parental, verificou-se uma associação negativa entre a preocupação paterna e alguns domínios da partilha parental maternos, designadamente os cuidados directos, o ensino/disciplina e o lazer no exterior. Pelo contrário registaram-se concordâncias positivas entre a recompensa paterna e todos os domínios do envolvimento parental, com excepção da brincadeira materna. Resultados que não deixam de vir ao encontro das expectativas geradas, uma vez que a possibilidade de conflito, aqui operacionalizada através da preocupação paterna tende a associar-se a um menor envolvimento, enquanto a sua ausência, traduzida através da recompensa paterna, se parece correlacionar com um maior envolvimento parental

Relativamente ao segundo objectivo ponderado no quarto capítulo e de acordo com os resultados obtidos, observaram-se correlações positivas e significativas entre a dimensão dos benefícios maternos e as habilitações literárias de ambos os pais, de acordo com a opinião materna. De acordo com Monteiro e colaboradores (2006), tal poderá entender-se se considerarmos o horário laboral mais flexível, que costuma surgir associado às profissões conotadas com as habilitações literárias superiores, o que poderá facilitar a conciliação entre o trabalho e as actividades familiares. Além das mulheres com habilitações literárias superiores tenderem a investir mais ao nível profissional, o que poderá escancarar as portas a uma participação paterna mais activa ao nível da organização e prestação de cuidados (Monteiro et al., 2006).

Observou-se, ainda, que um maior o número de horas passadas pela mãe no emprego se parece relacionar com o conflito materno, resultados que vêm ao encontro do trabalho realizado por Marshall e Barnett (1993). Assim, como se verificou que a recompensa paterna se associa mais facilmente às raparigas do que aos rapazes, o que se poderá explicar através

do comportamento mais agressivo dos rapazes (Turner & Gervais, 1995), ao contrário do que acontece com as raparigas, cuja conduta tende a ser mais dócil (e.g. Fagot & Hagan, 1991).

O último objectivo tratado no quarto capítulo, centrado no estudo da relação entre a Competência Social das crianças em contexto de Jardim-de-Infância/Pré-escolar, de acordo com a opinião das educadoras, e as Escalas: “Conciliar Trabalho e Família” e “Experiências Parentais”, voltou a registar uma concordância entre o relato de conflito trabalho/família e uma Competência Social mais comprometida, enquanto esta tende a apresentar-se mais desenvolvida na ausência de conflito. No mesmo sentido, uma criança designada pela educadora como socialmente competente surge associada a uma Experiência Parental compensadora, acontecendo o contrário, quando a criança é descrita pela educadora como agressiva ou isolada. Tal poderá ser compreendido se atendermos ao facto do conflito entre os dois contextos poder comprometer o rumo da imprescindível influência exercida pelos pais sobre o desenvolvimento social dos filhos (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998).

O próprio envolvimento parental tende a correlacionar-se de modo positivo com a competência social da criança (e.g. Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998; Parke, Cassidy, Burks, Carson, & Boyumj 1992; Steele, Steele & Fonagy, 1996) e de modo negativo com a existência de conflito entre o trabalho e a família. É, assim, espectável que associada à existência de conflito entre o trabalho e a família e a experiências parentais mais marcadas pela preocupação ou pelo *stress* surja uma competência social mais titubeante, ao invés, quando a relação entre o trabalho e a família se pauta por benefícios ou na experiência parental se destaca a recompensa, se torne visível uma associação com uma competência social mais elevada, uma vez que os benefícios associados à presença parental se podem concretizar mais facilmente (e.g. Booth, Rose-Krasnor, McKinnon, & Rubin, 1994).

A constatação de um envolvimento paterno regular tende a correlacionar-se com crianças cujos índices de competência cognitiva tendem a ser mais elevados, tal como tendem a apresentar maior empatia e maior controlo interno, além de menores crenças acerca dos estereótipos (Pleck, 1997). A própria relação conjugal também parece tirar partido da maior partilha de responsabilidade parental, facultando um aumento da qualidade de interacção entre a mãe e a criança e colaborando no desenvolvimento cognitivo e social da criança (Crepaldi, Andreani, Hammes, Ristof, & Abreu, 2006). Pelo contrário, um ambiente caracterizado pela discórdia pende a prejudicar a qualidade da interacção entre pais e filhos, prejudicando o desenvolvimento destes últimos (Cowan & Cowan, cit. por Bornstein, 2002). Os casais cujo relacionamento se caracteriza através do conflito são associados a crianças cujas respostas

emocionais tendem a ser mais intensas, o que não deixa de reflectir-se, de diversas formas, no respectivo comportamento (Dadds, Sanders, Morrison & Rebgetz, 1992).

O actual cenário socioeconómico não parece resolvido a dar tréguas à tomada de decisões necessárias a um desejado enfraquecimento do conflito entre o trabalho e a família (e.g. Marshall & Barnett, 1993). A precariedade e o receio de desemprego, tantas vezes realizados, podem relegar para um plano secundário, preocupações e aspirações, que caso venham a ser negligenciadas ou adiadas poderão sair bem caras num futuro não muito longínquo, na medida em que, por exemplo, o desemprego paterno poderá associar-se a um menor envolvimento da parte do pai na prestação de cuidados à criança, como referem Souza e Benetti, em 2008. As constatadas transformações sofridas pela família (Ruggles, 1994; Aboim, 2006), não parecem afectar o relevante espaço de afectos que continua a ajudar a definir este precioso conceito (e.g. Oliveira, 1994), que no entanto, e felizmente deixou de ser sacralizado, consentindo uma construção de autonomia, pouco valorizada no passado (Aboim, 2006). Neste sentido, todos parecem ter a ganhar com medidas que facilitem a conciliação entre o trabalho e a família, combatendo um conflito que não se dá particularmente bem com um envolvimento parental (Russell & Hwang, 2004) e uma competência social (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998) firmes. Esperamos, que este trabalho também possa de alguma forma contribuir nesse sentido, alertando para a importância de um saudável convívio entre dois ambientes tão importantes como o laboral e o familiar, além da relevância da promoção de um maior envolvimento paterno (O'Brien & Moss, 2010) e consequentes associações ao desenvolvimento da criança a frequentar o jardim-de-infância/ pré-escolar, especialmente a sua competência social (Fantuzzo, Mendez & Tighe, 1998; Steele, Steele, & Fonagy, 1996). A teoria ecológica (Bronfenbrenner, 2005) acolhe e perspectiva esta intrincada teia de relações, cuja complexidade se aproxima do desenvolvimento real, que se actualiza constantemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboim, S. (2006). Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual. *Análise Social*, 41, 801-825.

Allen, S.M. & Hawkins, A.S. (1999). Maternal Gate Keeping: Mother's beliefs and behaviors that inhibit greater involvement in family work. *Journal of Marriage and Family*, 61, 199-212.

Arendell, T. (1996). Comparing: A review of the literature. National Center on fathers and Families, 1-5. Consultado em Abril 2005, <http://www.ncoff.gse.upenn.edu/litrer.html>.

Atili, G. (1989). Social competence versus emotional security: The link. In G. Atili, J. Nadel, & R. P. Weissburg (Eds.), *Social competence in developmental perspective* (pp. 293-311). Boston: Kluwer Academic.

Bailey, W.T. (1994). A longitudinal study of father's involvement with young children: Infancy to age 5 years old. *Journal of Genetic Psychology*, 155, 331-339.

Balancho, L.S. (2004). Ser pai: Transformações intergeracionais na paternidade. *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 337-386.

Barnett, R. C., & Hyde, J.S. (2001). Women, men, work, and family: An expansionist theory. *American Psychologist*, 56, 781-796.

Beitel, A.H. & Parke, R.D. (1998). Paternal involvement in infancy: The role of maternal and paternal attitudes. *Journal of Family Psychology*, 12, 268-288.

Berk, R., & Berk, S. F. (1979). Labor and leisure at home. Beverly Hills, CA: Sage.

Berndt, T. J. & Ladd, G. W. (1989). Peer relationships in child development. New York: Wiley.

Booth, C. L., Rose-Krasnor, L. McKinnon, J., & Rubin, K. H. (1994). Predicting social adjustment in middle childhood: The role of preschool attachment security and maternal style. *Social Development*, 3, 189-204.

Bornstein, M. H. (2002). Preface. In Bornstein, M. H. (Ed.), *Handbook of Parenting. Volume 5*. (2nd ed). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Boulton, M. J. (1996). A comparison of 8- and 11- years-old girls' and boys' participation in specific types of rough and tumble play and aggressive fighting: Implications for functional hypotheses. *Aggressive Behavior*, 22 (4), 271-287.

Brazelton, T.B. (2005). *A maternidade e a vida profissional*. Editorial Presença. Lisboa.

Bredenkamp, S., & Copple, C. (Eds.). (1997). *Developmentally appropriate practice in early childhood programs*. Washington, DC: National Association for the Education of Young Children.

Bronfenbrenner, U. (2005). *Making Human Beings Human: biological perspectives on human development*. London: Sage Publications, Inc.

Cabrera, N.J., Tamis-Lemonda, C.S., Bradley, R.H., Hofferth, S. & Lamb, M.E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century, *Child Development*, 71 (1), 127-136.

Christiansen, S. L., & Palkovitz, R. (2001). Why the “good provider” role still matters. *Journal of Family Issues*, 22, 84-106.

Coie, J. D., & Dodge, K. A. (1998). Aggression and antisocial behavior. In N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (5th ed., 779-882). New York: Wiley.

Coley, R. L. (2001). (In)visible men: Emerging research on low-income, unmarried and minority fathers. *American Psychologist*, 56, 743-753.

Connolly, J. A. & Doyle, A. (1984). Relation of social fantasy play to social competence in preschoolers. *Developmental Psychology*, 20, 797-806.

Craig, L. (2003). Do Australians share parenting ? Time-diary evidence on father’s and mother’s time with children. Paper presented at the Conference of the Australian Institute of Family Studies. Melbourne, Australia.

Craig, L. (2006). Does father care mean father share? A comparison of how mothers and fathers in intact families spend time with children. *Gender & Society*, 20, 259-281.

Crepaldi, M., Andreani, G., Hammes, P., Ristof, C., & Abreu, S. (2006). A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. *Psicologia em estudo*, 11 (3), 579-587.

Crick, N. R., Bigbee, M. A. & Howes, C. (1996). Gender differences in children’s normative beliefs about aggression: How do I hurt thee? Let me count the ways. *Child Development*, 67, 1003-1014.

Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1996). Social information-processing mechanisms in reactive and proactive aggression. *Child Development*, 67, 993-1002.

Dadds, M. R., Sanders, M. R., Morrison, M., & Rebgetz, M. (1992). Childhood Depression and conduct disorder: II. An analysis of family interaction patterns in the home. *Journal of Abnormal Psychology*, 10, 505-513.

Deutsch, F.M. (2001). Equally shared parenting. *American Psychological Society*, 10 (1), 25-28.

Dodge, K. A., Coie, J., & Lynham, D. (2006). Agression and antisocial behavior in youth. In N. Eisenberg, W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp. 719-788). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Duxbury, L. E. & Higgins, C.A. (1991). Gender differences in work-family conflict. *Journal of Applied Psychology*, 76(1), 60-74.

Eisenberg, N., Losoya, S. & Spinrad, T. (2003). Affect and prosocial responding. In R. Davidson, K. Scherer & H. Goldsmith (Eds.), *Handbook of affective sciences*. Oxford, England: Oxford University Press.

Eisenberg, N. & Mussen, P. (1989). The roots of prosocial behavior in children. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Fagot, B. I., & Hagan, R. (1991). Observations of parent reaction to sex-stereotyped behaviors: Age and sex effects. *Child Development*, 62, 617-628.

Fantuzzo, J., Mendez, J., & Tighe, E. (1998). Parental assessment of peer Play: Development and validation of the parent version of the Penn Interactive Peer Play Scale. *Early Childhood Research Quarterly*, 13, 659-676.

Fantuzzo, J. & Mohr, W. (2000). Pursuit of wellness in Head start: Making Beneficial Connections for Children and families. In D. Cichetti, J. Rappaport, I. Sandler & R. Weissberg (Eds.), *The promotion of wellness in children and adolescents* (pp. 341-369). Washington DC: CWLA Press.

Fisher, E. P. (1992). The impact of play on development: A meta-analysis. *Play & Culture*, 5, 159-181.

Frone, M. R., Russel, M., & Cooper, M.L. (1992a). Antecedents and outcomes of work-family interface. *Journal of Applied Psychology*, 77(1), 65-76.

Grusec, J. E., & Goodnow, J. J. (1994). Impact of parental discipline methods on the child's internalization of values. A reconceptualization of current points of view. *Developmental Psychology*, 30, 4-19.

Grzywacz, J. G., & Bass, B. L. (2003). Work, family, and mental health: Testing different models of work-family fit. *Journal of Marriage and Family*, 65, 248 – 261.

Gutek, B., Searle, S., & Klewpa, L. (1991). Rational versus gender role explanations for work/family conflict. *Journal of Applied Psychology*. 76, 560-568.

Haight, W. (1998). Adult direct and indirect influences on play. In D. P. Fromberg & D. Bergen (Eds.), *Play from birth to twelve and beyond: Contexts, perspectives and meanings* (pp.259-265). New York, NY: Garland Publishing Inc.

Hampton, V. & Fantuzzo, J. (2003). The Validity of the Penn Interactive Peer Play Scale with Urban, Low-Income Kindergarden Children. *School Psychology Review*, 32, 77-91.

Hartup, W. W. (1983). Peer relations. In P. H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology* (vol. 4). New York: Wiley.

Hetherington, E. M. (1988). Parents, children and siblings six years after divorce. In R. Hinde & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Relationships within families* (pp. 311-331). Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Kaufman, G., & Uhlenbeg, P. (2000). The influence of parenthood on the work effort of married men and women. *Social Forces*, 78, 931-949.

Lamb, M.E. (1987). Introduction : The emergent American father. In M.E. Lamb (Ed.), *The father's role: Cross-cultural perspectives* (p.3-26). New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates.

Lamb, M.E. (Ed.), (2004). *The role of the Father in Child Development*. Hoboken, NS: John Wiley and Sons.

Lamb, M. E. & Lewis, C. (2010). The development and significance of father-child relationships in two-parent families. In M. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development*.(pp. 58-91). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Lamb, M.E. & Tamis-Lemonda, C.S. (2004). The role of the father: an introduction (pp.1-31). In M.E. Lamb (Ed.), *The role of the Father in Child Development*. Hoboken, NS : John Wiley and Sons.

Levy-Shiff, R. & Israelashvilli, R. (1988). Antecedents of fathering: some further exploration. *Developmental Psychology*, 24, 434-440.

Lieberman, M.A., Doyle, A-B & Markiewicz, D. (1999). Developmental Patterns in Security of Attachment to Mother and Father in Late Childhood and Early Adolescence: Associations with peer relations *Child Development*, 70, 202-213.

Maccoby, E. E. & Jacklin, C. N. (1980). Sex differences in aggression: A rejoinder and reprise. *Child Development*, 51, 964-980.

Marshall, N. L., & Barnett, R. C. (1993). Work-Family Strains and Gains Among Two-Earner Couples. *Journal of Community Psychology*, 21, 64-78.

McBride, B., Shoppe, S.J., Ho, M., & Rane, T. R. (2004). Multiple Determinates of Father Involvement : An Exploratory Analysis Using the Psid-CDS Data Set. In R. Randal, & M. E. Lamb (Eds), *Conceptualizing and Measuring Father Involvement* (pp 321-340). New Jersey : LEA.

McHale, S.M. & Huston, T.L. (1984). Men and women as parents : sex role, orientations, employment, and parental roles with infants. *Child Development*, 55, 1349-1361.

Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? *Psychologica*, 42, 213-229.

Monteiro, L., Veríssimo, M., Santos, A.J., & Vaughn. B. (2008). Envolvimento paterno e organização dos comportamentos de base segura das crianças em famílias portuguesas. *Análise Psicológica*, 3 (XXVI), 395-409.

O'Brien, M. & Moss, P.(2010). Fathers, Work, and Family Policies in Europe. In M. E. Lamb (Ed.), *The Role of Father in Child Development*. (pp.551-577). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Oliveira, J. (1994). *Psicologia da Educação Familiar*. Coimbra: Livraria Almedina.

Parke, R.D. (1996). *Fatherhood. The developing child*. Series Editors Bruner J., Cole, M., Karmiloff-Smith, A. Harvard University Press.

Parke, R. D., Cassidy, J., Burks, V. M., Carson, J. L. & Boyumj, L. (1992). Family contributions to peer relationships among young children. In R. D. Parke & G. Ladd (Eds.), *Family-peer relations: Modes of linkage*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Peitz, G., Fthenakis, W.E & Kalicki, B. (2001). Determinants of paternal involvement during the child's third year of life : child-care tasks versus pleasure activities. Poster presented at the Society for Research in Child Development. Minneapolis. USA.

Piaget, J. (1962). *Play, dreams and imitation*. New York: Norton, 1962.

Pleck, J. H. (1982). *Husbands`and wives`paid work, family work and adjustment*. Wellesley, MA: Wellesley College Center for Research on Women.

Pleck, J. H. (1985). *Working wives/working husbands*. Beverly Hills, CA: Sage.

Pleck, J. (1997). Paternal involvement: levels, sources, and consequences. In M. E. Lamb (Eds.), *The role of the father in child development* (pp. 66-103). New York: Wiley.

Robinson, J. P. (1977). *How Americans use time: A social-psychological analysis of everyday behavior*. New \brk: Praeger.

Rohner, R.P. & Veneziano, R.A. (2001). The importance of father love: History and contemporary evidence. *Review of General Psychology*, 5 (4), 382-405.

Rubin, K. H., Dwyer, K. M., Booth-Laforce, C., Kim, A. H., Burgess, K. B. & Rose-Krasnor, L. (2004). Attachment, friendship and psychosocial functioning in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 24,326-356.

Rubin, K. H., Fein, G. G., & Vandenberg, B. (1983). Play. In P. H. Mussen (Ed.). *Handbook of child psychology* (vol. 4). New York: Wiley.

Ruggles, S. (1994). The Transformation of American Family Structure. *American Historical Review*, 99, 103-128.

Russel, G. (1983). *The changing role of fathers?* St. Lucia, Queensland: University of Queensland Press.

Russel, G. & Hwang, C. P. (2004). The Impact of Workplace Practices on Father Involvement. In M. E. Lamb & C. S. Tamis-LeMonda (Eds.), *The role of Father in Child Development*. (pp.476-503). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Rust, J., Golombok, S., Hines, M., & Johnston, H. (2000). The role of brothers and sisters in the gender development of preschool children. *Journal of Experimental Child Psychology*, 77, 292-303.

Saarni, C. (1999). *The development of emotional competence*. New York: Guilford Press.

Sadovsky, A., & Troseth, G. (2000). Aspects of young children's perceptions of gender-typed occupations. *Sex Roles, 42*, 993-1006.

Souza, C., & Benetti S. (2008). Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. *Contextos Clínicos, 1* (2), 61-71.

Steele, H., Steele, M., & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers, and their infants. *Child Development, 67*, 541-555.

Strayer, F. F. (1991). The development of agonistic and affiliative structures in preschool play groups. In J. Silverberg & P. Gray (Eds.), *To fight or not to fight: Violence and peacefulness in humans and other primates*. Oxford, England: Oxford University Press.

Sutton-Smith, B. (1997). *The ambiguity of play*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Tamis-LeMonde, C.S. (2004). Conceptualizing father's role: Playmates and more. *Human Development, 47*, 220-227.

Thomas, L. T. & Ganster, D. C. (1995). Impact on family-supportive work variables on work-family conflict and strain: A control perspective. *Journal of Applied Psychology, 80*(1), 6-15.

Torres, A. (2004). *A Vida Conjugal e o trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Oeiras: Celta.

Turner, P. J., & Gervais, J. (1995). A multidimensional study of gender typing in preschool children and their parents: Personality, attitudes, preferences, behavior, and cultural differences. *Developmental Psychology, 31*, 759-772.

van Bokhoven, I., van Goozen, S., van Engeland, H., Schaal, B., Arseneault, L., Séguin, J., et al. (2006). Salivary testosterone and aggression, delinquency and social dominance in a population-based longitudinal study of adolescence males. *Hormones and behavior, 50* (1), 118-125.

Walker, S., Irving, K., & Berthelsen, D. (2002). Gender influences on preschool children's social problem-solving strategies. *The Journal of Genetic Psychology, 163*, 197-209.